



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
Mestrado em Estudos de Linguagens

Fabiane Cristine Rodrigues

**POR UMA HISTÓRIA EDITORIAL DA POESIA NEGRA/AFRO-
BRASILEIRA**

Belo Horizonte (MG)

2019

Fabiane Cristine Rodrigues

**POR UMA HISTÓRIA EDITORIAL DA POESIA NEGRA/AFRO-
BRASILEIRA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Estudos da Linguagem, do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Edição, Linguagem e Tecnologia.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Henrique Silva de Oliveira.

Belo Horizonte (MG)

2019

R696p Rodrigues, Fabiane Cristine.
Por uma história editorial da poesia negra/afro-brasileira /
Fabiane Cristine Rodrigues. – 2019.
131 f. : il.
Orientador: Luiz Henrique Silva de Oliveira

Dissertação (Mestrado) – Centro Federal de Educação
Tecnológica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em
Estudo de Linguagens, Belo Horizonte, 2019.
Bibliografia.

1. Poesia. 2. Edição (Editoração). 3. Negros na literatura - Brasil.
4. Poesia brasileira - Escritores negros. 5. Produção editorial - Brasil -
História. I. Oliveira, Luiz Henrique Silva de. II. Título.

CDD: 070.50981

AGRADECIMENTOS

À minha família, por acreditar em mim, por dedicar tempo, afeto e paciência em minha formação como ser humano e por compreender minhas ausências, cansaço e nervosismo. Minha eterna gratidão e amor, vocês são o meu maior exemplo!

Ao meu orientador, professor Luiz Henrique Silva de Oliveira, por todo o carinho, confiança e dedicação com os quais me apoiou desde a Iniciação Científica.

Aos meus amigos, irmãos de vida, por compreenderem as minhas ausências e meus silêncios, acreditarem na importância do meu trabalho e se manterem próximos, oferecendo apoio e carinho.

Aos amigos do Grupo Interdisciplinar de Estudos do Campo Editorial (GIECE-CEFET/MG), principalmente aos professores Luiz Henrique Silva de Oliveira e Paula Renata Melo Moreira, pelas importantes discussões e por todo o suporte oferecido, pois este trabalho é fruto, em grande medida, de nossas trocas.

Ao corpo docente que compõe o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), por acreditar na diversidade, humana e ideológica, permitindo e incentivando pesquisas como esta.

É preciso imagem para recuperar a identidade, tem que tornar-se visível, porque o rosto de um é o reflexo do outro, o corpo de um é o reflexo do outro e em cada um o reflexo de todos os corpos. A invisibilidade está na raiz da perda da identidade.

(Beatriz Nascimento)

RESUMO

Partindo das lacunas existentes na história editorial brasileira, no cânone literário brasileiro e no mercado editorial brasileiro e convocando perspectivas de outros campos de conhecimento, este trabalho traça um panorama do gênero poesia, produzido por autores afro-brasileiros, focalizando em suas produções individuais para, a partir delas, estabelecer análises organizadas por temas como relação entre autor e quantidade de publicações individuais; períodos e frequência de publicações; quantidade de publicações autorais por casa editorial e distribuição geoespacial de tais publicações pelo Brasil, com o intuito de compreender a trajetória evolutiva da poesia negra/afro-brasileira, além das dinâmicas editoriais e, até mesmo, sociais que viabilizam seu surgimento, produção e circulação.

Palavras-chave: Poesia, Edição, Literatura negra/afro-brasileira, Poesia negra/afro-brasileira, Processos editoriais.

ABSTRACT

Based on the existing gaps in Brazilian publishing history, in the Brazilian literary canon and in the Brazilian publishing market, and invoking perspectives from other areas, this study provides an overview of the genre poetry, as produced by Afro-Brazilian authors, focusing on their individual production to then, based on them, establishing analyses arranged by topics like the relationship between the author and the amount of his individual publications; periods and frequency of their publications; number of copyright publications per publishing house and geospatial distribution of such publications in Brazil, aiming to understand the evolutionary trajectory of black/Afro-Brazilian poetry, beyond editorial and, even, social dynamics that enable their emergence, production and circulation.

Keywords: Poetry, Publishing, Black/Afro-Brazilian literature, Black/Afro-Brazilian Poetry, Editorial processes.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Publicações por períodos.....	56
Gráfico 2 – Restrição de acesso conforme grandes regiões	105
Mapa 1 – Distribuição das publicações por cidades.....	102
Mapa 2 – Distribuição das publicações por estados	103
Quadro 1 – Publicações individuais	36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Títulos produzidos – sem distinção setorial: 1946-1980	85
Tabela 2 - Títulos produzidos – sem distinção setorial: 1990-1998	87
Tabela 3 - Títulos de Obras Gerais produzidos (Novos números de ISBN e Reimpressões)...	88
Tabela 4 - Quantidade de publicações individuais de poesia negra/afro-brasileira por ano de publicação.....	100
Tabela 5 - Participação percentual e posição relativa do PIB das Unidades da Federação no PIB do Brasil (2002-2016)	113
Tabela 6 - recursos captados por região (1993-2018).....	114
Tabela 7 - Recursos captados por região (2016-2018)	115

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. CAMPOS LITERÁRIOS	20
1.1 Campo literário.....	20
1.2 Literatura Brasileira e seus múltiplos campos.....	25
1.3 Uma fenda no sistema: a Literatura Negra/Afro-brasileira como um campo dentro do campo.....	28
2. POESIA NEGRA/AFRO-BRASILEIRA – PUBLICAÇÕES INDIVIDUAIS	34
2.1 Relação de livros autorais por autor	46
2.1.1 Condições de produção.....	51
2.1.2 Representatividade e legitimação	53
2.1.3 Outros desdobramentos	54
2.2 Períodos de publicação	55
2.2.1 Do surgimento das publicações individuais de poesia negra/afro-brasileira à abolição da escravatura (1859-1888).....	56
2.2.2 Da abolição da escravatura até o fim da Primeira República (1889-1929).....	60
2.2.3 Era Vargas (1930-1945).....	63
2.2.4 Um breve período democrático (1946-1963)	67
2.2.5 Dos Governos Militares (1964-1984).....	70
2.2.6 Uma nova tentativa de redemocratização (1986-2017).....	76
2.2.6.1 Breves reflexões sobre tempos indefinidos (2016-2017)	81
2.3 Publicações por Casa Editorial.....	83
2.3.1 Panorama geral do mercado editorial brasileiro por quantidade de títulos publicados.....	84
2.3.2 O autor negro e o campo literário/editorial brasileiro	90
2.3.3 Iniciativas coletivas e edição independente.....	95
2.4 Relação de livros autorais por local de publicação.....	101
2.4.1 As ferramentas e técnicas	103
2.4.2 A(s) globalização(ões)	106
2.4.3 Estado e cultura: o impacto das políticas públicas na concentração cultural	108
2.4.4 Movimentos negros	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
REFERÊNCIAS	121
APÊNDICE A - NÚMERO DE LIVROS AUTORAIS DE POESIA NEGRA/AFRO-BRASILEIRA PUBLICADOS POR AUTOR.....	125

APÊNDICE B - QUANTIDADE DE PUBLICAÇÕES POR PERÍODOS	127
APÊNDICE C - QUANTIDADE DE PUBLICAÇÕES POR CASA EDITORIAL.....	128
APÊNDICE D - QUANTIDADE DE PUBLICAÇÕES POR CIDADE	131

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, dedicamo-nos à análise da trajetória editorial da poesia negra/afro-brasileira desde seu surgimento, em 1859, com a publicação de *Primeiras trovas burlescas de Getulino*, de Luiz Gama,¹ até o ano de 2017, quando concluímos o levantamento dos dados e nos dedicamos às análises, considerando as dinâmicas sociais, históricas e culturais que viabilizaram e/ou dificultaram a materialização e circulação de tais obras.

Segundo definições de Ferreira (2010), o termo edição pode ser utilizado para descrever uma “publicação literária” ou a “atividade de um editor”. Bragança (2005), por sua vez, define o papel do editor de textos como “dar à luz o livro impresso, mas na ação de torná-lo publicamente conhecido, isto é, difundido, distribuído, consumido e lido”. Ao longo deste trabalho, os termos produto editorial ou produção editorial foram utilizados para se referir, portanto, aos impressos em formato de livro e que foram “tornados publicamente conhecidos” por meio de editoras ou de iniciativas editoriais.

Definido qual tipo de produção editorial é o foco deste trabalho, é oportuno pensarmos como ocorre a representação do negro na literatura brasileira. Proença Filho (2004) distingue dois posicionamentos específicos: a condição negra como objeto, que ocorre na literatura sobre o negro; e o negro enquanto sujeito, o que ocorre na literatura do negro. Deste modo, temos que a principal diferença entre as representações é a reivindicação de uma identidade própria a partir do fazer literário.

Tal discussão, abordando as possíveis relações entre as produções literárias *sobre* o negro e as produções literárias *do* negro, são decisivas para a compreensão das variações epistemológicas em torno das produções aqui denominadas como constituintes da literatura negra/afro-brasileira.

Partindo da consolidação de uma produção literária brasileira do negro, Ianni (1988) vale-se do conceito de “literatura negra” para discorrer sobre tal produção. Para o autor, esta literatura surge das transformações que o imaginário negro sofre ao longo do tempo, constituindo um sistema que se organiza mediante semelhanças, como a centralidade do negro, enquanto indivíduo, nessa produção literária e de todo o Universo que o cerca.

¹ Apesar da importância de Domingos Caldas Barbosa para a literatura brasileira, optou-se, neste trabalho, por considerar a primeira publicação de um autor brasileiro pelos meios editoriais brasileiros. Deste modo, uma vez que Domingos Caldas Barbosa teve sua obra publicada por casas editoriais portuguesas, falecendo em 1800, quase uma década antes do surgimento da imprensa no Brasil, em 1808, por meio da instalação da Imprensa Régia, a produção literária desse autor não foi considerada neste estudo.

Utilizando o conceito de “literatura negro-brasileira”, Cuti (2010) também destaca o papel desta literatura, produzida pelo negro, no resgate da própria humanidade deste, uma vez que a literatura que o representava como coisa negava-lhe tal complexidade. Conforme destaca o autor, o fazer literário é, antes de tudo, um modo de atuar socialmente e, ao resgatar sua ascendência e condição de sujeito, o autor negro evidencia sua existência e questiona o seu lugar naquela sociedade.

Ainda sobre o conceito, Cuti (2010) ressalta a urgência de definir como “negro-brasileiras”, em detrimento do termo “afro-brasileiras”, aquelas produções literárias nacionais escritas por autores negros, uma vez que, para o autor, a “afro-brasilidade” pode sobreviver ao negro, em função dos processos miscigenatórios empreendidos no Brasil a fim de “clarear” a população brasileira, ou mesmo da miserabilidade a que os descendentes de escravizados foram submetidos, além de, implicitamente, aproximar tais sujeitos à África, discriminando-os, portanto, daquilo que é genuinamente brasileiro. Assim sendo, para o autor, o uso do termo “negro” para definir determinada literatura explicita a identidade dos sujeitos e retoma sua luta por igualdade.

Edimilson de Almeida Pereira (1995) denomina de literatura afro-brasileira aquela literatura que ele descreve como uma “tradição fraturada” da Literatura Brasileira. O autor alerta, contudo, para os riscos de definir a literatura afro-brasileira considerando apenas dois critérios: o étnico e o temático, uma vez que alguns autores negros escrevem de acordo com os padrões clássicos europeus enquanto alguns autores não negros abordam temáticas comuns à vivência negra. Pereira (1995) alerta, ainda, que, para além das discussões a respeito da definição de literatura “negro-” ou “afro-” brasileira, é necessário elaborar critérios que abranjam a pluralidade das produções e “sistematizem” este veio da Literatura Brasileira.

Considerando tais discussões, o conceito de literatura afro-brasileira que serve como base para este trabalho é aquele estabelecido por Eduardo de Assis Duarte (2010, p. 122), o qual a define como aquela literatura que se constitui “a partir de textos que apresentam temas, autores, linguagens, formação de público leitor, mas, sobretudo, um ponto de vista culturalmente identificado à afrodescendência, como fim e começo”. Para o autor, a temática tem o negro como elemento central, não como mero objeto ou acessório, mas com todo o universo que o cerca e o caracteriza como indivíduo. A autoria leva em conta a experiência existencial do sujeito negro. Soma-se a ela o ponto de vista, já que não basta apenas que o produtor do texto seja negro ou afrodescendente: ele deve se afirmar e posicionar a partir deste lugar de fala, compreendendo aspectos históricos e culturais comuns a esse segmento social. Já o trabalho com a linguagem torna-se relevante a partir de uma discursividade que ressalta

ritmos, entonações, opções vocabulares e toda uma semântica própria, empenhada muitas vezes num trabalho de ressignificação que contraria sentidos hegemônicos na língua. Por fim, a formação de um público leitor, marcado pela diferença cultural e pelo anseio de afirmação identitária que compõe a faceta utópica do projeto literário afro-brasileiro.

Desse modo, é possível, simultaneamente, englobar a pluralidade da qual se constituem as produções literárias afro-brasileiras, diferenciando-as daquelas que constituem o cânone literário brasileiro, definido, em grande medida, por um padrão etnocêntrico. Ou seja, trata-se de uma literatura que, embora não abandone seus critérios estéticos, assume um claro posicionamento social, dedicada a dar voz a uma comunidade muitas vezes marginalizada na sociedade brasileira, como aponta Souza e Silva (2017),

Tal situação resulta da forma como a pessoa negra vem sendo tratada na sociedade brasileira desde a escravidão – como coisa ou ser inferior, além da maneira como se realizam as relações étnico-raciais marcadas pela ideologia do embranquecimento, no século XIX, agravada pela concepção do mito da democracia racial, a partir de meados do século XX, cujo propósito mascara os conflitos e tensões, acentua a discriminação e o racismo perpetuados nas várias esferas sociais do século XXI. (SOUZA E SILVA, 2017, p. 1)

Os fatores destacados por Souza e Silva (2017) – ideologia do embranquecimento, democracia racial e, posteriormente, racismo, tal como o conhecemos atualmente – contribuíram, e ainda contribuem, para a marginalização da população negra na sociedade brasileira. Como aponta Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (2009), tal marginalização, ou apagamento, não se dá apenas nos aspectos fenotípicos, mas define como será moldada a “brasilidade”, ou seja, a ideia de nação brasileira.

Guimarães (2009) destaca como a construção dessa “nação brasileira” encobriu aquelas ancestralidades que não eram desejadas, aproximando-se ao máximo do padrão europeu, buscando aniquilar os traços estéticos e culturais que remetessem à ancestralidade africana. Cuti (2010), ao analisar como este aniquilamento ocorre nas produções literárias, aponta que tal apagamento se inicia no instante em que se definem os critérios para a constituição de um *corpus* responsável por representar a literatura brasileira.

Os critérios que definirão o que será cristalizado como Literatura Brasileira, bem como as temáticas, personagens e enredos que comporão as obras, para além da figura do autor, ajudam a população a internalizar uma determinada imagem de nação. Uma forma de compreendermos o impacto da literatura para a formação de um imaginário nacional é, como aponta Cuti (2010), percebendo o impacto do romantismo, enquanto estilo de época, na construção da brasilidade e, além disso, o papel dos escritores e críticos ao evidenciarem as características presentes em tais produções, destacando-as das demais.

Ao refletirmos como essas dinâmicas influenciam as produções artísticas e, mais especificamente, literárias, temos como um dos resultados a dificuldade de se estabelecer uma linhagem literária voltada para a afro-brasileiridade como começo e fim.

Embora contemos com diversas antologias de poesia dedicadas a destacar a produção de autores afro-brasileiros² e importante fortuna crítica dedicada a analisar a poesia enquanto gênero da vertente afro-literária, ou mesmo a literatura negra/afro-brasileira,³ ainda são pouco exploradas as dinâmicas especificamente editoriais, que culminam com a materialização da poesia negra/afro-brasileira e sua circulação.

Ao analisarmos as dificuldades encontradas por esta linhagem literária quando o assunto é a materialização e circulação em livro, sob o prisma das dinâmicas editoriais que existiram e ainda existem no cenário nacional, é possível compreendermos de forma mais ampla aquilo que Milton Santos (2015, p.37) denomina “uma dupla tirania, a do dinheiro e a da informação, intimamente relacionadas”. Tal tirania serve como mecanismo de condicionamento dos indivíduos em lugares sociais previamente definidos, negando a eles certo controle, tanto de publicação quanto de acesso às publicações, a partir do momento em que propicia, pelo apagamento deliberado dos vínculos autorais e textuais, o apagamento da etnicidade africana e, com isso, cria-se um discurso único, com *status* de verdade absoluta e inquestionável.

Para compreendermos como tais tiranias se articulam, é possível traçar um paralelo com a gênese do campo literário elaborada por Bourdieu (1996). O autor descreve o campo literário como um espaço social autônomo, com regras próprias, no qual ocorrem ações individuais e coletivas; estas ações também podem ser encaradas como lutas travadas entre os agentes que compõem o campo literário, a fim de conservar ou transformar a realidade no interior desse campo.

Bourdieu (1996) aponta, ainda, diversos tipos de capitais existentes no interior do campo e que conferem a determinados agentes mais ou menos poder, de acordo com as regras definidas dentro daquele campo específico. Somando essas reflexões ao que Santos (2015) denomina

² Como as antologias: *AXÉ, antologia contemporânea de poesia negra brasileira*, organizada por Paulo Colina e publicada em 1982; *Poesia negra brasileira*, organizada por Zilá Bernd e publicada em 1992; *Quilombo das palavras: literatura dos afro-descendentes*, organizada por Jônatas da Conceição e Lindinalva Amaro Barbosa e publicada em 2000; e mesmo a série *Cadernos Negros*, editada pelo Grupo Quilombhoje e publicada anualmente desde 1978, organizando as produções por regiões geográficas, temáticas ou categorias.

³ Produzida ou organizada por autores como Cuti, *Literatura negro-brasileira* (2010); Domício Proença Filho, *A trajetória do negro na Literatura Brasileira* (2004); Edmilson Pereira, *Um tigre na floresta de signos: estudos sobre poesia e demandas sociais no Brasil* (2010); Eduardo de Assis Duarte, *Literatura e afrodescendência no Brasil – Antologia crítica*. 4 v. (2011); Florentina da Silva Souza, *Contra correntes: afro-descendência em Cadernos negros e Jornal do MNU* (2001); Maria Nazareth Soares Fonseca, *Brasil Afro-brasileiro* (2000); Miriam Alves, *Criação crioula nu elefante branco* (1986); e Zilá Bernd, *Poesia negra-brasileira – antologia* (1992).

tiraniam do dinheiro e da informação, é possível afirmar que, no interior do campo literário brasileiro, a relação entre o capital simbólico, que pode ser caracterizado pelo prestígio ou honra do qual um agente goza no interior do campo, e o capital econômico é parte fundamental de uma equação de legitimação literária de uns em detrimento de outros.

Desse modo, a importância de explorar tais lacunas, que abrangem tanto a história editorial do livro no Brasil quanto a própria história da literatura negra/afro-brasileira, consiste em questionar os rumos pelos quais se cristalizou a chamada “Literatura Brasileira”, historicizada por autores como Afrânio Coutinho (*Introdução à Literatura no Brasil*, 1959), Antonio Candido (*Formação da Literatura Brasileira. Momentos Decisivos*, 1959), Alfredo Bosi (*História Concisa da Literatura Brasileira*, 1977) e David Brookshaw (*Raça e cor na literatura brasileira*, 1983), a partir do pressuposto de que a literatura não se dá em um ambiente livre das tensões étnico-raciais e que tais tensões influenciam na escolha do discurso que será materializado e canonizado por meio do impresso e qual será “silenciado”.

Considerando que, até o presente momento, não havia sido realizado o levantamento estatístico das publicações literárias individuais de poesia negra/afro-brasileira, partimos do levantamento de tais dados estatísticos para analisar como as dinâmicas editoriais influenciam nos embates estabelecidos pela literatura negra/afro-brasileira no interior do campo literário brasileiro.

Dessa forma, inicialmente, foi realizado o levantamento de poetas produtores de literatura negra/afro-brasileira, considerando o período de 1859, ano em que Luiz Gama publica as *Primeiras trovas burlucas de Getulino*, marcando, de certa forma, o surgimento de uma poesia negra/afro-brasileira no que diz respeito a publicações individuais, até 2017, data em que finalizamos o inventário para nos dedicarmos às análises e reflexões.

A base de dados utilizada no levantamento das produções e informações referentes foi o Portal Literafro,⁴ vinculado ao projeto de pesquisa *Afrodescendências: raça e etnia na cultura brasileira*, coordenado pelo Professores Dr. Eduardo de Assis Duarte (UFMG), Dr. Adélcio de Sousa Cruz (UFV), Dr. Luiz Henrique Silva de Oliveira (CEFET-MG) e Dr. Marcos Antônio Alexandre (UFMG), tendo como suporte acadêmico e científico o Grupo Interdisciplinar de Estudos do Campo Editorial (GIECE/CEFET-MG) e o Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Alteridade (NEIA/UFMG).

O Portal exhibe, subdividida em autores e autoras, a listagem de 125 autores com alguma regularidade de publicações e cujas publicações contemplem os elementos estabelecidos por

⁴ Portal Literafro. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/>. Acesso em: 23 fev. 2018.

Duarte (2010) – temática, autoria, ponto de vista enunciativo, linguagem e público – como responsáveis por constituir a unidade da literatura afro-brasileira, enquanto um dos “microcampos” (BOURDIEU, 1996) da literatura brasileira. Algumas das informações apresentadas acerca dos autores listados são: informações biográficas, em geral exibidas com fotos ou ilustrações; dados bibliográficos; textos críticos e teóricos, além da indicação de locais; e fontes de pesquisa. Dentre as informações disponibilizadas, optamos por nos ater às publicações individuais a fim de facilitar a organização dos dados, padronização da metodologia e compreensão de como a autoria individual é articulada no interior da literatura negra/afro-brasileira, possibilitando, ainda perceber a articulação de outros indivíduos e grupos identitários no microcosmo, como as autoras negras, que suscitam questionamentos passíveis de discussão e análise mais demorada em futuros trabalhos.

Em comparativo com o que já foi produzido a respeito da literatura negra/afro-brasileira a partir de levantamentos estatísticos das produções,⁵ é possível percebermos que, em um mesmo intervalo temporal, entre os gêneros romance, conto e poesia, a poesia é o gênero com a maior quantidade de publicações individuais: enquanto, de acordo com os inventários produzidos, foram publicados 62 romances, de autoria de 29 romancistas; 88 livros individuais de contos, de autoria de 43 escritores; contabilizou-se o total de 271 livros individuais de poesia negra/afro-brasileira, de autoria de 79 escritores.

Além de ser, entre os gêneros estudados, o que conta com o maior número de publicações individuais, a poesia possui grande relevância para a formação de um público leitor, uma vez que demanda tempo de leitura relativamente curto e possibilita sua apresentação em *saraus* e *slams*⁶ e contribui para o resgate da ancestralidade africana da linguagem.

Assim, para ampliar as discussões a respeito da história editorial da poesia negra/afro-brasileira, questionamos: Quais são os autores? Que livros publicaram? Por quais meios editoriais publicaram? Quando publicaram? Em quais períodos históricos? Em quais cidades? Como tais publicações estão distribuídas geograficamente? Quais apontamentos este cenário permite?

⁵ Vide: OLIVEIRA, Luiz Henrique Silva de; RODRIGUES, Fabiane Cristine. Panorama editorial da literatura afro-brasileira através dos gêneros romance e conto. *Em Tese*, Belo Horizonte, v. 22, p. 90-107, 2017; OLIVEIRA, Luiz Henrique Silva de; RODRIGUES, Fabiane Cristine. Por uma história editorial do conto afro-brasileiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM, 39., 2016, São Paulo. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2016. v. 1, p. 788-801.

⁶ De acordo com Gabriel Teixeira Ramos (2017, p. 4), “observados em diferentes cidades brasileiras, os slams de poesia se configuram como movimentos presentes em circuitos locais, nacionais e internacionais, em que poetas se reúnem para declamar poesias, nos formatos de “batalhas”, versadas em tempo cronometrado e com júri escolhido ou do público.”

Para refletir sobre os questionamentos propostos, valemo-nos de alguns trabalhos realizados a fim de compreender as dinâmicas literárias e editoriais, sendo estabelecida uma relação entre a denominada Literatura Brasileira e a perspectiva traçada por Bourdieu (1996) em *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*: a noção de campo literário – entendido aqui como o espaço social em que ações individuais e coletivas se influenciam mutuamente, envolvendo a produção, a circulação e o consumo do material literário –, intrinsicamente relacionada à noção de valor e modificada de acordo com a posição que os atores ocupam na sociedade e no próprio campo. Começemos com a revisão da fortuna crítica.

No campo da historiografia literária brasileira, valemo-nos da importante obra de Antonio Candido, *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*, na qual o autor parte da tríade autor-obra-público para traçar um panorama do que denomina sistema literário brasileiro, além de analisar como o surgimento de uma literatura brasileira contribuiu para a formação da identidade nacional.

Nos estudos da história editorial brasileira, destacamos as obras de Ana Flávia Magalhães Pinto, Aníbal Bragança, Laurence Hallewell e Márcia Abreu.

Ana Flávia Magalhães Pinto dedicou-se a estudar a trajetória da Imprensa Negra no século XIX, tendo como foco os processos de construção identitária dos negros livres e letrados em meio ao sistema escravista e ao momento imediatamente posterior à mudança de sistema, sendo relevante para compreender como os processos discursivos podem ser utilizados para denunciar e explicitar a discriminação racial, mesmo em um contexto no qual vigoravam promessas de igualdade social. Aníbal Bragança e Márcia Abreu apresentam uma coletânea de textos que traçam a trajetória da leitura e do livro no Brasil, partindo da instalação da primeira tipografia no país até o panorama contemporâneo da realidade editorial brasileira. Laurence Hallewell, por sua vez, desenvolveu um dos mais profundos estudos sobre a história do livro no Brasil, incluindo, além de dados estatísticos, importantes informações sobre o mercado livreiro, os principais empreendedores e os fatores que facilitaram ou dificultaram o êxito de editoras comerciais e oficiais, bem como garantiram o sucesso e o fracasso de diversos editores.

De modo mais específico, da chamada literatura negra/afro-brasileira, este trabalho se apoia em obras de Conceição Evaristo, Cuti, Domício Proença Filho, Edmilson Pereira, Eduardo de Assis Duarte, Maria Nazareth Soares Fonseca e Zilá Bernd.

Conceição Evaristo estabelece, em seus estudos, importantes relações entre a condição diaspórica dos indivíduos trazidos da África ao Brasil e como isso se reflete na formação identitária desses indivíduos e, conseqüentemente, em sua produção literária. Cuti, por seu turno, propõe-se a discutir a literatura negro-brasileira, como ele a denomina, como um dos

múltiplos aspectos da literatura brasileira, bem como o surgimento da personagem negra e do autor e leitor negros, além de apresentar um *corpus* que permite a esquematização e discussão acerca dos principais gêneros e suportes. Mais voltado para as produções literárias, Domício Proença Filho traça a trajetória do negro na literatura brasileira, partindo da representação estereotipada e usada meramente como acessório, até a assunção do papel de sujeito discursivo, capaz de defender e construir sua própria identidade. As produções de Edmilson Pereira voltam-se para aspectos referentes à produção e à recepção da poesia negra/afro-brasileira, tanto no contexto literário brasileiro quanto no contexto especificamente ocupado pela literatura negra/afro-brasileira. O conceito de literatura negra/afro-brasileira utilizado como base para este trabalho foi estabelecido por Eduardo de Assis Duarte, que o definiu a partir da percepção da literatura negra como um processo em construção, articulado em um tempo, lugar e contextos específicos, permitindo a compreensão da literatura afro-brasileira como um sistema estruturado. Em suas produções, Maria Nazareth Soares Fonseca analisa as estratégias de construção e as vozes presentes na poesia negra/afro-brasileira, bem como as temáticas recorrentes e como isso reflete na resistência negra e em sua afirmação enquanto sujeito. Zila Bernd, por sua vez, demonstra, valendo-se em grande medida da poesia negra/afro-brasileira, a importância das produções literárias para a construção de uma identidade nacional e da própria identidade do indivíduo negro.

Desse modo, é possível percebermos que, embora estas sejam produções extremamente relevantes para traçar um panorama da literatura brasileira, bem como dos aspectos específicos da chamada literatura negra/afro-brasileira, esta pesquisa propõe uma releitura de parte do que foi feito no âmbito da história editorial brasileira, possuindo potencial de importantes inovações para o campo,⁷ uma vez que se dedica ao estudo das questões relativas à literatura negra/afro-brasileira sob o prisma editorial, tendo a pretensão estatística como foco do trabalho e considerando as dinâmicas e os mecanismos que possibilitaram o seu surgimento e a sua circulação, recorte ainda pouco estudado.

Após o levantamento de dados, e apoiando-nos sobre os importantes trabalhos citados anteriormente, propusemos algumas reflexões a fim de discutir a intensidade ou breves vazios das produções individuais de poesia negra/afro-brasileira, bem como as dinâmicas dos períodos históricos em que os autores apareceram e os meios pelos quais publicaram; a distribuição editorial dos livros de poesia negra/afro-brasileira e as hipóteses que a justifiquem; além de

⁷ Resultados preliminares de parte desta pesquisa foram apresentados na III Semana Cultural Travessia Africanidades, no Congresso Nacional Intercom (2016) e na 12ª Semana de Ciência e Tecnologia do CEFET-MG.

reflexões acerca do apagamento das publicações de poesia negra/afro-brasileira no campo editorial brasileiro.

No primeiro capítulo, “Campos literários”, partindo dos conceitos de “campo literário” e “*habitus*” elaborados por Bourdieu (1996), propomos a configuração da literatura brasileira como resultado da articulação de diversos campos literários, tendo como foco a poesia negra/afro-brasileira enquanto microcampo constituinte; para fundamentar tais discussões, valemo-nos principalmente dos seguintes trabalhos: *Literatura e identidade nacional* (BERND, 1992); *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário* (BOURDIEU, 1996); *Formação da literatura brasileira* (CANDIDO, 2013); *Literatura negro-brasileira* (CUTI, 2010); *Literatura e afrodescendência no Brasil – Antologia crítica. 4 v.* (DUARTE; FONSECA, 2011); *Brasil Afro-brasileiro* (FONSECA, 2000); *A crítica da razão negra* (MBEMBE, 2014); e *Um tigre na floresta de signos: estudos sobre poesia e demandas sociais no Brasil* (PEREIRA, 2010).

O segundo capítulo, “Poesia negra/afro-brasileira – publicações individuais”, constitui-se pelos resultados obtidos a partir do levantamento estatístico das publicações individuais de livros de poesia negra/afro-brasileira somados às reflexões acerca do contexto editorial brasileiro e de como estas publicações individuais de poesia negra/afro-brasileira articulam-se, considerando as dinâmicas existentes desde a implantação de Imprensa Régia, em 1808, até a atualidade. Para embasar tais reflexões, serão utilizadas, principalmente, as seguintes obras: *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros* (ABREU; BRAGANÇA, 2010); *Criação crioula nu elefante branco* (ALVES; SILVA; XAVIER, 1986); *A economia da cadeia produtiva do livro* (EARP; KORNIS, 2005); *Racismo e antirracismo no Brasil* (GUIMARÃES, 2009); *O livro no Brasil: sua história* (HALLEWELL, 2012); *Reflexões sobre a literatura afro-brasileira* (QUILOMBHOJE, 1985); *Por uma outra globalização* (SANTOS, 2015); *Africanidades e Relações Raciais: Insumos para Políticas Públicas nas Áreas do Livro* (SILVA, 2014); *Mercadores de cultura* (THOMPSON, 2013); demais trabalhos disponíveis no Portal Literafro; e outras fontes, como enciclopédias de literatura e bancos de dados do NEIA-UFMG e do GIECE-CEFET-MG.

Nas “Considerações finais”, trazemos os resultados das discussões levantadas ao longo do trabalho e as inquietações despertadas pela discussão, ainda que, muitas vezes, como lacunas a serem exploradas em futuros trabalhos.

1. CAMPOS LITERÁRIOS

Torna-se necessário, antes de analisar a história editorial da poesia negra/afro-brasileira, pensar nos modos como a Literatura Negra/Afro-brasileira situa-se no interior da Literatura Brasileira, canonizada, e também em como se deram os processos de canonização e legitimação do que hoje entendemos por Literatura Brasileira. Para entendermos esses processos, serão estabelecidas relações entre os conceitos de “campo literário”, traçado por Pierre Bourdieu, e de “sistema literário brasileiro”, delineado por Antonio Candido, além do próprio conceito de Literatura Negra/Afro-brasileira desenvolvido ao longo deste trabalho, a partir dos estudos realizados por Cuti, Eduardo de Assis Duarte e Zilá Bernd.

1.1 Campo literário

Bourdieu (1996), em *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*, analisa como se estrutura o campo literário, um dos diversos microcosmos incluídos no macrocosmo que é o espaço social, partindo das próprias produções literárias para compreender como este campo específico se articula no campo de produção de bens culturais e como se relaciona com os demais campos de poder existentes. Apesar de analisar esta estrutura na formação do campo artístico francês, muitas das considerações traçadas pelo autor permitem que sejam estabelecidas conexões e paralelos com outros contextos, dado o seu caráter “universal”, por isso, ainda que este trabalho seja dedicado à compreensão da Literatura Brasileira como uma reunião de diversos microcampos literários e, nesse contexto, as especificidades da Literatura Afro-brasileira, alguns dos conceitos propostos por Bourdieu serão adotados.

De modo geral, Bourdieu (1996, p. 64) compreende o campo literário como “mundo à parte, sujeito às suas próprias leis”, de maneira que este campo se organiza de modo relativamente autônomo e dependente de outros campos, como o econômico e o político. Assim sendo, sua estrutura baseia-se nas “regras” criadas e aceitas por seus agentes, em uma relação em que

a participação nos interesses constitutivos da vinculação ao campo (que os pressupõe e os produz por seu próprio funcionamento) implica a aceitação de um conjunto de pressupostos e de postulados que, sendo a condição indiscutida das discussões, são, por definição, mantidos a salvo da discussão. (BOURDIEU, 1996, p. 193)

Ou seja, para compreender tais relações, é primordial compreender que elas não ocorrem naturalmente no interior do campo literário, mas são produtos de uma construção daqueles agentes que o compõem e, por isso, devem ser aceitas por seus membros. Ainda que permita

algumas subversões e esteja sujeito a alterações, alguns dos pressupostos que o fundamentam e garantem sua existência não são passíveis de questionamento, ou, segundo as palavras do autor, “ao recusar jogar o jogo, contestar as regras da arte, seus autores põem em questão não uma maneira de jogar o jogo, mas o próprio jogo e a crença que o funda, única transgressão inexpiable” (BOURDIEU, 1996, p. 196).

Mesmo aquelas alterações possíveis, permitidas pelas regras do jogo, não ocorrem de modo “gratuito” ou por meio do mero acaso, mas são fruto da interação entre os próprios agentes do campo literário. Esta interação, contudo, não se dá de modo pacífico e a conservação do estado de coisas ou as alterações no interior do campo dependerão dos conflitos que envolvem esses agentes, considerando a força que possuem no interior do campo e sua posição.

As posições que os agentes ocuparão no interior do campo literário dependem, antes de mais nada, das lógicas econômicas às quais estão submetidos, uma vez que essas lógicas influenciam os modos de produção e circulação, recepção e ciclo de vida das obras, autores, editores e demais agentes relacionados aos processos que cercam as obras, além de garantirem diferentes tipos de capital, e, por isso, poder, ao referido agente.

Bourdieu (1996) destaca duas lógicas antagônicas: uma economia antieconômica, associada à produção de uma “arte pura” e baseada “no reconhecimento indispensável dos valores de desinteresse e na denegação da ‘economia’ (‘do comercial’) e do lucro ‘econômico’ (a curto prazo), privilegiando a produção e suas exigências específicas, oriundas de uma história autônoma” (BOURDIEU, 1996, p. 163), deste modo, denegando as exigências comerciais e o lucro em curto prazo, assegura-se a acumulação de capital simbólico e, somente em longo prazo e sob as devidas condições, lucro econômico; e a lógica econômica das indústrias literárias e artísticas, que, por sua vez, fazem “do comércio de bens culturais um comércio como os outros, conferem prioridade à difusão, ao sucesso imediato e temporário” (BOURDIEU, 1996, p. 163), de modo que o sucesso pode ser medido pela tiragem e a produção tende a se ajustar às demandas preexistentes, conferindo, em curto prazo, maior capital econômico aos agentes e, em uma relação de causa e efeito, menor capital simbólico.

Percebemos, por meio das lógicas de funcionamento do campo apontadas acima, que, apesar da relativa autonomia conquistada, o campo literário também é influenciado por lutas sociais, econômicas, políticas, entre outras que ocorrem externamente a ele, dentro do macrocosmo, e que influenciam na estruturação das posições de dominante ou dominado. Precisamos interrogar, segundo as palavras de Bourdieu,

O que as diferentes categorias de artistas e escritores de uma determinada época e sociedade deviam ser do ponto de vista do *habitus* socialmente constituído, para que

lhes tivesse sido possível ocupar as posições que lhes eram oferecidas por um determinado estado do campo intelectual e, ao mesmo tempo, adotar as tomadas de posição estéticas ou ideológicas objetivamente vinculadas a estas posições. (BOURDIEU, 2004, p. 190)

Desse modo, temos que as relações no campo literário, ou mesmo no campo intelectual como um todo, não se dão de modo puramente arbitrário, mas estão sujeitas a um *habitus* constituído no macrocosmo e que reflete no interior dos microcosmos, situando as posições dos agentes em seu interior e, conseqüentemente, o modo como poderão influenciar o campo. Para compreender a lógica por trás dessas relações, é necessário compreender os conceitos de *habitus*, capital econômico e capital simbólico e, por meio dessas noções, perceber como os agentes estabelecem relações entre si, no interior do campo literário e externamente a ele.

O conceito de *habitus*, desenvolvido por Bourdieu (2004) em *A economia das trocas simbólicas*, trata sobre as disposições incorporadas no interior de cada campo, ou microcosmo.

O autor o descreve como

Sistema das disposições socialmente construídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes. Tais práticas e ideologias poderão atualizar-se em ocasiões mais ou menos favoráveis que lhe propiciam uma posição e uma trajetória determinadas no interior de um campo intelectual que, por sua vez, ocupa uma posição determinada na estrutura da classe dominante. (BOURDIEU, 2004, p. 191)

Desse modo, temos que *habitus* é uma construção social que se desenvolve no interior dos campos, condicionando o indivíduo a interiorizar algumas das estruturas sociais e, enquanto “estrutura estruturada e estruturante”, influenciando na forma consciente como aquele determinado grupo de indivíduos perceberá o mundo e como agirá. Apesar de não ser uma imposição explícita, a aceitação e a assimilação de determinada variante de *habitus* reflete na posição que o indivíduo ocupará naquele campo e, conseqüentemente, dadas as relações estabelecidas pelos diversos campos, na sociedade como um todo.

Como sugere a noção de *habitus*, os diferentes capitais estabelecem diferentes influências nos diferentes campos, de acordo com a forma como foi estruturado o microcosmo. No campo literário, os capitais econômico e simbólico influem de modo muito distinto e, para compreender esta distinção, é necessário entender como são classificados tais conceitos.

O capital econômico, como o próprio nome indica, associa-se ao plano econômico, às indústrias literárias ou artísticas, aos meios de produção e circulação das obras, bem como ao atendimento de demandas ou à criação de uma demanda mercadológica. Contudo, ainda que seja inegável a sua importância social e política, o capital econômico não é capaz de garantir,

por si só, legitimação e prestígio no seio do campo literário, e isso se dá pelo modo como se obtém o capital simbólico e como ele se estrutura.

Em *O poder simbólico*, Pierre Bourdieu (2001) detém-se em explicar como ocorrem os processos que legitimam e, de certo modo, atribuem a determinados produtos, práticas ou ideologias, por meio da crença, certo *status* dentro do campo. De acordo com o sociólogo,

O capital simbólico – outro nome da distinção – não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja a sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição, quer dizer, quando conhecido e reconhecido como algo de óbvio. (BOURDIEU, 2001, p. 145)

O poder simbólico, por sua vez, pode ser descrito como

O poder de construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, desde modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela forma (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário. (BOURDIEU, 2001, p. 13)

Ou seja, o capital simbólico pode ser encarado como um produto desse poder simbólico, capaz de estruturar algumas ideologias, discursos e ordens como legítimos e naturais, criando sistemas de classificação e hierarquização após serem reconhecidos e aceitos pelos sujeitos no interior do campo. O poder simbólico também se associa ao modo como os agentes serão dispostos no campo literário, mesmo que a naturalização de suas posições nos leve a crer que é algo meramente arbitrário. Cabe ressaltar, ainda, que

[...] é na correspondência de estrutura a estrutura que se realiza a função propriamente ideológica do discurso dominante, intermediário estruturado e estruturante que tende a impor a apreensão da ordem estabelecida como natural (ortodoxia) por meio da imposição mascarada (logo, ignorada como tal) de sistemas de classificação e de estruturas mentais objetivamente ajustadas às estruturas sociais. (BOURDIEU, 2001, p. 14)

Ou seja, a naturalização dos agentes em suas posições no interior do campo literário, no contexto abordado neste trabalho, ainda que naturalizada, não é natural e perpetua-se e garante-se por intermédio dos sistemas de classificação que estruturam o campo e as relações que estabelece com os demais campos sociais, como o campo político e o econômico. De modo geral,

as frações dominantes, cujo poder assenta no capital econômico, têm em vista impor a legitimidade de sua dominação quer por meio da própria produção simbólica, quer por intermédio dos ideólogos conservadores os quais só verdadeiramente servem os interesses dos dominantes por acréscimo, ameaçando sempre desviar em seu proveito o poder de definição do mundo social que detêm por delegação; a fração dominada (letrados ou “intelectuais” e “artistas”, segundo a época) tende sempre a colocar o capital específico a que ela deve a sua posição no topo da hierarquia dos princípios de hierarquização. (BOURDIEU, 2001, p. 12)

É por meio dessas lutas travadas no interior do campo literário que são definidos os critérios hierarquizantes e quem poderá defini-los, dificultando as mudanças de princípios de hierarquização ao obstar o acesso dos agentes aos postos que detêm maior poder, simbólico e/ou econômico, em uma contínua relação de causa e efeito.

É possível perceber, pois, que desde a articulação do campo literário há uma espécie de “subordinação estrutural” (BOURDIEU, 1996, p. 65), que se impõe de forma desigual aos diferentes agentes do campo e se institui, principalmente, a partir das relações que estes agentes estabelecem com o mercado e com os estilos de vida e ligações duradouras que firmam. Quanto maior é o capital acumulado, maior a influência do agente no interior do campo e maior a sua força, seja para a conservação do estado de coisas, seja para a sua alteração. É importante ressaltarmos, no entanto, que

O capital ‘econômico’ só pode assegurar os lucros específicos oferecidos pelo campo se se converter em capital simbólico. A única acumulação legítima, para o autor como para o crítico, para o comerciante de quadros como para o editor ou diretor de teatro, consiste em fazer um nome, um nome conhecido e reconhecido, capital de consagração que implica um poder de consagrar objetos ou pessoas, portanto, de conferir valor e de tirar os lucros dessa operação (BOURDIEU, 1996, p. 170)

Sendo assim, no interior do campo literário, o verdadeiro capital é o capital simbólico, capaz de se converter em prestígio e poder de consagração. A esse respeito, podemos destacar que

O êxito simbólico e econômico da produção de ciclo longo depende da ação de alguns ‘descobridores’, isto é, dos autores e dos críticos que fazem a editora dando-lhe crédito e também do sistema de ensino, único capaz de oferecer, a prazo, um público convertido (BOURDIEU, 1996, p. 169)

O termo “produção de ciclo longo” associa-se às produções mais ligadas à lógica das indústrias literárias e artísticas, aquelas não pautadas majoritariamente pelo mercado existente, e àqueles produtos que possuem maior chance de serem consagrados no campo artístico. Para que uma obra ou autor obtenha êxito no campo e conquiste capital simbólico, ele deve ser reconhecido por seus pares e também pelos críticos, agentes que já gozam deste prestígio. É por meio desses deslizamentos que ocorrem as modificações no campo, pois,

Os autores consagrados que dominam o campo de produção tendem a impor-se também pouco a pouco no mercado, tornando-se cada vez mais legíveis e aceitáveis à medida que se banalizam através de um processo mais ou menos longo de familiarização associado ou não a um aprendizado específico. (BOURDIEU, 1996, p. 184)

Pensar tais questões leva-nos a refletir sobre a “concentração” do capital simbólico, visto que, para ocupar posições mais relevantes no interior do campo literário, é necessário que

o autor seja, antes de mais nada, aceito pelos autores consagrados e pela crítica. Uma vez que a hierarquização no campo literário é definida pelos agentes que detêm maior capital e, conseqüentemente, poder de consagração e de legitimação no interior do campo, o que é aceitável ou não depende da concordância daqueles que definem quais serão as regras estruturantes do campo literário, fazendo com que, dadas as interferências entre campo artístico, econômico e político, a concentração de capital simbólico dependa do aval desses grupos, de modo que,

[...] as diferentes posições do espaço hierarquizado do campo de produção correspondem a gostos socialmente hierarquizados, toda transformação de estrutura do campo acarreta uma translação da estrutura dos gostos, ou seja, do sistema das distinções simbólicas entre os grupos. (BOURDIEU, 1996, p. 184)

Há, portanto, a associação entre as categorias de obras oferecidas e o público a que elas se destinam e, dentro do macrocosmo, esse público ocupa um lugar social que lhe confere maior ou menor distinção simbólica no microcosmo do campo literário.

Ao refletirmos sobre o modo como Bourdieu (1996) analisa a gênese do campo literário e sua articulação com outros microcosmos e instâncias de poder, é possível interrogarmo-nos sobre os processos de construção do campo literário brasileiro e, conseqüentemente, sobre a exclusão de alguns grupos dos meios simbólicos de poder e do sistema das distinções simbólicas, objetivo deste trabalho. Para isso, faz-se necessário compreendermos como se estrutura o campo literário brasileiro.

1.2 Literatura Brasileira e seus múltiplos campos

Em meio a sua vasta obra, Antonio Candido de Mello e Souza, em *Formação da Literatura Brasileira – Momentos decisivos* (1959), estabelece bases decisivas para a formação do que entendemos por sistema literário brasileiro. Em sua introdução, o autor discorre sobre os elementos formadores daquilo que será entendido, ao longa da obra, por sistema literário:

Sistema de obras ligadas por denominadores comuns, que permitem reconhecer as notas dominantes de uma fase [...] Entre eles se distinguem: a existência de um conjunto de produtores literários, mais ou menos conscientes de seu papel; um conjunto de receptores, formando os diferentes tipos de público sem os quais a obra não vive; um mecanismo transmissor, (de modo geral uma linguagem, traduzida em estilos), que liga uns a outros. (CANDIDO, 2013, p. 25)

Desse modo, Candido utiliza a tríade autor-obra-público para diferenciar a noção de literatura das manifestações literárias, publicações que não possuíam a continuidade necessária

para serem lidas como constituinte de uma tradição literária ou não se encaixavam na configuração de sistema.

Candido ainda descreve a literatura brasileira como uma “literatura empenhada”, uma vez que “é toda voltada, no intuito dos escritores ou na opinião dos críticos, para a construção duma cultura válida no país. Quem escreve, contribuiu e se inscreve num processo histórico de elaboração nacional” (CANDIDO, 2013, p. 20). Essa é uma das especificidades das literaturas produzidas nos chamados países do “novo mundo” em relação aos países do “velho mundo”, ou países colonizados e países colonizadores, uma vez que nos países colonizados a literatura apresenta elementos descritivos locais como traço diferencial e critério de valor, sendo uma das “ferramentas” de construção identitária, desempenhando a função de construção de uma nação.

Percebendo essa característica da nossa literatura e estabelecendo uma relação com as reflexões traçadas por Antonio Candido e aquelas traçadas por Pierre Bourdieu, que norteia nosso trabalho, optamos por encarar a Literatura Brasileira como uma das partes do campo intelectual, de forma que

[...] as partes constitutivas do campo intelectual, colocadas numa relação de interdependência funcional, são, no entanto, separadas por diferenças de peso funcional e contribuem de maneira muito desigual para dar ao campo intelectual sua estrutura particular. De fato, a estrutura dinâmica do campo intelectual não é outra coisa senão o sistema de interações entre uma pluralidade de instâncias, agentes isolados, como o criador intelectual, ou sistema de agentes, como o sistema de ensino, as academias ou círculos literários, que são definidos, ao menos no essencial, no seu ser e na sua função, por sua posição nesta estrutura e pela autoridade, mais ou menos extensa, e sempre mediatizada por sua interação, que elas exercem ou pretendem exercer sobre o público, ao mesmo tempo capital e em certa medida, árbitro da competição pela consagração e legitimidade intelectual. (BOURDIEU, 1968, p. 126)

Desse modo, é possível interrogarmos: quais autores obtiveram sucesso nos campos intelectual e artístico brasileiros? Qual era a configuração da nação que se pretendia construir a partir das produções literárias? Como este projeto de criação nacional contribuiu para que determinados agentes possuíssem maior ou menor peso no interior do campo?

Por meio do *habitus* das classes dominantes brasileiras, que detinham o capital econômico e o simbólico, e que excluía do interior do campo literário ou dificultavam as condições de consagração e reconhecimento de diversas camadas de indivíduos – como aqueles pertencentes às classes mais baixas, mulheres ou negros –, torna-se oportuno questionar se a tríade autor-obra-público é capaz de refletir os fatores históricos, sociais e culturais da época e de englobar as tensões que se estabelecem fora do campo literário canonizado.

Trabalhos como *Reflexões*, organizado pelo Grupo Quilombhoje (1985); *Criação Crioula, Nu Elefante Branco*, organizado pela Comissão Nacional do I Encontro de Poetas e Ficcionalistas Negros Brasileiros (1986); *Literatura negro-brasileira*, de Luiz Silva (Cuti)

(2010); *Um Tigre na floresta de signos: estudos sobre poesia e demandas sociais no Brasil*, organizado por Edimilson de Almeida Pereira (2010); *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica*, organizado por Eduardo de Assis Duarte e Maria Nazareth Fonseca (2011); *Africanidades e Relações Raciais: insumos para Políticas Públicas na área do livro, leitura, literatura e bibliotecas no Brasil*, organizado por Cidinha da Silva (2014); *Brasil afro-brasileiro*, organizado por Maria Nazareth Soares Fonseca (2000); *Panorama editorial da literatura afro-brasileira através dos gêneros romance e conto*, de Luiz Henrique de Oliveira e Fabiane Rodrigues (2017); *Quilombos editoriais: panorama e estratégias*, de Luiz Henrique de Oliveira (2018); e *Literatura e atitudes políticas: olhares sobre o feminino e antiescravidão na obra de Maria Firmina dos Reis*, de Jéssica Catharine Barbosa de Carvalho (2018), apontam para a articulação, criação e continuidade de obras, autores e linhagens que destoam daquela constituinte do cânone literário brasileiro, cuja sistematização pode se dar por meio da tríade estabelecida por Antonio Candido, de modo que se torna possível perceber organizações de agentes que, embora destoem do campo literário brasileiro, estruturam-se mediante outros critérios, ou *habitus*, permitindo questionar se tais organizações não podem ser lidas como microcosmos que ora integram o campo literário canonizado, ora se encontram à sua margem. No caso deste trabalho, optamos por analisar as formas como a literatura negra/afro-brasileira posiciona-se diante deste campo.

Para articularem-se no interior do campo, os produtores da literatura negra/afro-brasileira muitas vezes empreendem projetos coletivos, uma vez que, como afirma Bourdieu, “o sentido público da obra, enquanto julgamento objetivamente instituído sobre o valor e a verdade da obra, é necessariamente coletivo” (BOURDIEU, 1968, p. 125); assim,

A objetificação da intenção criadora que se poderia chamar ‘publicação’ se realiza através de uma infinidade de relações sociais particulares, relações entre o editor e o autor, entre o editor e o crítico, entre o autor e o crítico, entre os autores etc. Em cada uma dessas relações, cada um dos agentes empenha não só a representação socialmente constituída que tem do outro termo da relação, mas também a representação da representação que o outro termo tem dele, isto é, da definição social de sua verdade e de seu valor que se constitui no interior e a partir do conjunto de relações entre todos os membros do universo intelectual. Conclui-se que a relação que o criador mantém com sua obra é sempre mediatizada pela relação que mantém o sentido público dela, sentido que lhe volta concretamente à memória por ocasião de cada relação que ele estabelece com os outros membros do universo intelectual e que é o produto das interações infinitamente complexas entre atos intelectuais, enquanto julgamentos ao mesmo tempo determinados e determinantes sobre a verdade e o valor das obras e dos autores. (BOURDIEU, 1968, p. 125)

Ou seja, para atuar no campo intelectual – ou, mais especificamente, no campo literário –, é necessário que os autores articulem-se coletivamente e com os demais agentes do campo,

a fim de se garantir que a obra circule e possa ser compreendida por meio de “valores” ou parâmetros estéticos e mesmo de produção que se apliquem a ela.

O modo como a literatura negra/afro-brasileira se configura, no campo literário brasileiro, pode ser compreendido como uma linhagem que está ao mesmo tempo dentro e fora do campo. Dentro porque se vale dos mesmos suportes e formas; fora porque apenas a tríade autor-obra-público não é suficiente para garantir sua existência e continuidade, conforme será desenvolvido no capítulo seguinte, sendo necessário manter temática, autoria, linguagem, ponto de vista interno à afrodescendência e criação de um público leitor e um campo editorial negro para sustentar a discursividade literária negra. Essas exigências, específicas dessa linhagem literária, podem ser explicadas pelos processos de legitimação e canonização ocorridos no interior do campo literário brasileiro.

Compreender como essa fratura da literatura brasileira se organiza enquanto microcosmo estruturado será debatido adiante.

1.3 Uma fenda no sistema: a Literatura Negra/Afro-brasileira como um campo dentro do campo

Ainda que esta pesquisa seja dedicada a estabelecer os contornos pelos quais se delinea a história editorial da poesia negra/afro-brasileira, é necessário que seja feita uma reflexão preliminar sobre o conceito de Literatura Negra/Afro-brasileira. Ressaltamos a construção do termo, o qual já indica que, embora dialogue e estabeleça relações, não constitui aquilo que é aceito, canonizado e naturalizado como Literatura Brasileira e por isso é denominado desse modo, o que nos leva a questionar: como se constituem a Literatura Brasileira e a Literatura Negra/Afro-brasileira?

A importância de conceitos como Literatura Afro-brasileira, Literatura Negra, Literatura Negro-brasileira, Literatura Negra-brasileira, guardadas suas especificidades, é o modo como explicitam e fazem ressoar algumas das identidades que, mediante uma nacionalidade construída, são muitas vezes “neutralizadas” no interior do campo literário. Como aponta Zila Bernd,

O conceito de identidade torna-se recorrente no domínio dos estudos literários a partir do momento em que as literaturas minorizadas no interior dos campos literários hegemônicos recusam a classificação de literaturas periféricas, conexas e marginais e reivindicam um estatuto autônomo no interior do campo instituído. (BERND, 1992, p. 13)

Desse modo, ao nomear sobre qual literatura estamos tratando, reafirmamos a sua existência, especificidade e relativa autonomia no interior do campo literário nacional, ao mesmo tempo que questionamos o que é, portanto, o campo literário nacional.

Ao discorrer sobre o que denomina “literatura negra brasileira”, Bernd (1988) é incisiva ao afirmar sua importância para o resgate de uma identidade negra, suprimida em virtude do processo escravista ocorrido no Brasil, a partir do instante em que sua perda é percebida e, então, inicia-se a busca por sua reconstrução. Para a autora, é por meio dessas produções que o indivíduo que se percebe e se quer negro constrói seu discurso, deixando de ser um mero acessório ou “aquele que é olhado”, reinventando sua própria existência.

Ao assumir um posicionamento político e ideológico específico, voltado para a experiência e condição negras, estes autores, produtores de uma “literatura negra brasileira”, marcam um discurso específico, que distingue essa literatura no interior do campo literário brasileiro. Não se trata mais de uma literatura sobre o negro, e sim de uma literatura do negro.

A esse respeito, destaca-se o que Luiz Henrique Silva de Oliveira (2014) identifica como uma formulação brasileira de negrismo na literatura que, opondo-se às produções literárias em que ocorre a representação do negro enquanto indivíduo, protagonista e enunciador, adota o universo negro a partir de um ponto de vista externo, de maneira muitas vezes simpática, mas sem um verdadeiro comprometimento social. Trata-se, então, de uma representação do negro e de seu universo por meio de estereótipos e, muitas vezes, impregnada de preconceitos.

Sobre aquela literatura da qual o negro é o tema principal e universo social, humano e artístico, também designada por Octavio Ianni (1988) como “literatura negra”, é imprescindível evidenciar que sua articulação não é imediata, ao contrário,

A literatura negra é um imaginário que se forma, articula e transforma no curso do tempo. Não surge de um momento para outro, nem é autônoma desde o primeiro instante. Sua história está assinalada por autores, obras, temas, invenções literárias. É um movimento, um devir, no sentido que se forma e se transforma. Aos poucos, por dentro e por fora da literatura brasileira (IANNI, 1988, p. 91)

Tal movimento de devir e articulação deve-se, em grande medida, ao que o autor denomina como “dentro e fora da literatura brasileira”, uma vez que para reconstruir sua identidade o autor negro deveria criar seus mecanismos, considerando o apagamento identitário das literaturas ditas “menores” em prol da “assimilação” de um fazer literário, ou, dialogando com Bernd:

As literaturas dos grupos discriminados – negros, mulheres, homossexuais – funcionam como o elemento que vem preencher os vazios da memória coletiva e fornecer os pontos de ancoramento do sentimento de identidade, essencial ao ato de auto-afirmação das comunidades, ameaçadas pelo rolo compressor da assimilação (BERND, 1992, p. 13)

Sua autoafirmação associa-se, portanto, na conquista da autonomia de seu fazer literário, mesclando elementos, práticas e processos típicos do que Ianni (1988) distingue como

“literatura brasileira” com aqueles característicos da “literatura negra”, como sua temática e discursividade.

Essa “invenção literária”, ou mesmo a invenção de um fazer literário, possibilita e favorece a criação de uma linhagem literária ou, de acordo com Ianni (1988):

Há obras ou autores que instituem toda uma ‘família’. Criam seus descendentes e inventam antecessores. Por isso é que por meio da mesma literatura surgem correntes, escolas, tendências ou ‘famílias’ literárias. São autores, obras, temas, soluções literárias que se articulam, influenciam, continuam; sem romper o sistema constituído pela literatura negra. E sem prejuízo da sua posição na literatura brasileira. (IANNI, 1988, p. 92)

Ou seja, à medida em que o surgimento de autores e obras avança, ainda que surjam diversas correntes e estilos, a “literatura negra” torna-se mais autônoma, sem que, com isso, seu posicionamento em relação à literatura brasileira seja afetado negativamente. Ainda que haja diversidade na temática, estilo ou tendência, apontando para a evolução natural de uma vertente literária, a “literatura negra” mantém sua unidade, reafirmando a reconstrução de uma identidade negra no meio literário, seja de modo mais ou menos explícito.

Ao pensarmos nos modos como alguns autores dialogam com a literatura brasileira, estabelecendo uma relação de pertencimento e exclusão baseada no modo como suas produções são lidas. Ianni (1988) toma como exemplo as produções textuais de Machado de Assis, que, pelo tom menos explícito utilizado em suas obras, é, muitas vezes, tido como alheio às questões atinentes ao negro naquela sociedade; contudo, em uma leitura mais apurada, constata-se a existência de uma crítica incisiva, ainda que menos explícita, ao sistema escravocrata, à falsa abolição e à forma como o negro estava situado naquela sociedade. Isso posto, é oportuno pontuar que os escritores situam-se e produzem em um lugar social, o que influenciará seu discurso:

Conforme a configuração histórica, a situação social, a conjectura política, os meios de expressão disponíveis, o horizonte intelectual do escritor, as manifestações da consciência social do negro polarizam-se nesta ou aquela direção: fatalismo e resignação, quilombismo e messianismo, denúncia e crítica social, protesto e revolta. Essas e outras polarizações estão presentes em boa parte da poesia e prosa. E refletem as inquietações, as reivindicações, as buscas de alternativas, o sentimento do mundo, que se espalha por todos os recantos da vida dos indivíduos, famílias, grupos e classes; e atravessa a história da sociedade brasileira. (IANNI, 1988, p. 99)

As escolhas discursivas e o modo como o escritor negro manifestará sua consciência social refletem a “configuração histórica”, “situação social”, “conjectura política”, “meios de expressão disponíveis” e “horizonte intelectual do escritor”, de modo que não é possível qualificar ou desqualificar as produções de um escritor como pertencentes à “literatura negra” sem avaliar tais variáveis.

Tendo em conta a importância de marcar de forma incisiva quais variáveis podem ser, então, utilizadas para caracterizar essa “fratura” da literatura brasileira, o conceito de literatura afro-brasileira que serve como base para este trabalho é aquele estabelecido por Eduardo de Assis Duarte (2010, p. 122), definindo-a como aquela literatura que se constitui “a partir de textos que apresentam temas, autores, linguagens, formação de público leitor, mas, sobretudo, um ponto de vista culturalmente identificado à afrodescendência, como fim e começo”. Para o autor, a *temática* tem o negro como elemento central, não como mero objeto ou acessório, mas com todo o universo que o cerca e o caracteriza como indivíduo. A *autoria* leva em conta a experiência existencial do sujeito negro. Soma-se a ela o *ponto de vista*, já que não basta apenas que o produtor do texto seja negro ou afrodescendente: ele deve se afirmar e posicionar a partir deste lugar de fala, compreendendo aspectos históricos e culturais comuns a esse segmento social. Já o trabalho com a *linguagem* torna-se relevante a partir de uma discursividade que ressalta ritmos, entonações, opções vocabulares e toda uma semântica própria, empenhada muitas vezes num trabalho de ressignificação que contraria sentidos hegemônicos na língua. E, por fim, a formação de um *público leitor*, marcado pela diferença cultural e pelo anseio de afirmação identitária que compõe a faceta utópica do projeto literário afro-brasileiro.

A compreensão da Literatura Negra/Afro-brasileira por meio dos parâmetros estabelecidos por Duarte (2010) deu-se também por ser a base de dados utilizada no levantamento qualitativo das produções e informações referentes aos livros⁸ individuais de poesia negra-afro/brasileira o Portal Literafro,⁹ vinculado ao projeto de pesquisa *Afrodescendências: raça e etnia na cultura brasileira*, coordenado pelo Professores Dr. Eduardo de Assis Duarte (UFMG), Dr. Adécio de Sousa Cruz (UFV), Dr. Luiz Henrique Silva de Oliveira (CEFET-MG) e Dr. Marcos Antônio Alexandre (UFMG), contendo os dados mais fidedignos entre as fontes consultadas.

⁸ Ana Elisa Ribeiro (2012), ao analisar o que pode ser nomeado como livro e o que não pode ser definido como tal, destaca alguns elementos que permeiam as discussões a respeito das definições vigentes, tais como “periodicidade”, “processo de produção/natureza tecnológica”, “volume”, “acesso público”, “formato”, “partes constituintes”, “gênero do texto”, “finalidade” e “portabilidade” (RIBEIRTO, 2012. p. 338), fomentando um questionamento muito pertinente e relevante quando pensamos nos aspectos editoriais da literatura. Contudo, neste trabalho, por nos valermos de um levantamento de dados elaborado a partir de um estudo científico em andamento desde o ano de 2001, não pudemos precisar com exatidão quais elementos específicos foram estabelecidos para definir o que seria entendido como livro no levantamento anterior, que originou nosso corpus, apenas alguns elementos como o gênero textual, a materialidade impressa e o acesso público ficam explícitos pelas informações disponibilizadas no Portal Literafro.

⁹ Portal Literafro, disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/>. Acesso em: 23 fev. 2018.

Nesse portal, está disponível para consulta a listagem de 125 autores com alguma regularidade de publicações e cujos textos contemplem os elementos estabelecidos por Duarte (2010) – temática, autoria, ponto de vista enunciativo, linguagem e público – responsáveis por constituir a unidade da literatura afro-brasileira, enquanto um dos “micro-campos” (BOURDIEU, 1996) da literatura brasileira. Algumas das informações apresentadas acerca dos autores listados são: informações biográficas, em geral exibidas com fotos ou ilustrações; dados bibliográficos; textos críticos e teóricos, além da indicação de locais; e fontes de pesquisa.

Contudo, é necessário que seja feita uma ressalva à conceituação aqui adotada – Literatura Negra/Afro-brasileira –, uma vez que, como ressalta Cuti (2010), ao se utilizar o conceito de “literatura negro-brasileira”, também ganha destaque o papel desta literatura, produzida pelo negro, no resgate da própria humanidade do negro, uma vez que a literatura que o representava como coisa negava-lhe tal complexidade. Conforme destaca o autor, o fazer literário é, antes de tudo, um modo de atuar socialmente e, ao resgatar sua ascendência e condição de sujeito, o autor negro evidencia sua existência e questiona o seu lugar naquela sociedade.

Ainda sobre o conceito, Cuti (2010) ressalta a urgência de definir como “negro-brasileira” em detrimento do termo “afro-brasileira” aquelas produções literárias nacionais escritas por autores negros, uma vez que, para o autor, a “afro-brasilidade” pode sobreviver ao negro, em função dos processos miscigenatórios empreendidos no Brasil a fim de “clarear” a população brasileira, ou mesmo da miserabilidade a que os descendentes de escravizados foram submetidos. Para o autor,

quando são iniciados os estudos sobre o negro no Brasil, a ênfase que se dá à africanidade é animada pelas teorias racistas do período, como já vimos. O extermínio da população negra no país é tido como natural pelo processo de miscigenação e da miserabilidade. (CUTI, 2010, p. 34)

Desse modo, ainda que alguns traços ou manifestações de origem africana pudessem ser incorporados ou ressignificados dentro da cultura brasileira em construção e almejada, a população negra e sua identidade estavam fadadas ao extermínio.

O autor ainda destaca que o termo “afro-brasileiro”, implicitamente, aproxima tais sujeitos da África, discriminando-os, portanto, daquilo que é genuinamente brasileiro, pois

denominar de afro a produção literária negro-brasileira (dos que se assumem como negros em seus textos) é projetá-la à origem continental de seus autores, deixando-a à margem da literatura brasileira, atribuindo-lhe, principalmente, uma desqualificação com base no viés da hierarquização das culturas, noção bastante disseminada na concepção de Brasil por seus intelectuais. (CUTI, 2010, p. 35)

Assim sendo, para o autor, o uso do termo “negro” para definir determinada literatura explicita a identidade dos sujeitos e retoma sua luta por igualdade, contudo, ainda traçando

reflexões acerca dos modos de conceituação, cabe questionar em que medida o uso do termo “negro” para especificar e nomear a literatura produzida por autores e autoras negros e negras não reforça a concepção do homem, macho, como sujeito universal, apagando a figura das autoras como sujeitos produtores dessa literatura.

O termo “literatura” é dicionarizado como um substantivo de gênero feminino, e, ao refletirmos sobre a importância do discurso e dos marcadores discursivos como ferramenta para reafirmar a existência dos indivíduos e de seus corpos no mundo, questão central deste trabalho, evidencia-se a importância de qualificarmos a literatura produzida por autores e autoras negros como uma literatura negra.

Somando as ponderações estabelecidas por Cuti (2010) a respeito da importância de explicitar a cor e etnia dos autores dessa literatura, bem como a impossibilidade, segundo o autor, de conciliar o conceito de literatura “negro-brasileira” com o conceito de literatura “afro-brasileira”, à necessidade por nós percebida de questionar o suposto universalismo do termo “negro” para nomear a literatura produzida por homens e mulheres de pele negra, além do fato de entendermos a importância de explicitar a afrobrasileiridade da literatura e dos escritores para marcar suas origens étnicas e culturais, resgatando a ancestralidade da população negra brasileira e sua profunda ligação com a África, optamos pela utilização do conceito de Literatura Negra/Afro-brasileira para denominar as produções inventariadas, que apresentam temas, autores, linguagens, formação de público leitor, mas, sobretudo, um ponto de vista culturalmente identificado à população negra brasileira, como fim e começo .

2. POESIA NEGRA/AFRO-BRASILEIRA – PUBLICAÇÕES INDIVIDUAIS

Compreendendo a Literatura Negra/Afro-brasileira como um dos campos que se articula dentro e fora da Literatura Brasileira, partimos do gênero poesia para ampliar as discussões acerca da história editorial deste microcampo literário. Por isso, questionamos: Quais são os autores? Que livros publicaram? Por quais meios editoriais publicaram? Quando publicaram? Em quais períodos históricos? Em quais cidades? Como tais publicações estão distribuídas geograficamente? Quais apontamentos este cenário permite?

Para ponderar sobre tais questionamentos, empreendemos uma pesquisa exploratória, de natureza básica, uma vez que as fontes de dados são constituídas por fichas catalográficas e textos acadêmicos, e com abordagem qualitativa, pois meramente os dados quantitativos não são suficientes para compreender a história editorial da poesia negra/afro-brasileira. Dessa forma, inicialmente, foi realizado o levantamento de poetas produtores de Literatura Negra/Afro-brasileira, considerando o período de 1859, ano em que Luiz Gama publica as *Primeiras trovas burlescas de Getulino*, marcando, de certa forma, o surgimento de uma poesia negra/afro-brasileira no que diz respeito a publicações individuais, até o ano de 2017, quando concluímos os levantamentos para nos dedicarmos às análises.

A base de dados utilizada no levantamento das produções e informações referentes foi o Portal Literafro, conforme explicitamos no Capítulo 1, tendo, ainda, como suporte acadêmico e científico o Grupo Interdisciplinar de Estudos do Campo Editorial (GIECE/CEFET-MG) e o Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Alteridade (NEIA/UFMG).

A escolha do Portal deu-se tanto por conter os dados mais fidedignos entre as fontes consultadas quanto pela proximidade com o conceito de literatura afro-brasileira que norteia este trabalho. Cabe ressaltar, ainda, a importância do Portal, um dos maiores e mais completos dedicados a traçar e tornar pública uma história das manifestações literárias afro-brasileiras e sua recepção crítica. Dentre as informações disponibilizadas, optamos por nos ater às publicações individuais a fim de facilitar a organização dos dados, padronização da metodologia e compreensão de como a autoria individual é articulada no interior da literatura negra/afro-brasileira, possibilitando, ainda perceber a articulação de outros indivíduos e grupos identitários no microcosmo, como as autoras negras, que suscitem questionamentos passíveis de discussão e análise mais demorada em futuros trabalhos.

Tendo concluído o levantamento dos dados, foi elaborada a listagem das principais obras individuais por eles publicadas e os meios editoriais que as viabilizaram, bem como o ano de publicação e a cidade, conforme o seguinte quadro geral de dados:

Quadro 1 – Publicações individuais

Autor	Livro de poesia	Ano de publicação	Casa Editorial	Local publicação
Abdias Nascimento	<i>Axés do sangue e da esperança, (Oríkis)</i>	1986	Achiamé; Rio Arte	Rio de Janeiro
Abelardo Rodrigues	<i>Memória da noite</i>	1978	Edição do Autor	São José dos Campos
Abelardo Rodrigues	<i>Memória da noite revisitada & outros poemas</i>	2013	Edição do Autor	São Paulo
Abelardo Rodrigues	<i>Atlântica dor: poemas 1979-2014</i>	2016	Córrego	São Paulo
Abílio Ferreira	<i>Fogo do olhar</i>	1989	Quilombhoje	São Paulo
Aciomar de Oliveira	<i>Todas as vozes</i>	2004	Nandyala	Belo Horizonte
Aciomar de Oliveira	<i>Resiliência: diálogos de facebook</i>	2016	Editora Poesias Escolhidas	Belo Horizonte
Adão Ventura	<i>Abrir-se um abutre ou mesmo depois de deduzir dele o azul</i>	1970	Edições Oficina	Belo Horizonte
Adão Ventura	<i>As musculaturas do arco do triunfo</i>	1976	Editora Comunicação	Belo Horizonte
Adão Ventura	<i>Jequitinhonha (poemas do vale)</i>	1980	Coordenadoria de Cultura do Estado de Minas Gerais	Belo Horizonte
Adão Ventura	<i>A cor da pele</i>	1980	Edição do Autor	Belo Horizonte
Adão Ventura	<i>Texturaafro</i>	1992	Editora Lê	Belo Horizonte
Adão Ventura	<i>Litanias de cão</i>	2002	Edição do Autor	Belo Horizonte
Aline França	<i>A mulher de Aleduma</i>	1981	Clarindo Silva e Cia. Ltda., Tipografia São Judas Tadeu	Salvador
Allan da Rosa	<i>Vão</i>	2005	Edições Toró	São Paulo
Aloísio Resende	<i>Poesias de Aloysio Rezende</i>	1979	Não consta	Feira de Santana
Aloísio Resende	<i>Aloísio Resende: poemas</i>	2000	Universidade Estadual de Feira de Santana	Feira de Santana
Alzira dos Santos Rufino	<i>Eu, mulher negra, resisto</i>	1988	Edição do autor	Santos
Alzira dos Santos Rufino	<i>Bolsa poética</i>	2010	Demar	Santos
Ana Cruz	<i>E... feito de luz</i>	1995	Ykenga Editorial Ltda	Niterói
Ana Cruz	<i>Com o perdão da palavra</i>	1999	Edição do Autor	Rio de Janeiro
Ana Cruz	<i>Mulheres Q' Rezam</i>	2001	Edição do Autor	Rio de Janeiro
Ana Cruz	<i>Guardados da memória</i>	2008	Edição do Autor	Niterói

Anelito de Oliveira	<i>Lama</i>	2000	Orobó Edições	Belo Horizonte
Anelito de Oliveira	<i>Três Festas/A Love Song As Monk</i>	2004	Orobó Edições; Anome Livros	Belo Horizonte
Anelito de Oliveira	<i>Transtorno</i>	2012	Orobó Edições	Belo Horizonte
Anelito de Oliveira	<i>Mais que o fogo</i>	2012	Orobó Edições	Belo Horizonte
Anelito de Oliveira	<i>A ocorrência</i>	2012	Orobó Edições	Belo Horizonte
Anizio Vianna	<i>Dublê de anjo</i>	1996	Mazza Edições	Belo Horizonte
Anizio Vianna	<i>Itinerário do amor urbano</i>	1998	Orobó Edições	Belo Horizonte
Anizio Vianna	<i>Do amor como ilícito</i>	2011	Quarto Setor Editorial	Belo Horizonte
Anizio Vianna	<i>Escrevo ao vivo</i>	2016	Quarto Setor Editorial	Belo Horizonte
Antônio Vieira	<i>Areia, mar, poesia</i>	1972	Artes Gráficas	Salvador
Antônio Vieira	<i>Cantos, encantos e desencantos d'alma/Green blue shadows</i>	1975	Mensageiro da Fé	Salvador
Antônio Vieira	<i>Cantares d'África/Songs of Africa</i>	1980	RIEX	Rio de Janeiro
Aristides Theodoro da Silva	<i>Dandaluanda</i>	1982	Edições Mariposa	Mauá
Aristides Theodoro da Silva	<i>O poeta passeia por São Paulo num sábado à tarde</i>	1991	Edições Mariposa	Mauá
Aristides Theodoro da Silva	<i>Poeminha sem realismo para Ruth</i>	1996	Edições Cântaro	Timbaúba
Aristides Theodoro da Silva	<i>Não contribuirei com um só óbolo para a construção do novo mundo</i>	2002	Não consta	Não consta
Arlindo Veiga dos Santos	<i>Satanás</i>	1932	Edição do Autor	São Paulo
Arlindo Veiga dos Santos	<i>Amar... e amar depois</i>	1923	Livraria A. Campos	São Paulo
Arnaldo Xavier	<i>Eis a Rosa-Cruz e outras ilusões ou fama libertatis.</i>	1977	Editora G. Holman Ltda.	Belo Horizonte
Arnaldo Xavier	<i>A rosa da recvsa</i>	1982	Casa Pindahyba/Debates	São Paulo
Arnaldo Xavier	<i>Ludlud</i>	1997	Casa Pindahyba	São Paulo
Bernardino da Costa Lopes	<i>Cromos</i>	1881	Tipografia do Cruzeiro	Rio de Janeiro
Bernardino da Costa Lopes	<i>Pizzicatos</i>	1886	Tipografia Carioca	Rio de Janeiro
Bernardino da Costa Lopes	<i>D. Carmem</i>	1894	Não consta	Rio de Janeiro
Bernardino da Costa Lopes	<i>Brazões</i>	1895	Fauchon	Rio de Janeiro

Bernardino da Costa Lopes	<i>Sinhá-flor: pela época dos crisântemos.</i>	1899	Tipografia Luís Malafaia Jr.	Rio de Janeiro
Bernardino da Costa Lopes	<i>Val de líricos</i>	1900	Laemmert	Rio de Janeiro
Bernardino da Costa Lopes	<i>Plumário</i>	1905	Tipografia Leuzinger	Rio de Janeiro
Carlos Correia Santos	<i>O baile dos versos</i>	1999	Litteris Editora	Rio de Janeiro
Carlos Correia Santos	<i>Poeticário</i>	2005	Edição do Autor	Belém
Carlos de Assumpção	<i>Protesto-poemas</i>	1982	Edição do Autor	São Paulo
Carlos de Assumpção	<i>Quilombo</i>	2000	Edição do Autor	Franca
Carolina Maria de Jesus	<i>Antologia pessoal</i>	1996	Editores UFRJ	Rio de Janeiro
Cidinha da Silva	<i>Canções de amor e denço</i>	2016	Me Parió Revolução	São Paulo
Conceição Evaristo	<i>Poemas da recordação e outros movimentos</i>	2008	Nandyala	Belo Horizonte
Cristiane Sobral	<i>Não vou mais lavar os pratos</i>	2010	Editores Thesaurus	Brasília
Cristiane Sobral	<i>Só por hoje vou deixar o meu cabelo em paz</i>	2014	Editores Teixeira	Brasília
Cristiane Sobral	<i>Terra Negra</i>	2017	Editores Malê	Rio de Janeiro
Cruz e Sousa	<i>Missal</i>	1893	Magalhães & Cia.	Rio de Janeiro
Cruz e Sousa	<i>Broquéis</i>	1893	Magalhães & Cia.	Rio de Janeiro
Cruz e Sousa	<i>Evocações</i>	1898	Tipografia Aldina	Rio de Janeiro
Cruz e Sousa	<i>Faróis</i>	1900	Tipografia Instituto Profissional	Rio de Janeiro
Cuti	<i>Poemas da carapinha</i>	1978	Edição do Autor	São Paulo
Cuti	<i>Batuque de tocaia</i>	1982	Edição do Autor	São Paulo
Cuti	<i>Flash crioulo sobre o sangue e o sonho</i>	1987	Mazza Edições	Belo Horizonte
Cuti	<i>Sanga</i>	2002	Mazza Edições	Belo Horizonte
Cuti	<i>Negroesia</i>	2007	Mazza Edições	Belo Horizonte
Cuti	<i>Poemaryprosa</i>	2009	Mazza Edições	Belo Horizonte
Cuti	<i>Kizomba de vento e nuvem</i>	2013	Mazza Edições	Belo Horizonte
Cuti	<i>Negrhúmus líricos</i>	2017	Ciclo Contínuo Editorial	São Paulo
Cyana Leahy-Dios	<i>Biombo</i>	1989	Editores Cromos	Niterói
Cyana Leahy-Dios	<i>Íntima Paisagem</i>	1997	Editores 7 letras	Rio de Janeiro
Cyana Leahy-Dios	<i>Livro das Horas do Meio</i>	1999	Editores 7 letras	Rio de Janeiro

Cyana Leahy-Dios	<i>Seminovos em bom estado</i>	2003	CL Edições	Rio de Janeiro
Cyana Leahy-Dios	<i>(re)confesso poesia</i>	2009	Editora 7 letras	Rio de Janeiro
Domício Proença Filho	<i>O cerco agreste</i>	1979	Editora Comunicação	Belo Horizonte
Domício Proença Filho	<i>Dionísio esfacelado</i>	1984	Achiamé	Rio de Janeiro
Domício Proença Filho	<i>Oratório dos inconfidentes</i>	1989	Leo Christiano Editorial	Rio de Janeiro
Domício Proença Filho	<i>O risco do jogo</i>	2013	Prumo	São Paulo
Edimilson de Almeida Pereira	<i>Dormundo</i>	1985	D'Lira	Juiz de Fora
Edimilson de Almeida Pereira	<i>Livro de falas</i>	1987	Edição do Autor	Juiz de Fora
Edimilson de Almeida Pereira	<i>Árvore dos Arturos & outros poemas</i>	1988	D'Lira	Juiz de Fora
Edimilson de Almeida Pereira	<i>Corpo imprevisto & outros poemas</i>	1989	D'Lira	Juiz de Fora
Edimilson de Almeida Pereira	<i>Ô Lapassi & outros ritmos de ouvido</i>	1990	Editora UFMG	Belo Horizonte
Edimilson de Almeida Pereira	<i>O homem da orelha furada</i>	1995	D'Lira	Juiz de Fora
Edimilson de Almeida Pereira	<i>Rebojo</i>	1995	D'Lira	Juiz de Fora
Edimilson de Almeida Pereira	<i>Águas de Contendas</i>	1998	Secretaria do Estado da Cultura	Curitiba
Edimilson de Almeida Pereira	<i>Zeosório blues</i>	2002	Mazza Edições	Belo Horizonte
Edimilson de Almeida Pereira	<i>Lugares ares</i>	2003	Mazza Edições	Belo Horizonte
Edimilson de Almeida Pereira	<i>Casa da palavra</i>	2003	Mazza Edições	Belo Horizonte
Edimilson de Almeida Pereira	<i>As coisas arcas</i>	2003	Mazza Edições	Belo Horizonte
Edimilson de Almeida Pereira	<i>Signo Cimarrón</i>	2005	Mazza Edições	Belo Horizonte
Edimilson de Almeida Pereira	<i>Homeless</i>	2010	Mazza Edições	Belo Horizonte
Edimilson de Almeida Pereira	<i>Relva</i>	2015	Mazza Edições	Belo Horizonte

Edimilson de Almeida Pereira	<i>Maginot, o</i>	2015	Mazza Edições	Belo Horizonte
Edimilson de Almeida Pereira	<i>Guelras</i>	2016	Mazza Edições	Belo Horizonte
Edimilson de Almeida Pereira	<i>Qvasi</i>	2017	Editora 34	São Paulo
Edmilson de Almeida Pereira	<i>Poemas para ler com palmas</i>	2017	Mazza Edições	Belo Horizonte
Edson Lopes Cardoso	<i>Ubá</i>	1999	Edição do Autor	Brasília
Edson Lopes Cardoso	<i>Gravatá da Fonte</i>	2016	Edição do Autor	Não consta
Eduardo de Oliveira	<i>Além do pó</i>	1944	Não consta	Não consta
Eduardo de Oliveira	<i>Ancoradouro</i>	1960	Gráfica Bentivegnia	São Paulo
Eduardo de Oliveira	<i>O Ébano</i>	1961	Mar	São Paulo
Eduardo de Oliveira	<i>Banzo</i>	1962	Editora Brasil	São Paulo
Eduardo de Oliveira	<i>Gestas líricas da negritude</i>	1967	Obelisco	São Paulo
Eduardo de Oliveira	<i>Evangelho da solidão</i>	1969	Obelisco	São Paulo
Eduardo de Oliveira	<i>Túnica de Ébano</i>	1980	Tribuna Piracicabana	São Paulo
Eduardo de Oliveira	<i>Carrossel de sonetos</i>	1994	Não consta	Não consta
Éle Semog	<i>Curetagem (poemas doloridos)</i>	1987	Edição do Autor	Rio de Janeiro
Éle Semog	<i>A cor da demanda</i>	1997	Letra Capital	Rio de Janeiro
Éle Semog	<i>Tudo o que está solto: poesias afro-brasileiras</i>	2010	Letra Capital	Rio de Janeiro
Éle Semog	<i>Guarda pra mim</i>	2015	Letra Capital	Rio de Janeiro
Eliane Marques	<i>Relicário</i>	2009	Grupo Cero Brasil	Porto Alegre
Eliane Marques	<i>E se alguém o pano</i>	2015	Aprés Coup - Escola de Poesia	Porto Alegre
Elio Ferreira	<i>Canto sem viola</i>	1983	Edição do Autor	Brasília
Elio Ferreira	<i>Poemartelos (o ciclo do ferro)</i>	1986	Edição do Autor	Teresina
Elio Ferreira	<i>Né Preto</i>	1987	Corisco	Teresina
Elio Ferreira	<i>O contra-lei (o ciclo do fogo)</i>	1994	Edição do Autor	Teresina
Elio Ferreira	<i>O contra-lei & outros poemas</i>	1997	Abracadabra Edições	Teresina
Elio Ferreira	<i>América Negra</i>	2004	Abracadabra Edições	Teresina
Elio Ferreira	<i>América negra & outros poemas afro-brasileiros</i>	2014	Quilombhoje	São Paulo
Estevão Maya-Maya	<i>Regresso triunfal de Cruz e Sousa e Os segredos de seu Bitá da-nó-em-pingod'água</i>	1982	Kikulakafi	São Paulo

Fausto Antônio	<i>Fala de pedra e pedra</i>	1986	Selo Editorial RG	Campinas
Fausto Antônio	<i>Linhagem de pedra e outra pessoa</i>	1991	Selo Editorial RG	Campinas
Fausto Antônio	<i>Vinte Anos de Poesia</i>	2006	Arte Literária	Campinas
Fernando Conceição	<i>Amar faz bem mas dói</i>	1997	Lys Editora	Salvador
Francisco de Paula Brito	<i>Anônimas</i>	1859	Não consta	Rio de Janeiro
Francisco de Paula Brito	<i>Poesias</i>	1863	Typographia Paula Brito	Rio de Janeiro
Francisco Maciel	<i>Cavalos e santos</i>	2011	Menthor Textual	Rio de Janeiro
Geni Guimarães	<i>Terceiro filho</i>	1979	Editora Jalovi	Bauru
Geni Guimarães	<i>Da flor o afeto, da pedra o protesto</i>	1981	Edição do Autor	Barra Bonita
Geni Guimarães	<i>Balé das emoções</i>	1993	Edição do Autor	Barra Bonita
Gonçalves Crespo	<i>Poesia</i>	1967	Agir	Rio de Janeiro
Guellwaar Adún	<i>Desinteiro</i>	2016	Ogum's Toques Negros	Salvador
Hermógenes Almeida	<i>REGGAE=IJÊXÁ – poemas, canções & anúncios</i>	1983	Edição do Autor	Rio de Janeiro
Hermógenes Almeida	<i>Roteiro dos Oríkìs – ensaio e poemas</i>	1987	Edição do Autor	Rio de Janeiro
Hermógenes Almeida	<i>Oríkìs – Canções de Rebeldia, Poemas de Paixão</i>	1988	Grafline	Rio de Janeiro
Ivan Cupertino	<i>O mundo e o sonho</i>	1983	Não consta	Não consta
Ivan Cupertino	<i>Verde</i>	1984	Não consta	Não consta
Ivan Cupertino	<i>Ave de rapina</i>	1985	Edição do Autor	Nova Lima
Ivan Cupertino	<i>Exercício de existência</i>	1988	Edição do Autor	Nova Lima
Ivan Cupertino	<i>Feminino</i>	1991	Edição do Autor	Belo Horizonte
Ivan Cupertino	<i>Despaizado</i>	1998	Orobó Edições	Belo Horizonte
Jamu Minka	<i>Teclas do ébano</i>	1986	Edição do Autor	São Paulo
Jônatas Conceição	<i>Miragem de engenho</i>	1984	Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia	Salvador
Jônatas Conceição	<i>Outras miragens</i>	1989	Confraria do Livro	São Paulo
José Ailton Ferreira (Bahia)	<i>Paradoxo do P.Q.P.</i>	1986	Scortecci	São Paulo
José Ailton Ferreira (Bahia)	<i>Vertentes e transversais</i>	1991	Scortecci	São Paulo
José Ailton Ferreira (Bahia)	<i>Versistência etc & tal</i>	1995	Scortecci	São Paulo

José Ailton Ferreira (Bahia)	<i>Pontos sinuosos</i>	1995	Scortecci	São Paulo
José Ailton Ferreira (Bahia)	<i>Versômetro</i>	1996	Scortecci	São Paulo
José Ailton Ferreira (Bahia)	<i>Sussurros e temporais</i>	1998	Scortecci	São Paulo
José Ailton Ferreira (Bahia)	<i>Abóbada do meu pensamento</i>	Não consta	Não consta	Não consta
José Ailton Ferreira (Bahia)	<i>Brumas e outros caminhos (quase) luminosos</i>	Não consta	Não consta	Não consta
José Carlos Limeira	<i>Zumbi... dos</i>	1971	Edição do Autor	Rio de Janeiro
José Carlos Limeira	<i>Lembranças</i>	1972	Edição do Autor	Rio de Janeiro
José Carlos Limeira	<i>Black intentions / Negras intenções</i>	2003	Edição do Autor	Salvador
José Carlos Limeira	<i>Encantadas</i>	2015	Ogum's Toques Negros	Salvador
José Endoença Martins	<i>Me pagam pra Kaput</i>	1986	Fundação Casa Dr. Blumenau	Blumenau
José Endoença Martins	<i>Me tomam pra Doryl</i>	1987	Fundação Casa Dr. Blumenau	Blumenau
José Endoença Martins	<i>Me vestem pra Dujon</i>	1988	Nova Safra	Belo Horizonte
José Endoença Martins	<i>Diet poesia</i>	1990	Não consta	Blumenau
José Endoença Martins	<i>Traseiro de brasileiro</i>	1992	Fundação Casa Dr. Blumenau	Blumenau
José Endoença Martins	<i>Poelítica</i>	1996	Letra Viva	Blumenau
José Endoença Martins	<i>Nisso Ele é Poeta. Eu não</i>	1996	Letras Contemporâneas	Florianópolis
Jussara Santos	<i>Samba de Santos</i>	2015	Impressões de Minas	Belo Horizonte
Jussara Santos	<i>De Minas</i>	2015	Impressões de Minas	Belo Horizonte
Lande Onawale	<i>O vento</i>	2003	Edição do Autor	Salvador
Lande Onawale	<i>Kalunga: poemas de um mar sem fim / poems of an infinte sea</i>	2011	Edição do Autor	Salvador
Lepê Correia (Severino Lepê Correia)	<i>Caxinguelê</i>	1993	Edição do Autor	Recife
Lia Vieira (Eliana Vieira)	<i>Eu, mulher</i>	1990	Edição do Autor	Niterói
Lino Guedes	<i>O Canto do cysne preto</i>	1935	Áurea	São Paulo
Lino Guedes	<i>Urucungo</i>	1936	Cruzeiro do Sul	São Paulo

Lino Guedes	<i>Negro preto cor da noite</i>	1936	Cruzeiro do Sul	São Paulo
Lino Guedes	<i>O pequeno bandeirante</i>	1938	Cruzeiro do Sul	São Paulo
Lino Guedes	<i>Dictinha</i>	1938	Edição do Autor	São Paulo
Lino Guedes	<i>Mestre Domingos</i>	1938	Cruzeiro do Sul	São Paulo
Lino Guedes	<i>Sorrisos do cativo</i>	1938	Edição do Autor	São Paulo
Lino Guedes	<i>Vigília do Pai João</i>	1938	Edição do Autor	São Paulo
Lino Guedes	<i>Nova inquilina do céu</i>	1943	Edição do Autor	São Paulo
Lino Guedes	<i>Suncristo</i>	1951	Coleção Hendi	São Paulo
Lívia Natália	<i>Água negra</i>	2011	Publicações e Publicidade	Salvador
Lívia Natália	<i>Correntezas e outros estudos marinhos</i>	2015	Ogum's Toques Negros	Salvador
Lívia Natália	<i>Dia bonito pra chover</i>	2017	Editores Malê	Rio de Janeiro
Lourdes Teodoro	<i>Água Marinha, Ou Tempo Sem Palavra</i>	1978	Edição do Autor	Brasília
Lourdes Teodoro	<i>Flores de Goiás</i>	1994	Edição do Autor	Brasília
Lourdes Teodoro	<i>Paysage em attente</i>	1995	Edição do Autor	Brasília
Lourdes Teodoro	<i>Canções do Mais Belo Incesto e Poemas Antigos</i>	1996	Edição do Autor	Brasília
Lourdes Teodoro	<i>Poemas Antigos</i>	1996	Edição do Autor	Brasília
Luiz Gama	<i>Primeiras trovas burlescas de Getulino</i>	1859	Tipografia Dois de Dezembro	São Paulo
Machado de Assis	<i>Falenas</i>	1870	Garnier	Rio de Janeiro
Machado de Assis	<i>Americanas</i>	1875	Garnier	Rio de Janeiro
Machado de Assis	<i>Poesias completas</i>	1901	Garnier	Rio de Janeiro
Marcos A. Dias	<i>Rebelamentos</i>	1990	Mazza Edições	Belo Horizonte
Marcos A. Dias	<i>País indig(o Blue)Nação</i>	1995	Mazza Edições	Belo Horizonte
Marcos A. Dias	<i>Estudos sobre a cidade (& exercícios de sobrevivência)</i>	1997	Mazza Edições	Belo Horizonte
Marcos Fabrício Lopes da Silva	<i>Tudo o que está solto: poesias afro-brasileiras</i>	2010	Emcomum Estúdio Livre	Belo Horizonte
Marcos Fabrício Lopes da Silva	<i>Doelo</i>	2014	Rede Catitu Cultural	Belo Horizonte
Marcos Fabrício Lopes da Silva	<i>Chapa quente</i>	2015	Editores Baraúnas	São Paulo
Maria Firmina dos Reis	<i>Cantos à Beira Mar</i>	1871	Typographia do Paiz	São Luiz

Maria Helena Vargas (M. Helena Vargas da Silveira)	<i>Meu Nome Pessoa - Três Momentos de Poesia</i>	1989	Grupo Editorial Rainha Ginga	Porto Alegre
Mel Duarte	<i>Fragmentos dispersos</i>	2013	Na Função Produções Artísticas	São Paulo
Mel Duarte	<i>Negra Carne Nua</i>	2015	Editores Ijuma	São Paulo
Michel Yakini	<i>Acorde um verso</i>	2012	Elo da Corrente Edições	São Paulo
Miriam Alves	<i>Momentos de busca</i>	1983	Edição do Autor	São Paulo
Miriam Alves	<i>Estrelas no dedo</i>	1985	Edição do Autor	São Paulo
Nei Lopes	<i>Incurções sobre a pele</i>	1996	Artium	Rio de Janeiro
Nei Lopes	<i>Poética</i>	2014	Mórula	Rio de Janeiro
Nelson Maca	<i>Gramática da ira</i>	2015	Blacktude	Salvador
Oliveira Silveira	<i>Germinou</i>	1962	Edição do Autor	Porto Alegre
Oliveira Silveira	<i>Poemas regionais</i>	1968	Edição do Autor	Porto Alegre
Oliveira Silveira	<i>Banzo, saudade negra</i>	1970	Edição do Autor	Porto Alegre
Oliveira Silveira	<i>Décima do negro peão</i>	1974	Edição do Autor	Porto Alegre
Oliveira Silveira	<i>Praça da palavra</i>	1976	Edição do Autor	Porto Alegre
Oliveira Silveira	<i>Pêlo escuro</i>	1977	Edição do Autor	Porto Alegre
Oliveira Silveira	<i>Roteiro dos tantãs</i>	1981	Edição do Autor	Porto Alegre
Oliveira Silveira	<i>Poema sobre Palmares</i>	1987	Edição do Autor	Porto Alegre
Oliveira Silveira	<i>Anotações à margem</i>	1994	Secretaria Municipal de Cultura	Porto Alegre
Oswaldo de Camargo	<i>Um homem tenta ser anjo</i>	1959	Supertipo	São Paulo
Oswaldo de Camargo	<i>15 poemas negros</i>	1961	Associação Cultural do Negro	São Paulo
Oswaldo de Camargo	<i>O estranho</i>	1984	Roswitha Kempf	São Paulo
Oubi Inaê Kibuko	<i>Como se fosse pecado</i>	1980	Edição do Autor	São Paulo
Oubi Inaê Kibuko	<i>Sobrevivência</i>	1981	Edição do Autor	São Paulo
Oubi Inaê Kibuko	<i>Mergulho</i>	1981	Edição do Autor	São Paulo
Oubi Inaê Kibuko	<i>Poemas para o meu amor</i>	1984	Quilombhoje	São Paulo
Oubi Inaê Kibuko	<i>Canto à negra mulher amada</i>	1986	Edição do Autor	São Paulo
Paulo Colina (Paulo Eduardo de Oliveira)	<i>Plano de Vôo</i>	1984	Roswitha Kempf	São Paulo
Paulo Colina (Paulo Eduardo de Oliveira)	<i>A noite não pede licença</i>	1987	Roswitha Kempf	São Paulo

Paulo Colina (Paulo Eduardo de Oliveira)	<i>Todo o fogo da luta</i>	1989	Scortecci Editora	São Paulo
Paulo Lins	<i>Sob o sol</i>	1986	Editores UFRJ	Rio de Janeiro
Ricardo Dias	<i>Balanço de vida</i>	1986	João Scortecci	São Paulo
Ricardo Dias	<i>Julgo suave</i>	1992	João Scortecci	São Paulo
Rita Santana	<i>Tratado das Veias</i>	2006	Selo Letras da Bahia	Salvador
Rita Santana	<i>Alforrias</i>	2012	Editus	Ilhéus
Ronald Augusto	<i>Homem ao rubro</i>	1983	Edição do Grupo Pró-texto	Porto Alegre
Ronald Augusto	<i>Kânhamo</i>	1987	Edição do Autor	Porto Alegre
Ronald Augusto	<i>Puya</i>	1987	Edição do Autor	Porto Alegre
Ronald Augusto	<i>Vá de valha</i>	1992	Secretaria Municipal de Cultura	Porto Alegre
Ronald Augusto	<i>Confissões aplicadas</i>	2004	AMEOP	Porto Alegre
Ronald Augusto	<i>No assoalho duro</i>	2007	Editores Éblis	Porto Alegre
Ronald Augusto	<i>Cair de costas</i>	2012	Editores Éblis	Porto Alegre
Ronald Augusto	<i>Empresto do visitante</i>	2013	Editores Patuá	São Paulo
Ronald Augusto	<i>Nem raro nem claro</i>	2015	Butecanis Editora Cabocla	Porto Alegre
Ronald Augusto	<i>À Ipásia que o espera</i>	2016	Ogum's Toques Negros	Salvador
Salgado Maranhão	<i>Punhos da serpente</i>	1989	Achiamé	Rio de Janeiro
Salgado Maranhão	<i>Palávora</i>	1995	Editores 7 letras	Rio de Janeiro
Salgado Maranhão	<i>O beijo da fera</i>	1996	Editores 7 letras	Rio de Janeiro
Salgado Maranhão	<i>Mural de ventos</i>	1998	José Olympio	Rio de Janeiro
Salgado Maranhão	<i>Sol sanguíneo</i>	2002	Imago	Rio de Janeiro
Salgado Maranhão	<i>Solo de gaveta & Amorágio</i>	2005	SESC	Rio de Janeiro
Salgado Maranhão	<i>A cor do vento</i>	2009	Imago: Fundação Biblioteca Nacional	Rio de Janeiro
Salgado Maranhão	<i>O mapa da tribo</i>	2013	Editores 7 Letras	Rio de Janeiro
Salgado Maranhão	<i>Ópera de nãos</i>	2015	Butecanis Editora Cabocla	Rio de Janeiro
Santiago Dias	<i>Rosas e vidas</i>	1982	Edição do Autor	São Paulo
Santiago Dias	<i>Caminho</i>	1984	Edição do Autor	São Paulo
Santiago Dias	<i>Estradar</i>	1987	Edição do Autor	São Paulo
Santiago Dias	<i>Canto a uma manhã sem dor</i>	1994	Edição do Autor	São Paulo
Sergio Ballouk	<i>Enquanto o tambor não chama</i>	2011	Quilombhoje	São Paulo

Solano Trindade	<i>Poemas negros</i>	1936	Edição do Autor	Recife
Solano Trindade	<i>Poemas d'uma vida simples</i>	1944	Não consta	Rio de Janeiro
Solano Trindade	<i>Seis tempos de poesia</i>	1958	A. Melo	São Paulo
Solano Trindade	<i>Cantares ao meu povo</i>	1961	Editora Fulgor	São Paulo
Solano Trindade	<i>Tem gente com fome e outros poemas</i>	1988	Sindicato dos Escritores do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
Solano Trindade	<i>Solano Trindade: o poeta do povo</i>	1999	Cantos e Prantos Editora	São Paulo
Waldemar Euzébio Pereira	<i>Prosoema</i>	1976	Edição do Autor	Belo Horizonte
Waldemar Euzébio Pereira	<i>Do cinza ao negro</i>	1993	Mazza Edições	Belo Horizonte
Waldemar Euzébio Pereira	<i>Achados</i>	2004	Mazza Edições	Belo Horizonte
Waldemar Euzébio Pereira	<i>25 boleros entre sambas</i>	2014	Mazza Edições	Belo Horizonte

Fonte: Elaboração própria, a partir do Literafro – Portal da Literatura Afro-Brasileira. Disponível em <http://www.letras.ufmg.br/literafro/>. Acesso em jan-mar 2017.

Apresentado o Quadro Geral, vamos nos dedicar às análises e possíveis leituras dos dados obtidos.

2.1 Relação de livros autorais por autor

Para iniciarmos a discussão dos dados obtidos, apresentamos a relação de publicações individuais por autores. Com o maior número de livros de poesia individuais publicados, dezenove no total, temos o poeta mineiro Edimilson de Almeida Pereira, que publicou: *Domundo* (1985), *Livro de falas* (1987), *Árvore dos Arturos & outros poemas* (1988), *Corpo imprevisto & outros poemas* (1989), *Ô Lapassi & outros ritmos de ouvido* (1990), *O homem da orelha furada* (1995), *Rebojo* (1995), *Águas de Contendas* (1998), *Zeosório blues* (2002), *Lugares ares* (2003), *Casa da palavra* (2003), *As coisas arcas* (2003), *Signo Cimarrón* (2005), *Homeless* (2010), *Relva* (2015), *Maginot, o* (2015), *Guelras* (2016), *Qvasi* (2017) e *Poemas para ler com palmas* (2017), contudo, esse caso representa apenas, aproximadamente, 1,3% dos dados inventariados.

Em seguida, com dez publicações individuais, aparecem dois autores, que constituem 2,3% do valor total listado: Lino Guedes, que publicou *O canto do cysne preto* (1935), *Urucungo* (1936), *Negro preto cor da noite* (1936), *O pequeno bandeirante* (1938), *Vigília do Pai João* (1938), *Dictinha* (1938), *Mestre Domingos* (1938), *Sorrisos do cativo* (1938), *Nova*

inquilina do céu (1943) e *Suncristo* (1951); e Ronald Augusto, autor de *Homem ao rubro* (1983), *Kânhamo* (1987), *Puva* (1987), *Vá de valha* (1992), *Confissões aplicadas* (2004), *No assoalho duro* (2007), *Cair de costas* (2012), *Empresto do visitante* (2013), *Nem raro nem claro* (2015) e *À Ipásia que o espera* (2016).

Totalizando nove livros individuais de poesia negra/afro-brasileira publicados, temos dois autores, que também representam aproximadamente 2,3% do total relacionado: Oliveira Silveira, autor de *Germinou* (1962), *Poemas regionais* (1968), *Banzo, saudade negra* (1970), *Décima do negro peão* (1974), *Praça da palavra* (1976), *Pêlo escuro* (1977), *Roteiro dos tantãs* (1981), *Poema sobre Palmares* (1987) e *Anotações à margem* (1994); e Salgado Maranhão, autor de *Punhos da serpente* (1989), *Palávora* (1995), *O beijo da fera* (1996), *Mural de ventos* (1998), *Sol sanguíneo* (2002), *Solo de gaveta e Amorágio* (2005), *A cor do vento* (2009), *O mapa da tribo* (2013) e *Ópera de mãos* (2015).

Representando aproximadamente 3,8% do valor total inventariado, publicaram, individualmente, oito obras cada um: Cuti, autor de *Poemas da carapinha* (1978), *Batuque de tocaia* (1982), *Flash crioulo sobre o sangue e o sonho* (1987), *Sanga* (2002), *Negroesia* (2007), *Poemaryprosa* (2009), *Kizomba de vento e nuvem* (2013) e *Negrhúmus líricos* (2017); Eduardo de Oliveira, que publicou *Além do pó* (1944), *Ancoradouro* (1960), *O Ébano* (1961), *Banzo* (1962), *Gestas líricas da negritude* (1967), *Evangelho da solidão* (1969), *Túnica de Ébano* (1980) e *Carrossel de sonetos* (1994); José Ailton Ferreira (Bahia), autor de *Paradoxo do P.Q.P* (1986), *Vertentes e transversais* (1991), *Versistência etc & tal* (1995), *Pontos sinuosos* (1995), *Versômetro* (1996), *Sussurros e temporais* (1998), *Abóbada do meu pensamento* (S/I) e *Brumas e outros caminhos (quase) luminosos* (S/I).

Com sete publicações, podemos apontar três autores, que constituem aproximadamente 3,8% do total de publicações inventariado: Bernardino da Costa Lopes, autor de *Cromos* (1881), *Pizzicatos* (1886), *D. Carmem* (1894), *Brazões* (1895), *Sinhá-flor: pela época dos crisântemos* (1899), *Val de líricos* (1900) e *Plumário* (1905); Elio Ferreira, autor de *Canto sem viola* (1983), *Poemartelos (o ciclo do ferro)* (1986), *Né Preto* (1987), *O contra-lei (o ciclo do fogo)* (1994), *O contra-lei & outros poemas* (1997), *América Negra* (2004) e *América negra & outros poemas afro-brasileiros* (2014); e José Endoença Martins, autor de *Me pagam pra Kaput* (1986), *Me tomam pra Doryl* (1987), *Me vestem pra Dujon* (1988), *Diet poesia* (1990), *Traseiro de brasileiro* (1992), *Poelítica* (1996) e *Nisso Ele é poeta. Eu não* (1996).

Três autores: Adão Ventura, Ivan Cupertino e Solano Trindade, por sua vez, tiveram, cada um, seis livros publicados, equivalendo a aproximadamente 3,8% do valor total inventariado, sendo eles: *Abrir-se um abutre ou mesmo depois de deduzir dele o azul* (1970),

As musculaturas do arco do triunfo (1976), *Jequitinhonha (poemas do vale)* (1980), *A cor da pele* (1980), *Texturaafro* (1992) e *Litanias de cão* (2002), de Adão Ventura; *O mundo e o sonho* (1983), *Verde* (1984), *Ave de rapina* (1985), *Exercício de existência* (1988), *Feminino* (1991) e *Despaisado* (1998), de Ivan Cupertino; e *Poemas negros* (1936), *Poemas d'uma vida simples* (1944), *Seis tempos de poesia* (1958), *Cantares ao meu povo* (1961), *Tem gente com fome e outros poemas* (1988) e *Solano Trindade: o poeta do povo* (1999), de Solano Trindade.

Totalizando cinco livros individuais de poesia negra/afro-brasileira publicados, temos quatro autores, que representam aproximadamente 5,1% do total inventariado: Anelito de Oliveira, autor de *Lama* (2000), *Três Festas/A Love Song As Monk* (2004), *Transtorno* (2012), *Mais que o fogo* (2012) e *A ocorrência* (2012); Cyana Leahy-Dios, autora de *Biombo* (1989), *Íntima Paisagem* (1997), *Livro das Horas do Meio* (1999), *Seminovos em bom estado* (2003) e *(re)confesso poesia* (2009); Lourdes Teodoro, autora de *Água Marinha, Ou Tempo Sem Palavra* (1978), *Flores de Goiás* (1994), *Paysage em atente* (1995), *Canções do Mais Belo Incesto e Poemas Antigos* (1996) e *Poemas Antigos* (1996); e Oubi Inaê Kibuko, autor de *Como se fosse pecado* (1980), *Sobrevivência* (1981), *Mergulho* (1981), *Poemas para o meu amor* (1984) e *Canto à negra mulher amada* (1986).

Com quatro livros individuais de poesia negra/afro-brasileira, podemos apontar nove autores, que representam aproximadamente 11,4% do total inventariado: Ana Cruz, autora de *E... feito de luz* (1995), *Com o perdão da palavra* (1999), *Mulheres Q' Rezam* (2001) e *Guardados da memória* (2008); Anízio Vianna, autor de *Dublê de anjo* (1996), *Itinerário do amor urbano* (1998), *Do amor como ilícito* (2011) e *Escrevo ao vivo* (2016); Aristides Theodoro da Silva, autor de *Dandaluanda* (1982), *O poeta passeia por São Paulo num sábado à tarde* (1991), *Poeminha sem realismo para Ruth* (1996) e *Não contribuirei com um só óbolo para a construção do novo mundo* (2002); Cruz e Souza, autor de *Missal* (1893), *Broquéis* (1893), *Evocações* (1898) e *Faróis* (1900); Domínio Proença Filho, autor de *O cerco agreste* (1979), *Dionísio esfacelado* (1984), *Oratório dos inconfidentes* (1989) e *O risco do jogo* (2013); Éle Semong, autor de *Curetagem (poemas doloridos)* (1987), *A cor da demanda* (1997), *Tudo o que está solto: poesias afro-brasileiras* (2010) e *Guarda pra mim* (2015); José Carlos Limeira, autor de *Zumbi... dos* (1971), *Lembranças* (1972), *Black intentions/Negras intenções* (2003) e *Encantadas* (2015); Santiago Dias, autor de *Rosas e vidas* (1982), *Caminho* (1984), *Estradar* (1987) e *Canto a uma manhã sem dor* (1994); e Waldemar Euzébio Pereira, autor de *Prosoema* (1976), *Do cinza ao negro* (1993), *Achados* (2004) e *25 boleros entre sambas* (2014).

Totalizando três livros individuais de poesia negra/afro-brasileira publicados, temos doze autores que, juntos, representam aproximadamente 12,2% dos dados relacionados:

Abelardo Rodrigues com *Memória da noite* (1978), *Memória da noite revisitada & outros poemas* (2013) e *Atlântica dor: poemas 1979-2014* (2016); Antônio Vieira com *Areia, mar, poesia* (1972), *Cantos, encantos e desencantos d'alma/Green blue shadows* (1975) e *Cantares d'África/Songs of Africa* (1980); Arnaldo Xavier com *Eis a Rosa-Cruz e outras ilusões ou fama libertatis* (1977), *A rosa da recvsa* (1982) e *Ludlud* (1997); Cristiane Sobral com *Não vou mais lavar os pratos* (2010), *Só por hoje vou deixar o meu cabelo em paz* (2014) e *Terra Negra* (2017); Fausto Antônio com *Fala de pedra e pedra* (1986), *Linhagem de pedra e outra pessoa* (1991) e *Vinte Anos de Poesia* (2006); Geni Guimarães com *Terceiro filho* (1979), *Da flor o afeto, da pedra o protesto* (1981) e *Balé das emoções* (1993); Hermógenes Almeida com *REGGAE=IJÊXÁ – poemas, canções & anunciações* (1983), *Roteiro dos Oríkìs – ensaio e poemas* (1987) e *Oríkìs – Canções de Rebeldia, Poemas de Paixão* (1988); Livia Natália com *Água negra* (2011), *Correntezas e outros estudos marinhos* (2015) e *Dia bonito pra chover* (2017); Machado de Assis com *Falenas* (1870), *Americanas* (1875) e *Poesias completas* (1901); Marcos A. Dias com *Rebelamentos* (1990), *País indig(o Blue)Nação* (1995) e *Estudos sobre a cidade (& exercícios de sobrevivência)* (1997); Marcos Fabrício Lopes da Silva com *Dezlokado* (2010), *Doelo* (2014) e *Chapa quente* (2015); Oswaldo de Camargo com *Um homem tenta ser anjo* (1959), *15 poemas negros* (1961) e *O estranho* (1984); e Paulo Colina (Paulo Eduardo de Oliveira) com *Plano de Vôo* (1984), *A noite não pede licença* (1987) e *Todo o fogo da luta* (1989).

Com duas publicações, podemos apontar dezesseis autores, que constituem aproximadamente 20,3% dos escritores inventariados: de Aciomar de Oliveira: *Todas as Vozes* (2004) e *Resiliência: diálogos de facebook* (2016); de Aloísio Resende: *Poesias de Aloysio Rezende* (1979) e Aloísio Resende: *poemas* (2000); de Alzira dos Santos Rufino: *Eu, mulher negra, resisto* (1988) e *Bolsa Poética* (2010); de Arlindo Veiga dos Santos: *Amar... e amar depois* (1923) e *Satanás* (1932); de Carlos Correia Santos: *O baile dos versos* (1999) e *Poeticário* (2005); de Carlos de Assumpção: *Protesto-poemas* (1982) e *Quilombo* (2000); de Edson Lopes Cardoso: *Ubá* (1999) e *Gravatá da Fonte* (2016); de Eliane Marques: *Relicário* (2009) e *E se alguém o pano* (2015); de Jônatas Conceição: *Miragem de engenho* (1984) e *Outras miragens* (1989); de Jussara Santos: *Samba de Santos* (2015) e *De Minas* (2015); de Lande Onawale: *O vento* (2003) e *Kalunga: poemas de um mar sem fim/ poems of an infinite sea* (2011); de Mel Duarte: *Fragmentos dispersos* (2013) e *Negra Carne Nua* (2015); de Miriam Alves: *Momentos de busca* (1983) e *Estrelas no dedo* (1985); de Nei Lopes: *Incursões sobre a pele* (1996) e *Poética* (2014); de Paula Brito, Francisco de com *Anônimas* (1859) e *Poesias*

(1863); de Ricardo Dias: *Balanço de vida* (1986) e *Julgo suave* (1992) e de Rita Santana: *Tratado das Veias* (2006) e *Alforrias* (2012).

No entanto, 22 dos 79 poetas inventariados, ou seja, aproximadamente 28% dos autores, contam com apenas uma publicação autoral, sendo: *Axés do sangue e da esperança, (Oríkis)* (1986), de Abdias Nascimento; *Fogo do olhar* (1989), de Abílio Ferreira; *A mulher de Aleduma* (1981), de Aline França; *Vão* (2005), de Allan da Rosa; *Antologia pessoal* (1996), de Carolina Maria de Jesus; *Canções de amor e dengo* (2016), de Cidinha da Silva; *Poemas da recordação e outros movimentos* (2008), de Conceição Evaristo; *Regresso triunfal de Cruz e Sousa e Os segredos de seu Bitá da-nó-em-pingod'água* (1982), de Estevão Maya-Maya; *Amar faz bem mas dói* (1997), de Fernando Conceição; *Cavalos e santos* (2011), de Francisco Maciel; *Poesia* (1967), de Gonçalves Crespo; *Desinteiro* (2016), de Guellwaar Adún; *Teclas do ébano* (1986), de Jamu Minka; *Caxinguelê* (1993), de Lepê Correira (Severino Lepê Correia); *Eu, mulher* (1990), de Lia Vieira (Eliana Vieira); *Primeiras trovas burlescas de Getulino* (1859), de Luiz Gama; *Cantos à Beira Mar* (1871), de Maria Firmina dos Reis; *Meu Nome Pessoa - Três Momentos de Poesia* (1989), de Maria Helena Vargas (M. Helena Vargas da Silveira); *Acorde um verso* (2012), de Michel Yakini; *Gramática da ira* (2015), de Nelson Maca; *Sob o sol* (1986), de Paulo Lins e *Enquanto o tambor não chama* (2011), de Sérgio Ballouk.

De modo geral, os 271 livros individuais de poesia negra/afro-brasileira inventariados são de autoria de 79 escritores, contudo, apenas 14 desses autores, ou seja, aproximadamente 17,3%, publicaram mais de cinco obras individuais enquanto 22 autores, ou aproximadamente 27,85%, publicaram apenas uma obra. Esse dado sugere uma existência significativa de poetas episódicos, ou seja, que não mantêm uma constância de publicações, tornando públicas obras esparsas, pontualmente.

Essa inconstância nas publicações demonstra, ainda que de modo velado, parte da dificuldade encontrada na formação e manutenção de uma tradição literária de poetas produtores desta literatura, cabendo-nos, portanto, questionar o que há por trás das dificuldades encontradas por esses autores.

2.1.1 Condições de produção

Considerando que utilizamos como recorte temporal o intervalo de 1859, data em que são publicadas as *Primeiras trovas burlescas de Getulino*, de Luiz Gama, inaugurando a história editorial da poesia negra/afro-brasileira, até o ano de 2017, ano de finalização do primeiro momento desta pesquisa, ou seja, um intervalo de 158 anos, a obtenção de um total de 271 obras individuais de poesia publicadas no período explicita um cenário editorial preocupante e que nos convida a questionar: por que, em um país no qual mais da metade da população se declara preta ou parda,¹⁰ há tão pouca representatividade negra na literatura?¹¹

Convém pontuar, ainda, que este número contrasta com os dados disponibilizados pela Câmara Brasileira do Livro, discutidos minuciosamente ao longo deste trabalho, na pesquisa “Produção e Vendas do Setor Editorial Brasileiro”, feita anualmente pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), por encomenda da Câmara Brasileira do Livro (CBL) e do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL),¹² a fim de apresentar a *performance* do setor editorial brasileiro e de seus subsetores em determinados anos estabelecidos e atualizados. Durante 2015, ano em que nosso levantamento indicou a maior concentração anual de publicações de livros individuais de poesia negra/afro-brasileira, treze no total, as pesquisas apontam que foram impressos no Brasil, entre novos ISBN e reimpressões, 25.228 títulos de Obras Gerais (excluindo-se livros religiosos, didáticos e científicos, técnicos e profissionalizantes), sendo vendidos, nesse ano, 149.866.288 exemplares de Obras Gerais (excluindo-se livros religiosos, didáticos e científicos, técnicos e profissionalizantes e considerando as vendas para o Mercado e para o Governo). Ainda que não tenhamos localizado fontes que apresentem quantitativamente a produção de livros de poesia no Brasil, em um recorte específico, acreditamos que esses dados auxiliem na explicitação do abismo existente entre a produção editorial brasileira e a parcela correspondente às publicações individuais de poesia negra/afro-brasileira.

¹⁰ Declararam-se preta ou parda 50,7% da população. Informação disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21206-ibge-mostra-as-cores-da-desigualdade>. Acesso em: 20 set. 2018.

¹¹ No caso específico deste trabalho, debruçamo-nos sobre o gênero poesia, contudo, a partir de pesquisas realizadas anteriormente enfocando os gêneros conto e romance, é pertinente afirmarmos que a realidade não se apresenta de modo diferente. Vide OLIVEIRA, Luiz Henrique Silva de; RODRIGUES, Fabiane Cristine. Panorama editorial da literatura afro-brasileira através dos gêneros romance e conto. *Em Tese*, Belo Horizonte, v. 22, p. 90-107, 2017; OLIVEIRA, Luiz Henrique Silva de; RODRIGUES, Fabiane Cristine. Por uma história editorial do conto afro-brasileiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM, 39., 2016, São Paulo. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2016. v. 1. p. 788-801.

¹² Disponível em: <http://cbl.org.br/downloads/fipe>. Acesso em: 02 out. 2018.

Uma das formas de pensar a questão é por meio das dinâmicas de afirmação e contestação que ocorrem no interior do campo literário, especialmente dependente dos campos político e econômico. Como bem pontua Cuti (2010, p. 47), “os discursos (todos) passam pelo poder dizê-lo. O silêncio pertence à maioria que ouve e, quando muito, repete. Falar e ser ouvido é um ato de poder. Escrever e ser lido, também”, de forma que o fazer literário constitui, portanto, um ato de distinção e poder: o poder de falar sobre si mesmo, sobre o mundo e, principalmente, sobre a sua existência no mundo. É pelo poder da escrita que o sujeito pode abandonar sua posição de outro e representar a si mesmo enquanto indivíduo.

O ato da escrita pressupõe, contudo, a existência de um público leitor a fim de garantir o ato comunicativo, de modo que,

A tradição letrada exige certas condições específicas de produção e de recepção para o seu exercício, condições essas também desfavoráveis ao negro africano e seus descendentes. A escrita carece de leitores e interlocutores. Os lugares de enunciação do escritor e os sujeitos de recepção da escrita, a maior ou menor mobilidade social e econômica dos brancos, mestiços e negros, na sociedade em geral e nos meios letrados em particular; o acesso à formação escolar e aos meios de produção, os preconceitos, discriminações e exclusões do sistema são alguns dos fatores que não podem ser relevados quando analisamos, diacronicamente, a produção literária afro-brasileiras. (MARTINS, 2010, p. 109)

Isso posto, ao pensarmos em sujeitos ou grupos marginalizados, ou seja, aqueles que não ocupam posições de destaque ou relevantes no interior da cultura dominante, a formação de um público leitor e de escritores torna-se uma primeira barreira, uma vez que

São, portanto, fatores essenciais para se desenvolver uma literatura: o acesso à alfabetização, à leitura e à prática da escrita literária, aquisição de bens culturais (livros, CDs, DVDs), disponibilidade de tempo, isolamento físico com espaço adequado para produção de textos, equipamentos para escrita e pesquisa, crise de identidade gerada principalmente pelo afastamento cultural, o que faz o autor lançar-se em busca das raízes perdidas, competição social, de onde se dá o encontro com a prática do racismo e a conscientização de que ela implica vários aspectos (econômicos, psicológicos, religiosos, estéticos etc.). (CUTI, 2010, p. 29-30)

Desse modo, para formarmos autores e leitores negros, é necessário que haja, inicialmente, a inserção desses sujeitos nas esferas de formação discursiva, como o ambiente acadêmico, responsável pela legitimação dos discursos, e o midiático, capaz de garantir a circulação e aceitação dos discursos.

De fato, entre os quatorze autores que publicaram mais de cinco obras individuais de poesia negra/afro-brasileira, todos possuem/possuíam alguma articulação com a imprensa, atuando como jornalistas, revisores ou colaboradores da imprensa local. Muitos participam ou participaram ativamente do movimento negro em grupos diversos. Uma grande parcela possui, ainda, graduação e/ou pós-graduação. Esse pequeno cenário permite-nos refletir de onde parte

o indivíduo que consegue “escrever e ser lido”, revelando a importância das articulações entre os indivíduos e a obtenção de conhecimento formal, do domínio da dita língua culta e da acumulação de um capital simbólico.

É curioso perceber, também, que, entre os quatorze autores que publicaram mais de cinco obras, apenas um, Bernardino da Costa Lopes, publicou a sua primeira obra no século XIX, enquanto Lino Guedes e Solano Trindade foram os únicos a publicar suas primeiras obras na primeira metade do século XX e os demais autores – Edimilson de Almeida Pereira, Oliveira Silveira, Cuti, Eduardo de Oliveira, José Ailton Ferreira, Adão Ventura, Ivan Cupertino, Anelito de Oliveira, Cyana Leahy-Dios, Lourdes Fonseca e Oubi Inaê Kibuko, onze no total – publicaram suas primeiras obras na segunda metade do século XX. Este fato sugere o impacto positivo das articulações negras em torno da criação e manutenção de um público leitor negro, refletindo, também, os resultados obtidos pela Imprensa Negra, precursora de um movimento letrado e impresso negro.

Na próxima seção deste capítulo, abordaremos as publicações por meio dos contextos históricos em que estão inseridas, uma vez que o campo literário articula-se com os campos social, econômico e político, de forma que a quantidade de publicações acompanha a ampla movimentação do campo artístico cultural negro para a formação de agentes deste campo: autor, obra, público, consumidores, redes de contato, letramento literário, expansão da educação ao coletivo negro etc.

2.1.2 Representatividade e legitimação

Ao refletir acerca dos locais de fala e da representatividade (ou ausência dela) encontrada na Literatura Brasileira contemporânea a partir da análise de 258 romances, todos os publicados entre 1990 e 2004 por três das editoras centrais no campo literário brasileiro – apontadas por autores, crítica e pesquisadores de diferentes estados –, Dalcastagnè pondera sobre considerações estabelecidas por Michael Foucault e constata que “o controle do discurso, denunciado pelo filósofo francês, é a negação do direito de fala àqueles que não preenchem determinados requisitos sociais: uma censura social velada, que silencia os grupos dominados” (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 19) e acrescenta, ainda, não se tratar apenas da possibilidade de falar, “mas da possibilidade de falar com autoridade, isto é, o reconhecimento social de que o discurso tem valor e, portanto, merece ser ouvido” (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 19). Desse modo, podemos perceber que a censura atua não só de maneira escancarada, negando o direito de fala, mas também de forma mais perversa e sutil, colocando em xeque a autoridade de quem fala a

partir de requisitos sociais estabelecidos. Mais efetivo que negar ao autor o “direito” de escrever é negar a ele o acesso às formas de reconhecimento social e prestígio no seio do campo literário.

Ao refletirmos sobre o fazer literário, devemos pensar em quais são os critérios de valoração estabelecidos – uma vez que se trata de um campo relativamente autônomo –, capazes de reconhecer e legitimar aquele texto como produção literária. A esse respeito, Cuti afirma que

no campo específico da literatura escrita (já que ela é um determinado tipo de discurso, tipificado principalmente pelos críticos e teóricos de várias épocas e lugares, e, fundamentalmente, por escritores), e particularizando o Brasil, a matriz europeia é predominante. Nossa produção, nesse campo, nasceu, desenvolveu-se e continua seu curso tendo como paradigma a produção europeia. Dizer ‘branca’, nesse caso, é redundância. Imitar, citar, ler, comentar autores europeus sempre trouxe e traz aura de respeitabilidade para quem assim age e para o trabalho que porventura desenvolver. Verniz ou conteúdo absorvido, o fato é que o chamado cânone literário predominante no Brasil é de estofos europeus. (CUTI, 2010, p. 50)

Isso posto, torna-se clara a pequena margem de negociação que o autor negro encontra em sua produção. Para que produza um discurso digno de legitimação enquanto literatura, o autor deve submeter-se aos critérios estabelecidos (e centrados em uma lógica eurocêntrica) ou ousar contrapor-se a tal modelo e “pagar o preço pelo conteúdo não desejado pelas instâncias de poder estabelecidas na área” (CUTI, 2010, p. 51). Esse preço é, muitas vezes, a recusa de seu discurso nos meios de reconhecimento social.

Em uma sociedade em que uma das formas de reconhecimento social acerca do valor do discurso é a sua materialização em impresso, a recusa ao discurso pode ocorrer de diversos modos, mais ou menos explícitos, como a censura do que é dito, a censura de quem diz, a censura de por onde determinado discurso circulará dentro de uma determinada comunidade e a censura de como é permitido dizer e ler. Ao longo deste capítulo, nas seções seguintes, essas formas de recusa ao discurso serão discutidas de modo mais amplo.

2.1.3 Outros desdobramentos

Ainda que o objetivo desta pesquisa seja traçar um panorama da história editorial da poesia negra/afro-brasileira, é importante explicitarmos, por meio do recorte de gênero, a discrepância existente entre a quantidade de autores e publicações e autoras e publicações. Temos que, dos 79 autores inventariados, 60, ou seja, 75,95% dos autores são homens e, juntos, suas publicações somam 220 títulos (84,5% do valor total), enquanto as 19 autoras inventariadas (24,05% do valor total) somam apenas 42 publicações (15,5% do valor total de obras publicadas). Refletir sobre esse cenário permite-nos perceber que, mesmo dentro de um microcampo como o da literatura negra/afro-brasileira, as tensões sociais, como o machismo, são perpetuadas. Ainda que não

esgotemos o tema ao longo deste trabalho nem nos debruçemos na análise das temáticas abordadas pelos poetas em suas publicações, o que certamente evidenciaria outras tensões, é válido destacarmos a dupla violência à qual as mulheres negras estão sujeitas: a racial e a de gênero.

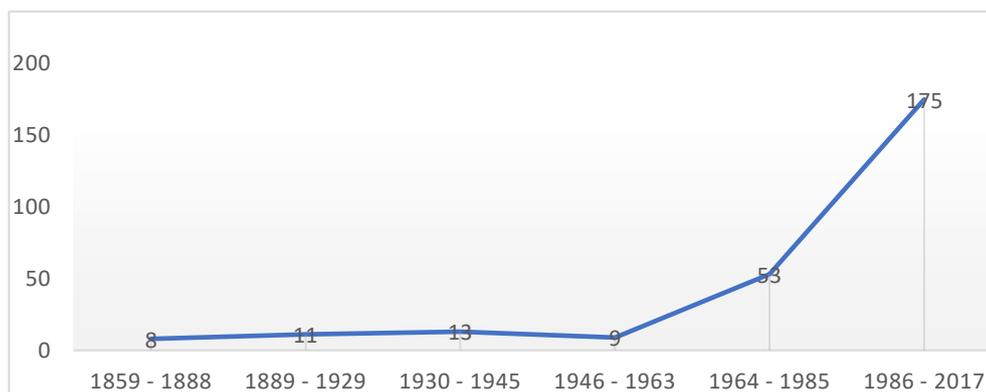
Desse modo, antes de partirmos para a análise dos dados referentes à distribuição das produções em períodos históricos específicos, convém propormos uma breve reflexão acerca do imaginário por trás do conceito de escritor, que, para Regina Dalcastagnè (2012), não pode ser resumido apenas ao ato da escrita, uma vez que “publicar um livro não transforma ninguém em escritor, ou seja, alguém que está nas livrarias, nas resenhas de jornais e revistas, nas listas dos premiados em concursos literários, nos programas das disciplinas, nas prateleiras das bibliotecas” (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 8), de modo que, como abordado em diversos momentos deste trabalho, os dados quantitativos revelam apenas parte do complexo jogo de legitimação e luta por espaço e poder no campo literário e, então, deixamos como provocação as indagações: entre os 79 autores catalogados, quantos são legitimados no seio do campo literário? Quantos podem, de fato, transitar nos meios de prestígio do campo literário?

2.2 Períodos de publicação

As produções literárias, assim como as demais produções artísticas, não se dão em um ambiente extramundo, completamente inatingível pelos fatores sociais, históricos e culturais. Como nos alerta Bourdieu (1996), os campos artístico/literário, econômico e político, estabelecem entre si profundas relações. Partindo desse pressuposto, optamos por, ao analisar os dados quantitativos, levar em consideração marcos históricos brasileiros, como a abolição da escravatura (1888), a Proclamação da República (1889), a Revolução de 1930 e a Ditadura Militar (1964-1985), e, a partir dos contextos históricos, pensar a imprensa brasileira, o impresso no Brasil e a situação do negro inserido nesta sociedade.

Vale, antes de apresentarmos as análises das publicações partindo de diversos marcos políticos brasileiros, mostrarmos, no Gráfico 1, o que será esmiuçado.

Gráfico 1 – Publicações por períodos



Obs.: Em duas publicações não foi possível determinar o ano de publicação. Fonte: Dados da pesquisa.

2.2.1 Do surgimento das publicações individuais de poesia negra/afro-brasileira à abolição da escravatura (1859-1888)

O primeiro período a ser analisado compreende o ano em que foi publicado o primeiro livro individual de poesia negra/afro-brasileira, de *Primeiras trovas burlescas de Getulino*, de Luiz Gama, em 1859, até o ano de 1888, quando foi decretada, pela Lei Áurea, a abolição da escravatura no país. Apesar de existirem outras leis abolicionistas no Brasil, como a Lei do Ventre Livre, de 1871, e a Lei dos Sexagenários, de 1885, apenas pela Lei Áurea a escravidão foi definitivamente abolida no Brasil, motivo pelo qual optamos por definir o ano de 1888 como o primeiro marco histórico de análise.

Neste primeiro período, foram contabilizadas oito publicações individuais de livros de poesia negra/afro-brasileira, de autoria de cinco autores distintos: Bernardino da Costa Lopes, Francisco de Paula Brito, Luiz Gama, Machado de Assis e Maria Firmina dos Reis.

Vale ressaltar que, no Brasil, a chegada da imprensa deu-se de forma tardia, como destaca Laurence Hallewell, em *O livro no Brasil: sua história* (2012), ao analisar o desenvolvimento da literatura brasileira baseando-se nas circunstâncias econômicas, práticas comerciais e condições técnicas da indústria editorial, tendo ocorrido de forma oficial a partir de 1808, com a instalação da Imprensa Régia no Rio de Janeiro, por ocasião da vinda do Príncipe Regente Don João e da Família Real Portuguesa ao Brasil. Além da imprensa oficial, a chegada da Família Real Portuguesa culminou com a inauguração de instituições centrais da cultura letrada, como gráficas, tipografias, casas livrarias e instituições de ensino superior.

A instalação da imprensa oficial no Brasil deu-se em 13 de maio de 1808, como aponta Márcia Abreu (2010), marcando o fim da interdição à publicação de impressos no Brasil. Sua

criação, contudo, impedia o estabelecimento de casas tipográficas no território brasileiro, conferindo-lhe monopólio do mercado e facilitando sua função censória, a fim de impedir a publicação de impressos que atentassem contra a religião, o governo e a moral vigente. Esse monopólio manteve-se até o ano de 1821, momento em que “encerrou-se o monopólio da Impressão Régia no Rio de Janeiro e diversificou-se ainda mais o conjunto de editores e as possibilidades de impressão” (ABREU, 2010, p. 65), surgindo, então, diversas tipografias.

O período que separa a chegada da imprensa oficial no Brasil – em 1808 – e a publicação da primeira obra individual de poesia negra/afro-brasileira – em 1856 – compreende cerca de 48 anos. Esse lapso pode ser lido como um resultado das censuras impostas pela Coroa, que deteve o monopólio das publicações por cerca de vinte anos, somadas à precária educação formal e à alfabetização do povo negro presente no Brasil, em grande parte, ainda na condição de escravizado.

Ana Flávia Magalhães Pinto (2010), ao analisar a imprensa negra no Brasil ao longo do século XIX, toca em questões que são comuns às produções literárias de poesia e podem nos auxiliar na compreensão das dinâmicas editoriais de tais produções, ainda que o foco da autora sejam as publicações de viés mais jornalístico; isto se dá pela estreita relação estabelecida entre os periódicos jornalísticos e as publicações literárias no período. Partindo de “questões relativas à autoria, ao público e aos objetivos – jornais feitos por negros; para negros; veiculando assuntos de interesse das populações negras” (PINTO, 2010, p. 20), aspectos muito semelhantes aos adotados neste trabalho, buscou-se identificar como se organizou a imprensa negra, destacando que “a atuação de um razoável número de negros letrados capaz de, em diferentes momentos do século XIX, gerar e absorver as ideias emitidas naqueles jornais, bem como disseminá-las entre os pares letrados” (PINTO, 2010, p. 20).

Para pensar na geração, absorção e disseminação de ideias interessantes à população negra e, ao mesmo tempo, dado o contexto escravocrata brasileiro, contrárias à moral e ao governo vigente, a autora destaca a criação de uma “rede de solidariedade negra à qual interessavam a conservação de garantias individuais e também a construção de uma voz coletiva direcionada ao fortalecimento do grupo” (PINTO, 2010, p. 20) e, a esse respeito, a estudiosa cita o exemplo de Francisco de Paula Brito.

Francisco de Paula Brito é um dos precursores da imprensa negra, estabelecendo traços de solidariedade com outros homens negros livres da cidade do Rio de Janeiro, entre eles Joaquim Maria Machado de Assis que, como aponta a autora, aos quinze anos trabalhou como revisor de provas na Tipografia Fluminense de Brito e Cia. A vida do tipógrafo-editor também compõe a obra de Hallewell, que destaca o fato de que Paula Brito

Jamais pôde frequentar a escola: aprendeu a ler e a escrever com a irmã, Ana Angelina das Chagas. Extensa leitura, contínuo esforço no sentido do autodesenvolvimento ao longo de toda a sua vida e o contato social com amplo círculo de amigos inteligentes completariam sua educação e lhe dariam suficiente domínio da língua portuguesa para se tornar, por si só, um poeta menor e da língua francesa para trabalhar como tradutor para Plancher no fim da adolescência. (HALLEWELL, 2012, p. 169)

Em suas linhas, o autor deixa transparecer, ainda, o espanto pelo sucesso que Paula Brito obteve naquela sociedade, tornando-se o “livreiro preferido da elite intelectual do Rio de Janeiro, bem como o sucessor de Plancher como principal editor da época” em um momento no qual “as ‘pessoas de cor livres’ contentavam-se em formar a classe dos artesãos” (HALLEWELL, 2012, p. 168). Os excertos acima, extraídos da obra de Hallewell, reforçam a importância da criação e manutenção das redes de solidariedade negra para garantir a existência, ainda que tímida, de certa diversidade no campo literário e editorial, uma vez que aquele não era o lugar social destinado às “pessoas de cor livres”.

O impacto do trabalho de Paula Brito como tipógrafo e editor torna-se explícito, nesta pesquisa, quando consideramos que a publicação individual que inaugura a poesia negra/afro-brasileira, *Primeiras Trovas Burlescas de Getulino*, foi impressa na Tipografia Dois de Dezembro, inaugurada em 02 de dezembro de 1950, como aponta Hallewell (2012), por Francisco de Paula Brito. Ainda que a discussão a respeito das casas editoriais seja feita de modo mais incisivo em outro tópico deste capítulo, é importante marcar a iniciativa de Paula Brito no surgimento de uma imprensa negra no Brasil, principalmente se considerarmos a estreita relação estabelecida entre a imprensa da época e a literatura.

Ao pensarmos além das dinâmicas editoriais e da imprensa, é importante refletirmos, também, sobre o acesso à educação, uma vez que, para falarmos a respeito de produção e recepção literária, temos que considerar a formação de autores e de público leitor. Como destacam Marco Antônio Beltine de Almeida e Livia Sanchez (2016),

A Constituição Imperial de 1824 previu uma educação primária gratuita a todos os cidadãos. Essa determinação excluía os escravizados, já de partida, do ponto de acesso aos estabelecimentos oficiais de ensino, mas possibilitava que a população negra liberta frequentasse essas instituições [...] a escola era, então, entendida como forma de civilizar os grupos vistos pelas elites como impeditivos da coesão social brasileira. (ALMEIDA; SANCHEZ, 2016, p. 235)

Parte da população negra brasileira, em uma sociedade ainda escravocrata, já estava impedida de ter acesso à educação primária gratuita, uma vez que era escravizada. A porcentagem negra liberta a quem o acesso era permitido deparava-se com uma educação cuja missão era “civilizatória”, ou, ainda de acordo com os autores,

voltada ao ensino de comportamentos adequados, combativa às culturas populares, sob um modelo eurocêntrico de ensino e de sociedade desejada que visava a homogeneização cultural e invenção de uma cidadania nacional, era vista como condição de progresso do Brasil. (ALMEIDA; SANCHEZ, 2016, p. 235)

Assim, para a implementação do modelo eurocêntrico desejado, era necessária a aculturação do aluno negro, no sentido de suprimir toda e qualquer característica moral e cultural referentes à ancestralidade africana daqueles indivíduos. Os hábitos e comportamentos que aludissem às origens africanas eram classificados como inadequados ao ambiente escolar.

Embora tenha sido publicada, em 15 de outubro de 1827, a primeira Lei nacional sobre a instrução pública, que vigeria até 1946, não havia qualquer menção à educação escolar de negros. Almeida e Sanchez (2016) destacam, ainda, que, “em alguns momentos do desenvolvimento da instrução pública, em diversas províncias, foi oficialmente negado o acesso da população negra às instituições escolares” (ALMEIDA; SANCHEZ, 2016, p. 236). Situação que contrasta com a realidade das crianças pertencentes às famílias ricas brasileiras, evidentemente brancas, que em geral eram educadas em suas casas, com professores particulares e meios próprios.

As duas faces do acesso à educação sem dúvida colaboraram para o desequilíbrio no acesso ao capital cultural, uma vez que foi facilitado o acesso das camadas brancas e ricas aos meios de consagração e legitimação, às redes de sociabilidade e aos meios formais de instrução. A conquista da educação pelas camadas marginalizadas da sociedade, aqui entendidas como negros e pobres, deu-se por fatores como:

a existência de organização da população escrava em grupos voltados a evitar o isolamento imposto pelos senhores, nos quais preservavam práticas culturais e religiosas, eram alfabetizados e aprendiam a calcular; a instrução dada por padres que, embora muitas vezes objetivasse a aculturação do africano para a formação de novos cristãos permitiu o letramento de alguns escravos; e a aprendizagem realizada de maneira informal, por meio da observação das aulas recebidas pelas sinhás-moças nas fazendas. (ALMEIDA; SANCHEZ, 2016, p. 237)

Ou, em outras palavras, retornando às redes de solidariedade negras e mesmo à subversão das iniciativas voltadas para a aculturação do negro brasileiro. Apenas em 1879, com a reforma do Ensino Primário e Secundário de Leôncio Carvalho, “instituiu-se a obrigatoriedade do ensino dos sete aos quatorze anos e caiu o veto que proibia a frequência dos escravos nas escolas públicas” (ALMEIDA; SANCHEZ, 2016, p. 238) e, a partir do letramento¹³ de alguns negros nos ambientes formais, o letramento de outros indivíduos negros

¹³ Letramento é entendido, neste contexto, como o ensino da leitura e da escrita, uma das ferramentas para inserir o indivíduo em uma sociedade, capacitando-o para atender às demandas sociais, não estando necessariamente associado ao conceito que surge ao final do século XX, utilizado pela primeira vez no contexto educacional brasileiro por Mary Kato em 1986, em *No mundo da escrita uma perspectiva psicolinguística*.

foi promovido em ambientes informais, ampliando as formas de acesso ao conhecimento escolar. Sendo assim, é possível perceber nitidamente que o primeiro empecilho imposto ao negro para acesso ao campo literário, seja como produtor, seja como consumidor, foi o acesso aos meios de letramento.

2.2.2 Da abolição da escravatura até o fim da Primeira República (1889-1929)

O segundo período definido para a análise das dinâmicas editoriais e sociais referentes à poesia negra/afro-brasileira compreende os anos de 1889, imediatamente posterior à abolição da escravatura no Brasil, em 1888, até o ano de 1929, ano que antecede o fim da Primeira República e o início da Era Vargas.

Ao longo desses 40 anos, foram contabilizados onze livros de poesia negra/afro-brasileira publicados por quatro autores distintos: Arlindo Veiga dos Santos, Bernardino da Costa Lopes, Cruz e Souza e Machado de Assis.

Ainda que tenha sido extinto, por meio da Lei Áurea, o regime de escravidão no Brasil no ano de 1888, Abdias Nascimento, ao analisar os mecanismos que criaram e sustentaram o “racismo à brasileira” e a importância de dedicarmo-nos ao resgate da identidade negra e da ancestralidade africana, classifica o episódio como o assassinato em massa da população negra, pois,

Após a abolição formal da escravidão a 13 de maio de 1888, o africano escravizado adquiriu a condição legal de ‘cidadão’; paradoxalmente, no mesmo instante ele se tornou o negro indesejável, agredido por todos os lados, excluído da sociedade, marginalizado no mercado de trabalho, destituído da própria existência humana. Se a escravidão significou crime hediondo contra 300 milhões de africanos, a maneira como os africanos foram ‘emancipados’ em nosso país não ficou atrás como prática de genocídio cruel. Na verdade, aboliram qualquer responsabilidade dos senhores para com a massa escrava; uma perfeita transação realizada por brancos, pelos brancos e para benefício dos brancos. (NASCIMENTO, 1980, p. 73-74)

Como o autor deixa explícito no excerto acima, o simples ato jurídico da abolição de um sistema escravista sem qualquer reparação ou tentativa de inserção da população escravizada naquela sociedade não foi suficiente para alterar a condição de subalternidade à qual os negros estavam condicionados. A “cidadania” concedida ao negro não era suficiente para garantir condições de sobrevivência – como moradia, alimento, emprego ou assistência médica –, igualdade ou acesso aos locais e meios de prestígio e legitimação social ou intelectual.

Muito além de uma espécie de “cidadão de segunda classe”, o negro era presença indesejada na sociedade brasileira e, de modo mais amplo, na própria ideia de construção de uma nação brasileira. Como destaca Abdias Nascimento (1978), “o país obtivera em 1822 uma independência apenas formal, permanecendo sua economia, sua mentalidade e cultura

dependentes e colonizados”, de modo que “foi natural que de lá [das metrópoles europeias] chegassem ao Brasil os conceitos racistas do ideal ariano” (NASCIMENTO, 1978, p. 67).

Enquanto, na Europa do século XIX, esses ideais associavam-se à necessidade de justificar de modo científico as hierarquias sociais estabelecidas em virtude da articulação do capitalismo industrial, ao analisar como essa realidade é absorvida no contexto brasileiro, Antônio Sérgio Alfredo Guimarães ressalta que,

A doutrina liberal do século XIX, segundo a qual os pobres eram pobres porque eram inferiores, encontrava, no Brasil, sua aparência de legitimidade no aniquilamento cultural dos costumes africanos e na condição de pobreza e de exclusão política, social e cultural da grande massa dos pretos e mestiços. A condição de pobreza dos pretos e mestiços, assim como, anteriormente, a condição servil dos escravos, era tomada como marca de inferioridade. (GUIMARÃES, 2009, p. 49)

Sendo os “pretos e mestiços” “inferiores” à população branca, a solução para extirpar da nação brasileira tal “marca de inferioridade” era simples: clarear a população até eliminar qualquer traço que remetesse às origens africanas e indígenas – no caso específico deste trabalho, o foco escolhido para análise foram as questões atinentes ao apagamento das africanidades, contudo, cabe ressaltar que as culturas indígenas sofreram processos semelhantes de apagamento. Esse processo de embranquecimento engloba tanto as esferas físicas e fenotípicas, por meio da estimulação da “mestiçagem”, quanto as esferas políticas, sociais e culturais daquela população.

Como destaca Abdias do Nascimento (1978), até mesmo as leis de imigração dos tempos pós-abolicionistas foram concebidas dentro da lógica de embranquecimento populacional, estimulando, mediante Decreto de 28 de junho de 1890, a entrada de indivíduos europeus, aptos para o trabalho, ao mesmo tempo que condicionava a entrada de africanos ou asiáticos à autorização do Congresso Nacional. O autor destaca, ainda, as linhas de raciocínio adotadas por muitos dos cientistas sociais daquele período, e convém destacarmos aquela defendida por João Batista de Lacerda, que supôs, em 1911, durante o Primeiro Congresso Universal de Raças, realizado em Londres, a extinção da raça negra no Brasil em um período estimado de 100 anos, ressaltando que

Esta ideia de eliminação da raça negra não constituía uma apenas teoria abstrata, mas, calculada estratégia de destruição, está claro nos argumentos do mesmo teórico, na explícita sugestão de se deixar os afro-brasileiros propositalmente indefesos: ‘...expostos a toda espécie de agentes de destruição e sem recursos suficienciais para se manter’. (NASCIMENTO, 1978, p. 73)

Desse modo, torna-se evidente que a marginalização da população negra e, como consequência, do discurso afrocentrado, são frutos de uma atitude consciente, política e cuidadosamente pensada. A respeito dos processos de exclusão que, de forma mais ou menos explícita, tornavam a população negra “indefesa” diante daquela organização social, podemos

também destacar as medidas que refletiam no acesso à educação formal, como a reforma Rivadávia Correia, implantada em 1911, que adotou “a realização de exames admissionais e a cobrança de taxas nas escolas, impossibilitando o acesso de grandes parcelas da população nas instituições oficiais de ensino” (ALMEIDA; SANCHEZ, 2016, p. 238), ou seja, restringindo o seu acesso às elites.

Primeiro, excluía-se o corpo negro das cidades, negando a ele acesso à moradia, alimentação, educação formal e saúde; posteriormente, excluía-se as ideias negras, negando o acesso aos locais de prestígio social, eliminando suas manifestações culturais, traços linguísticos e valores estéticos. Como podemos falar, então, de autores negros em uma sociedade que, reiteradamente, adotava medidas que excluía a população negra dos ambientes escolares, sentenciando-a à exclusão social?

A resposta a esse questionamento surge, inicialmente, em 1889, quando a população negra se organizou a fim de lutar pelos seus direitos, “em que a educação apareceria sempre como uma reivindicação prioritária, central. Surgiam os primeiros grupos de Movimento Negro brasileiro que, ainda sem projeto ideológico e político mais amplo, eram conhecidos, à época, como movimento associativo dos homens de cor” (ALMEIDA; SANCHEZ, 2016, p. 238). E é a partir desses movimentos que “mesclavam-se iniciativas educacionais, com aquelas de assistência social, jurídica, médica, além de campanhas eleitorais, publicação de jornais” (ALMEIDA; SANCHEZ, 2016, p. 238), preenchendo as lacunas deixadas, propositalmente, pelo poder público, a comunidade negra articulava-se, focando principalmente na alfabetização dos seus.

Almeida e Sanches (2016) ressaltam que, a partir de 1920, pela necessidade de empregar a população negra nas indústrias, o acesso à educação básica tornou-se mais amplo, mesmo que não houvesse, nesses ambientes, questionamentos acerca das desigualdades sociais existentes ou da diversidade.

Outro aspecto de grande relevância para o surgimento e a manutenção de um campo literário brasileiro, principalmente neste momento histórico, foram os esforços investidos para a criação, em maio de 1908, da Academia Brasileira de Letras. Como destaca João Paulo Coelho de Souza Rodrigues (2010), ao analisar seu surgimento e funcionamento durante a República Velha, além de contribuir para a divulgação da literatura e a profissionalização do escritor, a estruturação da Academia funcionaria, ainda, como uma forma de “produzir e fazer circular não só aquilo que entendia ser a tradição intelectual brasileira, mas também obras e autores novos que, a seu ver, poderiam representar o novo caminho da cultura nacional” (RODRIGUES, 2010, p. 537).

Contudo, apesar de uma aparente intenção de oxigenar os valores culturais vigentes, a existência, manutenção e sobrevivência da Academia estavam sujeitas a investimentos públicos, a fim de garantir certa autonomia. Desse modo, é válido interrogarmos, a título de provocação, uma vez que não é este o escopo desta pesquisa: qual a cultura nacional a ser representada? Em que medida os intelectuais pertencentes à Academia pretendiam se afastar da “tradição intelectual”? Quais seriam os “novos autores? Qual discurso esses autores defenderiam? Compreender como a Academia Brasileira de Letras posicionou-se em relação a esses questionamentos significa, em grande medida, compreender sob quais valores organizou-se o campo literário brasileiro, principalmente se tomarmos a Academia como uma das primeiras instituições de legitimação desse campo.

De modo geral, é importante ressaltar o papel da imprensa e, especialmente, da Imprensa Negra, que se articulava desde o século XIX e foi primordial para denunciar o racismo e lutar pela cidadania negra no Brasil. Dos quatro autores que publicaram livros individuais de poesia – Arlindo Veiga dos Santos, Bernardino da Costa Lopes, Joaquim Maria Machado de Assis e João da Cruz e Souza –, todos possuíam algum envolvimento com a imprensa, comprovando a profunda relação entre esta e a literatura neste período, o que, sem dúvidas, contribuiu para que conseguissem materializar seus discursos a despeito dos processos excludentes vigentes.

2.2.3 Era Vargas (1930-1945)

O período imediatamente posterior, compreendendo os anos de 1930 a 1945, tem como marcos a 2ª Guerra Mundial (1939-1945) e, especificamente no Brasil, a Revolução de 1930 e a Era Vargas.

Enquanto, ao longo da República Velha, que vigorou de 1889 a 1930, as eleições para o cargo de Presidente da República ocorriam de acordo com a política conhecida como “café com leite”, em que as oligarquias, constituídas pelos grandes cafeicultores paulistas e os grandes produtores de leite mineiro, mantinham-se no poder por meio da alternância entre os candidatos escolhidos; a Revolução de 1930 marca o movimento armado e liderado pelos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul que impediu a posse do candidato eleito, Júlio Prestes, indicado pela oligarquia paulista e que rompeu com a oligarquia mineira, culminando com Getúlio Vargas assumindo a chefia do Governo Provisório.

O Governo Provisório de Getúlio Vargas teve duração de quatro anos, quando foi decretada a Constituição de 1934, que marcou o início do Governo Constitucional. Este, por sua vez, esteve vigente até o ano de 1937, quando se iniciaram as campanhas para eleição de

um novo presidente que assumiria a partir de 1938. Contudo, naquele mesmo ano, 1937, Getúlio Vargas recusou-se a apoiar qualquer candidato e, com o apoio do exército nacional – que foi centralizado e fortalecido em seu Governo Constitucional –, declarou um golpe de Estado e permaneceu na presidência até 1945.

Ao todo, nestes quinze anos, foram publicados treze livros individuais de poesia negra/afro-brasileira, de autoria de quatro autores distintos: Arlindo Veiga dos Santos, Eduardo de Oliveira, Lino Guedes e Solano Trindade.

Ainda que, quantitativamente, não tenha havido nenhuma mudança expressiva nas publicações individuais de livros de poesia negra/afro-brasileira, a população negra organizava-se e mobilizava-se de modo mais estruturado, em associações com ações políticas e reivindicações mais deliberadas. A respeito dessas organizações, Laiana Lannes de Oliveira destaca que,

o início da participação política, institucional, do movimento negro, ocorreu num contexto histórico bem específico, onde vários fatores influenciaram na sua organização. A abolição, o fim da primeira Guerra, a imigração e os movimentos sociais da década de 1920 foram determinantes nesse processo. Entretanto, foi o extremo estado de desemprego e miséria, agravados com a crise de 1929, assim como as mudanças políticas desencadeadas com a revolução de 1930, os fatores essenciais nesse processo. (OLIVEIRA, 2002, p. 25)

Dessa forma, a institucionalização e demais mudanças na estruturação social e política negra refletem o impacto dos acontecimentos históricos sobre aquela camada da população. Os precursores e integrantes dos movimentos negros, “reuniam-se em associações como clubes esportivos, entidades beneficentes, grêmios literários, centros cívicos, jornais, organizações políticas. Mesclavam iniciativas educacionais com aquelas de assistência social, jurídica, médica, além de campanhas eleitorais, publicações de jornais” (ALMEIDA; SANCHEZ, 2016, p. 238), ou seja, organizavam-se considerando os mais diversos campos de atuação, compreendendo toda a complexidade dos indivíduos e de suas necessidades diante da omissão deliberada do poder público.

Entre as organizações negras, destaca-se a Frente Negra Brasileira (FNB), criada em outubro de 1931, no estado de São Paulo, principalmente por, como ressalta Florestan Fernandes, diferenciar-se dos demais, dada sua “arregimentação, e pela tentativa de estruturação orgânica dos quadros com uma liderança burocrática bem definida e com uma disciplina mais ou menos delimitada” (FERNANDES, 1989, p. 73).

Segundo Petrônio Domingues (2007),

Na primeira metade do século XX, a FNB foi a mais importante entidade negra do país. Com “delegações” – espécie de filiais – e grupos homônimos em diversos estados (Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Bahia), arregimentou milhares de “pessoas de cor”, conseguindo converter o

Movimento Negro Brasileiro em movimento de massa. Pelas estimativas de um de seus dirigentes, a FNB chegou a superar os 20 mil associados. (DOMINGUES, 2007, p. 106)

Além da expressiva quantidade de associados e estados de atuação, é importante destacarmos que a entidade manteve, ainda, escola, grupo musical e teatral, cursos de formação – política e de artes e ofícios – e ofereceu importantes serviços médicos e odontológicos, além de trabalhos assistencialistas. Eventos como bailes e festivais musicais e artísticos também estavam na pauta de atuação da FNB, bem como a publicação do jornal *A Voz da Raça*. Domingues (2007) pontua, inclusive, a participação ativa e significativa das mulheres negras no movimento negro e, mais especificamente, na FNB.

No ano de 1936, a FNB “transformou-se em partido político e pretendia participar das próximas eleições a fim de capitalizar o voto da ‘população de cor’” (DOMINGUES, 2007, p. 106), contudo, em 1937, com a instauração do Estado Novo, “a Frente Negra Brasileira, assim como todas as demais organizações políticas, foi extinta. O movimento negro, no bojo dos demais movimentos sociais, foi então esvaziado” (DOMINGUES, 2007, p. 107).

Não podemos, contudo, associar as perseguições às organizações negras apenas ao viés político. É importante ressaltarmos o impacto que as ideologias racistas, sob o pseudônimo de ciência, que vigoravam desde a segunda metade do século XIX, tiveram neste cenário. Transcorridas apenas algumas décadas do fim da escravidão no Brasil, o ideal de branqueamento da população permanecia firme, justificado pela superioridade intelectual e biológica das raças europeias.

Como aponta Abdias Nascimento (1978), “desde o fim do século XIX, o objetivo estabelecido pela política imigratória foi o desaparecimento do negro através da ‘salvação’ do sangue europeu, e este alvo permaneceu como ponto central da política nacional durante o século XX” (NASCIMENTO, 1978, p. 71), pensava-se, então, na construção de uma nação a partir da eliminação do negro, tanto nos aspectos físicos quanto nos intelectuais ou culturais. A perseguição à população negra, bem como as leis de imigração concebidas a fim de erradicar a presença e ancestralidade negras da população brasileira foram pensadas e implantadas para atingir este fim.

Nascimento (1978, p.71) destaca, no Decreto-Lei nº 7.967, assinado por Vargas em 1945 e responsável por regular a entrada de imigrantes, resultado das discussões e leis mais veladas que dificultavam e proibiam a entrada no Brasil de imigrantes negros, o seguinte trecho: “[...] a necessidade de preservar e desenvolver na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia”. Cabe aqui reforçar o questionamento que permeia este trabalho: como podemos discutir o surgimento e a manutenção de uma tradição de poetas negros em uma sociedade que objetivava, explicitamente, seu branqueamento?

Novamente, a resposta retoma as ações dos movimentos negros, que tinham entre as principais reivindicações aquelas atreladas à educação, principalmente à alfabetização do negro brasileiro, uma vez que o alto índice de analfabetismo continuava sendo uma realidade. A formação de autores e de um público leitor está condicionada à criação de uma população capaz de ler e produzir textos, além do estabelecimento de critérios estéticos que permitam que tais produções sejam bem recebidas e possam circular. Por isso, mais do que promover a alfabetização da população negra, as organizações negras tinham por objetivo

promover uma educação política, compreendendo-a como formação cultural e moral, e englobando também a instrução, ou seja, a alfabetização ou escolarização, com vistas a superar o atraso socioeconômico do negro e promover a participação no cenário político e o debate em torno dos temas de seu interesse. (ALMEIDA; SANCHEZ, 2016, p. 239)

É possível perceber que as iniciativas buscavam uma educação crítica, política, a fim de permitir à população negra a compreensão de sua realidade social e, a partir disso, mobilizar-se para questionar a marginalização naturalizada.

A Constituição de 1934, contudo, apesar de tornar obrigatória a educação escolar, não determinou que ela fosse realizada em instituições escolares oficiais e não explicitava em seu texto como se daria a escolarização de negros e, a partir de 1937, com a instituição do Estado Novo, a dissolução dos partidos políticos – como a Frente Negra Brasileira – e a criação do Ministério da Educação e Saúde, tornou-se claro o modelo de escola desejado:

um espaço onde se faria a modelagem de um cidadão padronizado, ordeiro, disciplinado, que colaboraria para a regeneração e higienização das famílias e de seus hábitos, considerados inadequados à coesão social, à obediência a um órgão central, à segurança nacional e ao fortalecimento da pátria. Nesse ideário, não havia espaço para ações especificamente direcionadas a qualquer grupo racial, que eram considerados separatistas e antinacionalistas. (ALMEIDA; SANCHEZ, 2016, p. 240)

Em outras palavras, o ambiente escolar era um poderoso espaço para construção de uma identidade nacional e, nesse caso, de uma nação que, sob a cortina de “democracia racial”, buscava abafar as manifestações culturais que fugissem do padrão eurocêntrico desejado.

Como destaca Bourdieu (1996) ao pensar o papel da escola enquanto local de legitimação cultural e social, “[a escola] através da delimitação entre o que merece ser transmitido e reconhecido e o que não merece, reproduz continuamente a distinção entre as obras consagradas e as ilegítimas, ao mesmo tempo, entre a maneira legítima e a ilegítima de abordar as obras legítimas” (BOUDIEU, 1996, p. 169). Assim sendo, podemos pontuar que seria ingênuo afirmar que as produções literárias de poesia negra/afro-brasileira seriam legitimadas em uma estrutura escolar avessa à afrobrasileiridade ou mesmo circulariam naquele ambiente, de forma que cabia

aos produtores daquela literatura e demais manifestações culturais avessas ao discurso legitimado a criação e manutenção de espaços nos quais seus discursos pudessem circular.

A respeito da criação de tais espaços, cabe destacar o surgimento do Teatro Experimental do Negro, em 1944, por Abdias Nascimento:

suas ações tinham como objetivo a promoção pública dos valores da cultura negra e o combate ao preconceito racial escondido sob as máscaras da democracia racial e foi nessa perspectiva que o grupo propôs uma legislação antidiscriminatória para o país, denunciou instituições escolares que não aceitavam alunos negros, inaugurou as denúncias aos preconceitos raciais em livros infantis e didáticos e enfatizou a crítica ao currículo de orientação eurocêntrica. (ALMEIDA; SANCHEZ, 2016, p. 241)

O coletivo valeu-se da arte para denunciar a situação de marginalização da população negra e questionar a suposta “democracia racial”. Por meio de organizações e coletivos, a população negra atuava politicamente, posicionando-se enquanto sujeitos e agentes da própria história. Assim, era possível atuar socialmente, opondo-se ao discurso eurocêntrico vigente.

Outra instituição negra que surgiu neste momento foi a União dos Homens de Cor, fundada em 1943 na cidade de Porto Alegre, a qual defendia, como destacam Almeida e Sanches (2016), um ensino público gratuito e que admitisse estudantes negros, inclusive no ensino superior. Além disso, atuavam com diversas outras iniciativas, como programas de alfabetização e a criação de uma escola. Ações que permitiam que os indivíduos negros tivessem acesso à leitura e à escrita, a fim de reduzir o abismo que os separava de outras camadas sociais.

Ainda que neste período histórico não tenha havido uma grande quantidade de publicações individuais de poesia negra/afro-brasileira, e que as publicações sejam de autoria de quatro autores somente – Arlindo Veiga dos Santos, um dos principais fundadores da FNB, Eduardo de Oliveira, Lino Guedes e Solano Trindade, também militantes em organizações negras –, é interessante perceber como as manifestações culturais, entre elas literárias, e as organizações negras foram decisivas para lutar contra um sistema no qual, primeiramente, excluía-se o corpo negro das cidades, negando a ele acesso a moradia, alimentação, educação formal e saúde; posteriormente, excluía-se as ideias negras, negando o acesso aos locais de prestígio social, eliminando suas manifestações culturais, traços linguísticos e valores estéticos.

2.2.4 Um breve período democrático (1946-1963)

O quarto período de análise foi definido a partir do final do governo de Getúlio Vargas, em 1945, até o ano que antecede o governo militar, iniciado em 1964. Este período é marcado pela reestruturação mundial após o fim da 2ª Guerra Mundial (1939-1945) e pela polarização global em virtude da Guerra Fria (1941-1991), conflito econômico, tecnológico, diplomático e ideológico conduzido pelos Estados Unidos da América (EUA) e pela União Soviética (URSS),

o qual, no Brasil, ficou conhecido como República Populista, caracterizado, principalmente, pela intensa industrialização brasileira e maior integração ao capitalismo ocidental.

Também conhecido como “Quarta República”, este período democrático situa-se logo após o final do governo Vargas, que, mediante um golpe de Estado, dissolveu o Congresso e impôs uma nova Constituição – no ano de 1946 –, tendo como presidentes, eleitos por eleições diretas, o General Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), Getúlio Vargas (1951-1954), Juscelino Kubitschek (1956-1961), Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964), em governos marcados por fortes tensões sociais e políticas, muitas delas refletindo o contexto de polarização entre os sistemas capitalista e socialista, que imperavam no globo após o final da 2ª Guerra Mundial. Durante os governos citados, é possível percebermos a adoção de medidas ora mais conversadoras, ora mais populistas.

Neste período de dezessete anos, identificamos a publicação de nove obras autorais de poesia negra/afro-brasileira escritas por cinco autores distintos: Eduardo de Oliveira, Lino Guedes, Oliveira Silveira, Oswaldo de Camargo e Solano Trindade.

Como destaca Domingues (2007), enquanto nos anos de vigência do Estado Novo houve intensa repressão política e perseguição a movimentos sociais, após a queda do regime Vargas, os movimentos negros recobram o fôlego, ampliando o seu poder de ação, ainda que o poder de aglutinação fosse menor que no período anterior. Os principais agrupamentos deste momento histórico foram o Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado em 1944, e a União dos Homens de Cor (UHC), fundada em 1943, brevemente tratados no tópico anterior.

Domingues (2007) ainda destaca a importância de tais agrupamentos para discutir e lutar pela inclusão social do sujeito negro elevando seu nível cultural e valores individuais, ou seja, criando meios para que o sujeito tivesse acesso a saúde, moradia, mas também a lazer, educação e cultura. A esse respeito, o autor expõe, sobre o TEN:

A proposta original era formar um grupo teatral constituído apenas por atores negros, mas progressivamente o TEN adquiriu um caráter mais amplo: publicou o jornal Quilombo, passou a oferecer curso de alfabetização, de corte e costura; fundou o Instituto Nacional do Negro, o Museu do Negro; organizou o I Congresso do Negro Brasileiro; promoveu a eleição da Rainha da Mulata e da Boneca de Pixe; tempo depois, realizou o concurso de artes plásticas que teve como tema Cristo Negro, com repercussão na opinião pública. Defendendo os direitos civis dos negros na qualidade de direitos humanos, o TEN propugnava a criação de uma legislação antidiscriminatória para o país. (DOMINGUES, 2007, p. 109)

E, sobre a União dos Homens de Cor,

Em linhas gerais, sua atuação era marcada pela promoção de debates na imprensa local, publicação de jornais próprios, serviços de assistência jurídica e médica, aulas de alfabetização, ações de voluntariado e participação em campanhas eleitorais (DOMINGUES, 2007, p. 108)

Os excertos explicitam que, para inserir o negro naquela sociedade, era necessário aliar a adoção de uma política antidiscriminatória a iniciativas de promoção e valorização da identidade e cultura e, mais especificamente, no acesso aos meios verbais e impressos de comunicação, seja por iniciativas de alfabetização, seja pelo fortalecimento de uma imprensa negra.

A promulgação de uma nova Carta Constitucional em 1946 não foi o bastante para contemplar as reivindicações feitas pelos movimentos negros em 1945 no Manifesto de defesa da democracia, a fim de evidenciar o caráter multirracial da sociedade brasileira, pois, como afirmam Almeida e Sanchez (2016), faltou apoio parlamentar, uma vez que foi entendido que tais reivindicações “feriam o sentido mais amplo da democracia ao reivindicar direitos especificamente voltados à população negra” (ALMEIDA; SANCHEZ, 2016, p. 241). Cabe, de todo modo, questionar se o reconhecimento do Brasil como um país multirracial fere a democracia em seu sentido mais amplo, que deveria garantir a equidade entre os diversos grupos sociais que compõem o país, ou apenas no sentido de democracia racial, que funcionou como forma de apagar a diversidade étnica existente no Brasil.

Novamente, a manutenção de uma literatura afrocentrada encontra como barreira a formação de indivíduos críticos e cientes de sua existência enquanto negros, dos aspectos culturais que remetem a negritude e, além de sua existência, de uma conotação positiva para esses aspectos culturais. Ora, se a nação foi pensada com valores etnocêntricos e as diversidades são negadas até mesmo pelos meios legais, como fazer ecoar um discurso avesso à lógica eurocêntrica?

Ao mesmo tempo que as organizações negras buscavam criar espaços e meios para a existência e repercussão de tais discursos, também lutavam para que ao menos parte dessa diversidade discursiva fosse garantida e fomentada pelos meios legais, de modo que

Os grupos negros passaram a reivindicar, junto ao Poder Público, a inclusão da História da África e dos africanos, da luta dos negros no Brasil e da sua participação na formação da sociedade e da cultura brasileiras nos programas escolares. Essas propostas aparecem, já em 1950, na declaração resultante dos debates do I Congresso do Negro Brasileiro, promovido pelo Teatro Experimental do Negro, no Rio de Janeiro. (ALMEIDA; SANCHEZ, 2016, p. 241)

O I Congresso do Negro Brasileiro, citado acima, ocorreu em 1950 e, de acordo com o Instituto de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiros (Ipeafro), “definiu[-se] como um evento de estudo e reflexão e, ainda, um acontecimento político de cunho popular, em contraste a outros certames como os Congressos Afro-Brasileiros de Recife (1934) e Salvador (1937), que tratavam o negro

como um simples objeto de pesquisa”,¹⁴ ou seja, tratava-se de pesquisadores que buscavam compreender o negro enquanto indivíduo e, com isso, toda a complexidade que o cercava, por isso a preocupação em garantir uma educação que abordasse a história do negro brasileiro como sujeito, além de destacar a contribuição da população negra para a formação brasileira.

As reivindicações não foram prontamente aceitas, contudo,

Um pequeno avanço ocorreu em 1961, quando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional referiu-se ao preconceito racial, condenando ‘qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe ou raça’. (ALMEIDA; SANCHEZ, 2016, p. 241)

Embora não possamos falar, ainda, da inclusão da história da África e das populações africanas no Brasil nos currículos escolares, temos a reprovação de qualquer tipo de preconceito racial expressa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1961 e mantida nas redações de 1968 e 1971. Esta reprovação, ao mesmo tempo que condena as ações discriminatórias, explicita sua existência, contrapondo-a à ideia de democracia racial antes veiculada.

Ainda que durante o período não tenhamos percebido um salto na quantidade de publicações individuais de poesia negra/afro-brasileira, é importante encararmos a importância da reestruturação dos movimentos negros durante o período e das ações de resistência que travaram ao longo desses anos, principalmente a fim de explicitar o preconceito racial que sempre existiu e estruturou nossa sociedade tal como a conhecemos e de reafirmar a identidade negra, referenciando-a na cultura e na herança de matriz africana, principalmente no ambiente escolar.

2.2.5 Dos Governos Militares (1964-1985)

O quinto intervalo histórico de estudo compreende os anos de 1964 a 1985, período em que vigoraram no Brasil diversos governos militares. Esse momento histórico foi marcado pelo Golpe Militar que, em 01 de abril 1964, interrompeu o governo de João Goulart, eleito de forma democrática. Por meio do fortalecimento do poder central, em especial do Poder Executivo, o Alto Comando das Forças Armadas controlou, durante todo o período, a sucessão presidencial, apontando qual seria o candidato a ser referendado pelo Congresso Nacional, de modo que os presidentes no período foram: Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), Artur da Costa e Silva (1967-1969), Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), Ernesto Geisel (1974-1979) e João Figueiredo (1979-1985).

¹⁴ Disponível em: <http://ipeafro.org.br/acoes/acervo-ipeafro/secao-ten/>. Acesso em: 22 out. 2018.

No decorrer desses 21 anos de governo militar, vigoraram diversos Atos Institucionais, que possibilitaram práticas como a censura, a perseguição política, a supressão de direitos – e da própria Constituição – e a dura repressão de todos que se mostravam contrários ao regime vigente.

Durante este momento histórico foi registrada a publicação de cinquenta livros individuais de poesia negra/afro-brasileira, um aumento considerável na quantidade de publicações em relação aos períodos anteriores, publicados por 28 autores distintos: Abelardo Rodrigues, Adão Ventura, Aline Frana, Aloisio Resende, Antonio Vieira, Aristides Theodoro da Silva, Arnaldo Xavier, Carlos de Assumpção, Cuti, Domício Proença Filho, Eduardo de Oliveira, Elio Ferreira, Estevo Maya-Maya, Geni Guimarães, Gonçalves Crespo, Hermógenes Almeida, Ivan Cupertino, Jonatas Conceição, José Carlos Limeira, Lourdes Teodoro, Miriam Alves, Oliveira Silveira, Oswaldo de Camargo, Oubi Ina Kibuko, Paulo Colina (Paulo Eduardo de Oliveira), Ronald Augusto, Santiago Dias e Waldemar Euzébio Pereira.

Como destaca Sandra Reimão (2010), ao investigar o impacto do governo militar e, conseqüentemente, da censura a livros no cenário livreiro do Brasil entre 1964 e 1984, é importante esclarecer que

não podemos considerar a farta produção cultural engajada politicamente durante o período pós-1964 como uma afirmação de que a censura incentivaria a criatividade; o que aconteceu foi exatamente o contrário; ‘o movimento cultural destes anos é uma espécie de floração tardia, fruto de dois decênios de democratização’, como disse Roberto Schwarz. (REIMÃO, 2010, p. 271)

E, partindo dessa consideração fundamental para as diversas leituras do mercado editorial no período, a autora pondera sobre dois momentos distintos que caracterizam os tipos de censura aos quais as manifestações artísticas estavam sujeitas ao longo do período ditatorial: no primeiro, situado nos anos iniciais da ditadura militar, o mercado editorial encontrava-se “razoavelmente solto, apesar de vítima de vandalismos” (REIMÃO, 2010, p. 273), pois, uma vez que não havia um sistema de censura com critérios bem estabelecidos, invasões a livrarias, editoras e seus depósitos para apreensões de livros, além da coerção física de escritores e editores, eram formas comuns de intimidação; no segundo momento, posterior ao ano de 1968, as ações censórias centralizavam-se no Serviço de Censura e Diversões Públicas (SCDP), no prédio do Departamento Federal de Segurança Pública e, dado o reduzido número de censores em contraste com o variedade de publicações, oscilavam entre censura prévia de alguns veículos de comunicação ou produtores culturais e censura após denúncias.

Um dos principais marcos responsáveis pela diferenciação desses momentos históricos é a promulgação, em 13 de dezembro de 1968, do Ato Institucional 5 (AI-5) emitido pelo então presidente Artur da Costa e Silva e considerado o mais severo dos dezessete Atos Institucionais

emitidos durante o governo militar. Baseando-se “na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo” (BRASIL, 1968), o documento previa, entre outras coisas, a censura prévia de música, cinema, teatro, espetáculos públicos, televisão, imprensa, literatura e demais meios de comunicação por razões subjetivas como subversão da moral e dos bons costumes, além de tornar ilegais as reuniões não autorizadas pela polícia que fossem consideradas políticas.

De forma mais específica, a respeito da censura prévia de livros, consta no Decreto-Lei nº 1.077, assinado em 26 de janeiro de 1970, por Emílio Garrastazu Médici, a fim de “proteger a instituição da família, preservar-lhe os valores éticos e assegurar a formação sadia e digna da mocidade”, bem como defender, novamente, “a moral e os bons costumes” (BRASIL, 1970), estabelece que

Art. 1 Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação.

Art. 2 Caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior.

Parágrafo único. O Ministro da Justiça fixará, por meio de portaria, o modo e a forma da verificação prevista neste artigo.

Art. 3 Verificada a existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, o Ministro da Justiça proibirá a divulgação da publicação e determinará a busca e a apreensão de todos os seus exemplares.

Art. 4 As publicações vindas do estrangeiro e destinadas à distribuição ou venda no Brasil também ficarão sujeitas, quando de sua entrada no país, à verificação estabelecida na forma do artigo 2º deste Decreto-lei. (BRASIL, 1970)

No entanto, conforme pontua Reimão (2010), na prática, a realização da censura prévia de todas as publicações existentes no país era inviável dado o número reduzido de censores, o que fez com que o governo recuasse e estabelecesse, por meio da Instrução nº 1-70, de 24 de fevereiro de 1970, que “estão isentas de verificação prévia as publicações e exteriorizações de caráter estritamente filosófico, científico, técnico e didático, bem como as que não versarem sobre temas referentes ao sexo, moralidade pública e bons costumes” (REIMÃO, 2010, p. 277), de modo que, efetivamente, a censura dos materiais era feita após o recebimento de denúncias ao Ministério.

Os primeiros anos do regime militar serviram, também, para desarticular e fragmentar os movimentos sociais, inclusive aqueles que incentivavam os debates públicos a respeito de temáticas raciais. Ainda que, como é explicitado no volume dedicado à perseguição à população e ao movimento negro constante no Relatório elaborado pela Comissão da Verdade, instituída e sancionada em 2011 pela então presidenta Dilma Rousseff com o objetivo de investigar as

graves violações dos direitos humanos cometidas durante a ditadura militar no Brasil, e ao longo desta pesquisa,

A discriminação racial contra os negros é muito mais antiga do que a ditadura militar, e remonta aos tempos coloniais e à escravidão. [...] A ditadura militar não inventou a perseguição ao movimento negro, tampouco a censura oficial ou não. Lembremos do Teatro Experimental do Negro (TEN), criado por Abdias do Nascimento em 1945, que foi dissolvido em 1961, que foi impedido pelo governo brasileiro de participar de festivais internacionais de teatro, e sofreu censura em 1951, com a peça “Sortilégio – o mistério negro”, do próprio Abdias do Nascimento. (RELATÓRIO DA Comissão..., 2015)

É inegável que a população negra, principalmente por ser maioria entre a população pobre, foi intensamente atingida pelas práticas autoritárias do período. Ainda de acordo com o Relatório produzido pela Comissão da Verdade (2015), é

difícil mensurar as diversas formas de violações sofridas pela população negra durante o período da ditadura no país, basta lembrar notícias de jornais, onde os negros e pobres figuravam em maior parte do noticiário policial. O principal legado da ditadura foi jogar o negro nas favelas e periferias carentes de serviços básicos. (RELATÓRIO DA Comissão..., 2015)

Retornamos, então, à questão que permeia este trabalho, nos mais diversos períodos históricos, em um país onde o discurso eurocêntrico toma *status* de verdade e é naturalizado e no qual a população negra permanece às margens, como falar de uma tradição letrada constituída por autores negros? Como fazer circular o discurso de uma população para a qual foi negado o acesso aos meios de legitimação cultural? A própria luta contra o racismo era tida como “mera estratégia das esquerdas para realizar a ‘guerra revolucionária’ no país” (RELATÓRIO DA Comissão..., 2015), de modo que os militantes e movimentos negros eram criminalizados.

A instauração do Ato Institucional nº 5, como abordado anteriormente, marcou a fase mais cruel da ditadura militar no Brasil e também teve impacto direto nas manifestações artísticas e culturais, pois a doutrina de segurança nacional era inerentemente racista e

o racismo dessa doutrina manifestava-se, entre outros fatores, na negação oficial do racismo e das práticas discriminatórias do regime contra a população negra, que não se davam apenas no campo da segurança pública: havia a censura, que também seguia a ideologia do branqueamento e da invisibilização do racismo. [...] A censura também vinha da parte dos grandes grupos econômicos que apoiavam a ditadura militar. (RELATÓRIO DA Comissão..., 2015)

Desse modo, dos cinquenta livros publicados durante a ditadura militar no Brasil, apenas dezessete foram publicados entre os anos de 1968 e 1978, período em que o AI-5 vigorou no Brasil, sendo posteriormente revogado, bem como os demais Atos Institucionais, em 1979, por meio da Emenda Constitucional nº 11.

Esta Emenda, implementada por João Figueiredo, explicita o processo de liberalização do governo militar que começou a ser lentamente implantado por Ernesto Geisel ao assumir a presidência do Brasil, em 1974.

De modo geral, o mercado editorial brasileiro, como pontua Hallewell (2012), influenciado pela gradual abertura política, apresentou um rápido crescimento, e

Foi precisamente nessa época de abertura que a indústria editorial mostrou sua maturidade com a divisão de funções entre o diretor de empresa editorial, o editor tradicional (em inglês *Publisher*), e o ‘gerente editorial’ (para os americanos e o ingleses, o verdadeiro editor) que cuida da escolha de manuscritos e de sua revisão e transformação em textos prontos a serem lançados. (HALLEWELL, 2012, p. 737)

Como o autor expressa, o mercado editorial brasileiro começava a demonstrar ter atingido sua maturidade e, se durante os primeiros anos do século XX as discussões acerca das condições de profissionalização do trabalho intelectual estavam em voga, nas décadas finais do mesmo século a questão já havia sido superada. É importante destacar, contudo, que o crescimento e a consolidação do mercado editorial não refletem, necessariamente, a diversificação discursiva. Ainda que facilitem e barateiem os valores de produção impressa, bem como permitam a profissionalização e a especialização dos indivíduos dedicados a esta produção, não significa que os autores negros têm o acesso consideravelmente facilitado aos meios de legitimação cultural e, conseqüentemente, de produção dos bens culturais.

Para promover maior acesso aos locais de prestígio cultural, os movimentos negros no Brasil, após toda a repressão do período, ao final dos anos 1970, recobram seu fôlego, talvez pelo impacto da abertura política proposta por Ernesto Geisel, e, em 1978, surge do Movimento Negro Unificado (MNU), que

passou a buscar a solução para o racismo pela via da participação política, do acesso ao poder, atuando dentro dos marcos de uma concepção diferencialista, ou seja, pela promoção da igualdade de direitos aliada ao respeito e valorização das diferenças. [...] Uma de suas bandeiras de luta, desde seus primeiros atos, foi a inclusão da temática negra nos currículos escolares, bem como o combate à forma estereotipada e preconceituosa como a História da população negra era ensinada nas escolas e nos livros didáticos. (ALMEIDA; SANCHEZ, 2016, p. 242).

Desse modo, a luta do MNU buscava evidenciar a existência de uma população negra no Brasil por meio da explicitação das diferenças e de sua valorização, além de resgatar a identidade negra e a autoestima dos indivíduos mediante a negação da “história oficial”, baseada na existência de uma “democracia racial” no país e na passividade do sujeito negro diante do processo de escravização. Ensinar a história da população negra nas escolas e pelos livros didáticos tem relação direta com a desnaturalização do discurso eurocêntrico, a fim de possibilitar a circulação de discursos avessos a esta lógica.

A Primeira Edição do Festival Comunitário Negro Zumbi (I Feconezu), promovida pelo Movimento Negro Unificado no estado de São Paulo em 1978, reflete a importância da criação de ambientes que suscitem a circulação de discursos afrocentrados, principalmente no que diz respeito à Literatura Negra/Afro-brasileira e, especialmente, à poesia negra/afro-brasileira. Nesse evento, Ângela Lopes Galvão, Célia Aparecida Pereira, Cuti, Eduardo de Oliveira, Henrique Cunha, Hugo Ferreira da Silva, Jamu Minka e Oswaldo Camargo lançaram uma brochura contendo 52 páginas impressas em tipografia sob o título de *Cadernos Negros*. Essa edição foi idealizada e editada pelos autores, que arcaram com os custos, e trazia poesias escritas por eles, “cujo sentido seria o de abrir o leque para as mais variadas experiências e tendências estéticas” (CUTI, 2018) e foi o embrião para a criação do grupo Quilombhoje, que adotou esse nome em 1980 e é o responsável pela edição de *Cadernos Negros*.

A antologia *Cadernos Negros* publica anualmente, desde o ano de 1978 até a presente data (2018), livros de poesias e contos negra/afro-brasileiros, alternando entre os gêneros a cada edição. Ainda que a atuação do grupo seja abordada minuciosamente no tópico a seguir, no qual serão abordadas as casas e iniciativas editoriais que garantem a existência de uma Literatura Negra/Afro-brasileira, é importante destacar o impacto que a criação da antologia *Cadernos Negros* e do Grupo Quilombhoje teve para a promoção da poesia produzida pela e para a população negra brasileira. Com o claro objetivo de difundir a cultura afro-brasileira e incentivar a leitura e a escrita negras, a antologia contribuiu para estimular o debate e promover a oxigenação dos discursos vigentes.

Embora este trabalho se dedique ao estudo da história editorial da poesia negra/afro-brasileira por meio das publicações individuais, o surgimento e a manutenção de antologias dedicadas à publicação coletiva dessas poesias são significativos para a formação de um público leitor e, conseqüentemente, produtor, além de garantirem que, por essas iniciativas, os autores consigam existir no campo literário e, de algum modo, ter suas produções absorvidas. Trinta e uma (31) das publicações individuais de poesia negra/afro-brasileira do período foram publicadas entre 1979 e 1984, após a primeira edição de *Cadernos Negros*.

Naturalmente, outros fatores contribuíram para o aumento quantitativo na produção, alguns deles já apontados, como a reorganização dos movimentos negros, a maior escolarização do negro brasileiro, a diminuição do analfabetismo no Brasil e a abertura política gradual estabelecida, contudo, a atuação do Movimento Negro Unificado e do Grupo Quilombhoje, bem como as discussões fomentadas pelos autores e críticos que o compunham, contribuíram para promover o questionamento dos valores estéticos que balizavam o campo literário, questionando o que era literatura e quem poderia produzi-la. O salto na quantidade de

publicações a partir desse período reflete os resultados das lutas e a consolidação dos movimentos negros no Brasil, bem como as iniciativas e organizações voltadas especificamente para os campos editorial e literário.

2.2.6 Uma nova tentativa de redemocratização (1986-2017)

O último período de análise tem início com o fim do regime militar no Brasil e o estabelecimento da Nova República, em 1985, pela eleição de Tancredo Neves, e se estende até o ano de 2017, quando foi finalizado o levantamento de dados que permitiram a elaboração destas considerações.

Ainda que a eleição de Tancredo Neves para a presidência do Brasil não tenha ocorrido de modo direto, como pretendido pelo movimento Diretas Já, foi a última eleição da história política brasileira por meio do Colégio Eleitoral. Contudo, em decorrência de doenças que o levaram à morte, Tancredo não pôde ser empossado e José Sarney, seu vice, assumiu a presidência até o ano de 1990, promulgando, durante o seu governo, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, lei fundamental e suprema, que, além de estabelecer diversos direitos coletivos e individuais, define os crimes de tortura e ação armada como inafiançáveis e garante o direito ao voto, estendendo-o para os analfabetos, protegendo também o direito de partidos políticos, organismos sindicais, entidades de classe e demais associações legalmente constituídas. Fernando Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1995), Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), Dilma Rousseff (2011-2016), Michel Temer (2016-2019) e Jair Messias Bolsonaro (2019-) também governaram o Brasil neste período.

Ao longo destes 32 anos, 175 livros individuais de poesia negra/afro-brasileira foram publicados, um total muito mais expressivo do que todos os períodos anteriores; ao todo, 65 autores publicaram no período: Abdias Nascimento, Abelardo Rodrigues, Abílio Ferreira, Aciomar de Oliveira, Adão Ventura, Allan da Rosa, Aloísio Resende, Alzira dos Santos Rufino, Ana Cruz, Anelito de Oliveira, Anizio Vianna, Aristides Theodoro da Silva, Arnaldo Xavier, Carlos Correia Santos, Carlos de Assumpção, Carolina Maria de Jesus, Cidinha da Silva, Conceição Evaristo, Cristiane Sobral, Cuti, Cyana Leahy-Dios, Domício Proença Filho, Edimilson de Almeida Pereira, Edson Lopes Cardoso, Eduardo de Oliveira, Ele Semog, Eliane Marques, Elio Ferreira, Fausto Antonio, Fernando Conceição, Francisco Maciel, Geni Guimarães, Guellwaar Adn, Hermógenes Almeida, Ivan Cupertino, Jamu Minka, Jonatas Conceição, José Ailton Ferreira (Bahia), José Carlos Limeira, José Endoena Martins, Jussara

Santos, Lande Onawale, Lep Correia (Severino Lep Correia), Lia Vieira (Eliana Vieira), Livia Natália, Lourdes Teodoro, Marcos A. Dias, Marcos Fabrício Lopes da Silva, Maria Helena Vargas (M. Helena Vargas da Silveira), Mel Duarte, Michel Yakini, Nei Lopes, Nelson Maca, Oliveira Silveira, Oubi Ina Kibuko, Paulo Colina (Paulo Eduardo de Oliveira), Paulo Lins, Ricardo Dias, Rita Santana, Ronald Augusto, Salgado Maranhão, Santiago Dias, Sergio Ballouk, Solano Trindade e Waldemar Euzébio Pereira.

Ainda que o mercado editorial brasileiro tenha apresentado, a partir da década de 1980, um rápido crescimento, a crise econômica principiada naquela mesma década também teve impacto direto no mercado livreiro, o que resultou, como aponta Hallewell (2012), no aumento nos custos de produção do livro pela intensificação da exportação de matérias-primas; fechamento de algumas editoras; diminuição no poder de compra do leitor que, conseqüentemente, começou a consumir menos; encerramento de programas de incentivo aos editores e retirada de investimento por meio de grupos editoriais estrangeiros.

Durante o governo de Fernando Collor, a crise intensificou-se, somando aos fatores já apontados a paralisação e o bloqueio de quase todas as contas bancárias e a extinção do Ministério da Cultura, o que gerou o fim do subsídio às produções culturais nacionais. Além de toda a desordem econômica apontada, Hallewell destaca que o presidente “rapidamente mostrou-se tão incrivelmente corrupto que as reclamações persuadiram o Congresso da necessidade de votar seu *impeachment*” (HALLEWELL, 2012, p. 813).

Com a saída de Fernando Collor, Itamar Franco assumiu a presidência do país, e, por meio do Plano Real, conseguiu reduzir, pela primeira vez em 50 anos, os índices de inflação de modo considerável e no longo prazo, fazendo o mercado livreiro no Brasil reagir em meados da década de 1990. Como destaca Marília de Araújo Barcellos (2010), ao analisar os processos de concentração e sobrevivência das editoras brasileiras,

O século XXI evidencia fortes mudanças nas práticas do mercado do livro. No Brasil, o período é marcado pelo fortalecimento de grandes redes livreiras, pela presença de alguns poderosos grupos editoriais, inclusive estrangeiros, e pelo surgimento contínuo de pequenas e médias editoras. Estas enfrentam desafios e procuram se situar no ambiente competitivo, cada qual a seu modo, com o escopo de ocupar um lugar em que possam se manter e desenvolver. Nosso tempo está marcado por estratégias de gigantes editoriais, que incorporam outras empresas para diversificar seu catálogo e se fortalecer na cadeia produtiva do livro. [...] A partir dos anos 1990 se percebe maior inserção de grandes conglomerados no mercado editorial brasileiro, em especial advindos da Espanha. (BARCELLOS, 2010, p. 317)

As mudanças e os investimentos estrangeiros, intensificados na década de 1990, contribuíram, segundo a autora, para algumas das modificações no cenário editorial brasileiro, aumentando a distância entre as grandes editoras, em geral pertencente aos conglomerados

internacionais, e as pequenas editoras, que devem lançar mão de estratégias específicas para se manterem no campo editorial brasileiro.

As 141 obras individuais de poesia negra/afro-brasileira publicadas a partir de 1990 pelas mais diversas casas editoriais parecem confirmar essa variedade de pequenas editoras, além de indicar a dificuldade dos produtores dessa literatura de serem absorvidos pelas grandes editoras. De modo geral, grande parte dessa produção foi editada por editoras denominadas “editoras de nicho” ou mesmo em edições do autor. Ainda que nesta seção não se objetive discutir propriamente as minúcias editoriais acerca das produções, mas traçar um panorama da edição no Brasil em determinados períodos históricos contrapondo com a realidade do negro brasileiro inserido naquela sociedade, é importante destacar a dificuldade que o autor negro encontra para materializar suas produções, principalmente em grandes editoras ou conglomerados editoriais.

Michel Yankini (2014), ao refletir sobre os mecanismos de criação e materialização da poesia negra/afro-brasileira nas periferias, destaca a importância do surgimento de poesias e poetas engajados

em ações nas suas respectivas comunidades, que suprem a ausência de políticas voltadas ao livro e a leitura nas quebradas. Isso vem fortalecendo novos e velhos leitores, por meio da prática de saraus, publicações independentes, encontros de formação e a manutenção de bibliotecas comunitárias. (YANKINI, 2014, p. 225)

Ou seja, enquanto o autor negro encontra dificuldades para a materialização de seus textos em grandes editoras, garante a formação de um público leitor e a circulação de suas produções por meio de iniciativas coletivas.

A adoção dessas iniciativas alia-se com a luta constante por políticas voltadas para a efetiva inserção do sujeito negro nos meios formais de ensino. Almeida e Sanchez (2016) discorrem sobre a proposta elaborada pelo Movimento Negro ainda em 1986, na Convenção Nacional “O negro e a Constituinte”:

sintetizando as discussões já realizadas em diversos Encontros Regionais em um anteprojeto em que se sugere que a Carta afirmasse a educação como meio de combate ao racismo e à discriminação e de estabelecer o respeito e a valorização da diversidade, bem como que fosse instituída a obrigatoriedade do ensino de História das populações negras no Brasil, como forma de resgate da identidade etnicorracial e construção de uma sociedade plurirracial e pluricultural. (ALMEIDA; SANCHEZ, 2016, p. 242)

Essa proposta não foi incorporada à Constituição Federal, sob a alegação de que a Constituição deveria se ater às questões globais, contudo, os autores apontam que foram incluídas importantes inovações para o Movimento Negro, uma vez que

reconheceu a Educação de Jovens e Adultos como direito para quem não teve acesso à escolarização na idade considerada apropriada; classificou o racismo como crime inafiançável e imprescritível; reconheceu a diversidade da composição da população

brasileira, indicando a necessidade de que o currículo escolar refletisse a pluralidade racial brasileira. (ALMEIDA; SANCHEZ, 2016, p. 242)

Promulgada em 1988, a Constituição Federal reconhece, então, a existência da diversidade na população brasileira e trata o racismo e a discriminação como práticas criminosas. Ainda que, pela naturalização do racismo no Brasil, resultado de décadas de políticas que pretendiam o país mais embranquecido possível mediante o apagamento e a negação de todo e qualquer aspecto que refletisse suas origens africanas ou indígenas, a identificação de práticas racistas e discriminatórias fossem dificultadas, essas inovações expressas na Constituição contribuíram para que a população negra conseguisse obter alguns avanços no campo da educação, como a revisão, a partir do ano de 1993, dos livros didáticos por meio do Programa Nacional do livro Didático, “visando a garantia, entre outros critérios, de que seus conteúdos não reproduzissem ideias discriminatórias a respeito da população negra” (ALMEIDA; SANCHEZ, 2016, p. 243).

Morosamente, são adotadas, no Brasil, políticas que questionem o imaginário de “nação racialmente democrática”, estabelecido pela negação da pluralidade racial e cultural. Outro exemplo desta mudança nas políticas públicas é que

em 20 de novembro de 1995 foi criado, por meio de Decreto Presidencial, o Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização da População Negra, que representou o reconhecimento, pelo Estado brasileiro, da existência do racismo no país. Seus objetivos eram a discussão, elaboração e implementação de projetos políticos para valorização dos afro-brasileiros. (ALMEIDA; SANCHEZ, 2016, p. 243-244)

Ainda que a criação do grupo de trabalho não tenha resolvido, imediatamente, as desigualdades existentes no país e a marginalização do sujeito negro, houve o reconhecimento por parte do Estado brasileiro da existência do racismo e da necessidade de combatê-lo a partir de projetos públicos.

Uma das políticas públicas que teve impacto direto nos meios editoriais foi a alteração feita, em 2003, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, pela aprovação da Lei nº 10.639/2003, na qual se lê:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (BRASIL, 2003)

Ao implantar a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileiras nos níveis Fundamental e Médio do ensino brasileiro, o Estado incentiva, de certo modo, a

existência de uma literatura dedicada à cultura e à identidade negras. Segundo Maria Mazarello Rodrigues (2014), fundadora e editora da Mazza Edições, uma das principais editoras brasileiras comprometidas em levar ao público o melhor da cultura brasileira e afro-brasileira aos leitores, ao analisar a trajetória da editora, a assinatura da Lei nº 10.639 marca o início de uma nova fase da Mazza:

O segundo momento da editora, quando finalmente ela pôde entrar nas escolas pela porta da frente, deu-se a partir da assinatura da Lei 10.639. Mas só começamos a ter, finalmente, nossos livros adotados e nossos autores reconhecidos uns dois anos após sua promulgação. Começamos, então, a vender, embora em pequena escala, para algumas secretarias municipais e estaduais. (RODRIGUES, 2014, p. 97)

Ou seja, com a inclusão do ensino de História e Cultura Afro-brasileiras nas escolas brasileiras, os produtores dessa literatura, incluindo aqui os profissionais responsáveis pela materialização das obras, como os editores, tiveram suas vendas alavancadas, dado o aumento do público leitor. Não se tratava mais de “professores e militantes negros empenhados no combate ao racismo e ao preconceito” (RODRIGUES, 2014, p. 96), mas de um compromisso estabelecido pelo Estado na divulgação de obras dedicadas ao resgate e à valorização da cultura negra.

A editora faz, contudo, uma ressalva no que diz respeito ao funcionamento prático da lei, pois, a partir do momento em que o Governo brasileiro começou a comprar livros que abordem a temática étnico-racial, “as principais editoras do país (algumas, simplesmente, braço dos grandes grupos multinacionais na área das comunicações) criaram seu ‘selo negro’ e publicaram na área aquilo que passara pelo crivo de escolha do governo e, conseqüentemente, será comprado” (RODRIGUES, 2014, p. 96), o que nos leva a questionar o real compromisso dessas editoras com a causa negra e a diversidade discursiva e até que ponto não se trata apenas daquilo que ficou conhecido no seio dos movimentos negros como afroconveniência, que nada mais é do que apropriar-se das conquistas do movimento negro para obter vantagens econômicas, sem priorizar o protagonismo negro e o engajamento com a causa do negro brasileiro.

Outra antiga pauta dos movimentos negros, intensificada durante a década de 1990, é a reivindicação de direitos específicos à população negra como forma de atenuar as desvantagens sociais históricas, por meio das denominadas ações afirmativas, especialmente requerendo condições para o acesso às instituições de Ensino Superior, mediante cotas raciais nas instituições públicas e privadas. Essas cotas foram implantadas anos depois, inicialmente no Estado do Rio de Janeiro, a partir da Lei estadual nº 3.708, de 09 de novembro de 2001, e gradualmente nas demais instituições de Ensino Superior brasileiras, tendo sua constitucionalidade reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal em 2012.

A ampliação do acesso da população negra às instituições de Ensino Superior indiscutivelmente contribuiu para o aumento quantitativo das produções de Literatura

Negra/Afro-brasileira, pois sendo, como marca Regina Dalcastagnè (2012), as instituições de ensino capazes de legitimar tradições, o ingresso de novos indivíduos nessas esferas de poder, permite a legitimação de novos discursos.

2.2.6.1 Breves reflexões sobre tempos indefinidos (2016-2017)

Ainda que não haja, dado o curto intervalo histórico entre os acontecimentos e a redação deste trabalho, uma extensa bibliografia dedicada a analisar este período histórico com o devido afastamento temporal, é importante destacar o que se apresenta como uma profunda alteração no cenário político brasileiro, resultado do agravamento daquilo que Jessé Souza (2019) denomina como uma “crise de ideias” em sua edição revista e ampliada de *A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro*. Nessa obra, o autor vale-se do atual contexto brasileiro para questionar as interpretações históricas e factuais da realidade brasileira já legitimadas, partindo de três eixos temáticos: a experiência da escravidão; a luta das classes por privilégios e distinções – e como isso fornece um padrão histórico de alianças e preconceitos –; e, por fim, o diagnóstico acurado do momento atual.

O autor aponta que, em uma estrutura global, vivenciamos atualmente o racismo culturalista, baseado na crença de superioridade de determinadas culturas sobre outras. Essa mentalidade, amplamente divulgada e naturalizada pela mídia e pela indústria de bens de consumo social, resume as culturas entre dominantes – em geral associadas aos Estados Unidos da América (EUA) e os países europeus – e aquelas culturas inferiores, que deveriam ser dominadas – geralmente associadas a países latino-americanos e africanos. Uma das consequências de tais pensamentos é a exploração nacional pelo capital financeiro internacional.

Essa exploração é permitida e, até mesmo, desejada por parte da população – especialmente a classe média – por acreditar que as origens das mazelas brasileiras baseiam-se em uma corrupção fruto do patrimonialismo, do “jeitinho brasileiro”, do populismo e da estigmatização da pobreza. Para Souza (2019),

É preciso convencer todo um povo de que ele é inferior não só intelectualmente, mas, tão ou mais importante, também moralmente. Que é melhor entregar nossas riquezas a quem sabe melhor utilizá-las, já que outros são honestos de berço, enquanto nós seríamos corruptos de berço.

Além disso, se juntarmos o preconceito do suposto patrimonialismo congênito com o Estado como lugar da elite corrupta e com a noção antipopular e preconceituosa do “populismo” – também produto de intelectuais, que diz que nosso povo é desprezível e indigno de ajuda e redenção, contaminando toda a política feita em seu favor –, explicamos em boa parte a miséria da população brasileira. A colonização da elite brasileira mais mesquinha sobre toda a população brasileira só foi e ainda é possível

pelo uso, contra a própria população indefesa, de um racismo transvestido em culturalismo que possibilita a legitimação de todo ataque contra qualquer governo popular. (SOUZA, 2019)

Desse modo, o culturalismo racista exerce seu controle sobre o indivíduo por meio da colonização das ideias e dos discursos, principalmente de “intelectuais com seu prestígio e a mídia com seu poder de amplificar e reproduzir mensagens” (SOUZA, 2019), ou seja, legitimando determinados agentes e discursos e facilitando sua reverberação no interior dos campos, pois,

quem controla a produção das ideias dominantes controla o mundo. E também por isso, as ideias dominantes são sempre produto das elites dominantes. É necessário, para quem domina e quer continuar dominando, se apropriar da produção de ideias para interpretar e justificar tudo o que acontece de acordo com seus interesses. (SOUZA, 2019)

Assim, quem detém o controle sobre as ideias determina o que será tido como bom ou ruim, justo ou injusto, correto ou incorreto, e assim sucessivamente. Com base nesse mecanismo, Souza (2019) explicita como os agentes que detém maior poder no campo econômico manipulam a sociedade, traçando, junto às mídias e ao Poder Judiciário, uma narrativa de combate à “corrupção” que, na história política brasileira mais recente, iniciou-se com a chamada às ruas, entre os anos de 2013 e 2016, pela grande mídia conservadora, de uma fração da classe média e culminou com a “Operação Lava-Jato”, que o autor descreve como

uma caça aos petistas e a seu líder maior como forma de garantir e assegurar a distância social em relação aos pobres que não os torne tão ameaçadores como eles haviam se tornado com Lula. O maior perigo representado pelos pobres foi quando eles começaram a poder entrar para a universidade pública, reduto dos privilégios da classe média, pois durante a administração do PT o número de matriculados aumentou de 3 para 8 milhões. (SOUZA, 2019)

Essa caçada teve como resultado o *impeachment* da presidenta Dilma Vana Rousseff em 2016 e a prisão do ex-presidente e candidato Luiz Inácio Lula da Silva às vésperas das eleições de 2018, além de “promover a pior recessão econômica, com milhões de desempregados” e, “pior ainda, destroçando anos de trabalho em direção a uma inserção econômica internacional mais autônoma e menos dependente” (SOUZA, 2019). Tais desdobramentos não podem ser dissociados daqueles mecanismos que fizeram com que uma camada social fosse levada a acreditar na “corrupção apenas política, e nunca do mercado” (SOUZA, 2019). É importante ressaltar que, atrelada a essas ideias, também está a “noção de populismo, também muito importante para legitimar o ódio e o desprezo aos pobres” (SOUZA, 2019), ainda que seja uma noção auxiliar em detrimento da ideia do patrimonialismo.

Como dito anteriormente, pelo curto espaço temporal, ainda não é possível precisar quais os impactos de tais alterações do campo político na história editorial da poesia negra/afro-brasileira, bem como nas condições de vida da população negra brasileira e em suas conquistas

e avanços obtidos ao longo da história do país. A partir das breves considerações empreendidas ao longo desta seção e deste trabalho, podemos conjecturar que a onda conservadora que busca estabelecer-se no Brasil e em diversos países do globo é preocupante, pois dificulta a diversidade discursiva e a pluralidade de ideias, voltando-se sempre para uma verdade única e, em geral, baseada na moral e nos padrões eurocêntricos ou, mais recentemente, norte-americanos.

Acreditamos no papel de resistência da literatura e demais manifestações artísticas, ainda em tempos de crise, contudo, é importante marcar esta ruptura e destacar que, nos anos de 2016 e 2017 foram publicadas treze das obras individuais indicadas no período.

2.3 Publicações por Casa Editorial

Após a compilação dos dados obtidos referentes às publicações de livros individuais de poesia negra/afro-brasileira, constatamos o panorama a seguir, acerca das casas editoriais por meio das quais as produções puderam se materializar:

- das 271 obras inventariadas, 67 foram editadas pelo próprio autor, informando em sua ficha catalográfica “Edição do Autor”. A Mazza Edições foi responsável pela publicação de 22 obras individuais;
- pela Scortecci, considerando aqui as ocorrências de Scortecci e João Scortecci, foram publicadas nove obras;
- pelas editoras 7 Letras e Orobó Edições foram publicadas, em cada uma delas, sete obras;
- a editora D’Lira foi responsável por publicar cinco obras individuais;
- pela Cruzeiro do Sul, pelo grupo Quilombhoje e pela editora Ogum’s Toques Negros foram publicadas, em cada uma das três casas editoriais, quatro obras;
- com três publicações, por meio editorial, temos: Achiamé, Fundação Casa Dr. Blumenau, Garnier, Letra Capital e Roswitha Kempf;
- nas casas editoriais Abracadabra edições, Casa Pindahyba, Edições Mariposa, Editora Comunicação, Editora Éblis, Editora Malê, Editus, Imago, Impressões de Minas, Magalhães & Cia, Nandyala, Obelisco, Quarto Setor Editorial, Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre e Selo Editorial RG, foram publicadas duas obras individuais;
- responsáveis pela publicação de uma obra individual de poesia negra/afro-brasileira, temos: A. Melo, Agir, AMEOP, Après Coup – Escola de Poesia, Arte Literária, Artes

Gráficas, Artium, Associação Cultural do Negro, Áurea, Blacktude, Butecanis Editora, Cabocla, Cantos e Prantos Editora, Ciclo Contínuo Editorial, CL Edições, Clarindo Silva e Cia Ltda. Tipografia São Judas Tadeu, Coleção Hendi, Confraria do Livro, Coordenadoria de Cultura do Estado de Minas Gerais, Corisco, Córrego, Demar, Edição do Grupo Pró-texto, Edições Cântaro, Edições Oficina, Edições Toró, Editora 34, Editora Baraúnas, Editora Brasil, Editora Cromos, Editora Fulgor, Editora G. Holman Ltda, Editora Ijumaa, Editora Jalovi, Editora Lê, Editora Patuá, Editora Poesias Escolhidas, Editora Teixeira, Editora Thesaurus, Editora UFMG, Editora UFRJ, Elo da Corrente Edições, Emcomum Estúdio Livre, Fauchon, Gráfica Bentivegnia, Graflin, Grupo Cero Brasil, Grupo Editorial Rainha Ginga, Instituto de Radiofusão Educativa da Bahia, José Olympio, Kikulakafi, Laemmert, Leo Christiano Editorial, Letra Viva, Letras Contemporâneas, Litteris Editora, Livraria A. Campos, Lys Editora, Mar, Me Parió Revolução, Mensageiro de Fé, Menthor Textual, Mórula, Na Função Produções artísticas, Nova Safra, Prumo, Publicações e Publicidade, Rede Catitu Cultural, RIEX, Secretaria do Estado da Cultura, Selo Letras da Bahia, SESC, Sindicato dos Escritores do Rio de Janeiro, Supertipo, Tipografia Aldina, Tipografia Carioca, Tipografia do Cruzeiro, Tipografia Dois de Dezembro, Tipografia Instituto Profissional, Tipografia Leuzinger, Tipografia Luís Malafaia Jr., Tribuna Piracicabana, Typographia do Paiz, Typographia Paula Brito, Universidade Estadual de Feira de Santana e Ykenga Editorial Ltda;

- na ficha catalográfica de doze publicações, por sua vez, não obtivemos informações a respeito do meio editorial pelo qual a obra teve origem.

Apresentado o panorama inicial da distribuição de produções individuais de poesia negra/afro-brasileira por diversas casas e meios editoriais, partiremos para o exame de alguns pontos relevantes.

2.3.1 Panorama geral do mercado editorial brasileiro por quantidade de títulos publicados

Antes de nos determos nos pormenores que atingem mais especificamente as produções literárias negra/afro-brasileiras, pontuaremos alguns dos aspectos mais gerais do mercado editorial brasileiro, cabe destacar que não identificamos dados quantitativos referentes, especificamente, à produção de livros de poesia no Brasil, em publicações individuais ou coletivos, mas acreditamos na importância da apresentação de dados gerais como forma de situar o leitor nos cenários do mercado editorial brasileiro.

Incluídos nos Apêndices de seus estudos a respeito do livro no Brasil, Laurence Hallewell (2012) apresenta-nos importantes dados a respeito da quantidade de títulos publicados no Brasil ao longo dos anos, localizadas por meio do exame minucioso nos arquivos de tipografias e editoras existentes, matérias jornalísticas publicadas e pesquisas feitas por instituições dedicadas ao livro e à edição no Brasil. Em sua obra, nas tabelas 22, 28 e 33 do Apêndice I: Tabelas, o autor apresenta informações sobre “O comércio do livro no Estado Novo e na ‘República Populista’”, “O comércio de livros após o golpe militar” e “Produção de livros na década de 1970”, respectivamente, as quais condensamos a seguir:

Tabela 1 - Títulos produzidos – sem distinção setorial: 1946-1980

<i>Ano</i>	<i>Quantidade</i>
1946	879
1950	3.075
1951	2.867
1952	2.473
1953	2.985
1954	2.614
1955	2.713
1956	3.480
1957	3.592
1958	3.786
1959	4.015
1960	3.953
1961	3.168
1962	3.538
1963	4.010
1964	3.882
1965	8.386
1966	12.355
1967	5.618
1969	6.392
1971	7.190

1972	7.066
1973	8.035
1974	8.367
1975	10.198
1976	12.271
1977	12.717
1978	12.874
1979	13.228
1980	13.267

Fonte: Hallewell (2012).

Com base na pesquisa “Cadeia de comercialização de livros: situação atual e propostas para desenvolvimento”,¹⁵ elaborada para compreender a cadeia de comercialização do livro no Brasil e, a partir dessa compreensão, criar mecanismos para colaborar com o crescimento desta indústria, podemos ter uma noção geral da situação do mercado editorial brasileiro ao longo da década de 1990.

Para obter os dados quantitativos apresentados, os pesquisadores enviaram questionários às principais editoras brasileiras daquele período, além de contarem com a colaboração do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) e da Câmara Brasileira do Livro (CBL).

Entre as diversas informações apresentadas como resultado dessa pesquisa, optamos por trazer os dados referentes à quantidade de títulos publicados por períodos, a fim de comparar os números gerais de títulos publicados com a quantidade de títulos voltados para a produção literária individual de poesia negra/afro-brasileira. Apesar de constituir uma importante ferramenta para a compreensão do mercado livreiro, a pesquisa desenvolvida no ano de 1999 não apresenta uma divisão tão precisa dos títulos produzidos por subsetores, de modo que os dados extraídos são resultado da produção total de livros, incluindo os didáticos.

¹⁵ Pesquisa realizada pelo Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES). Disponível em: https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/relato/re1-livr.pdf. Acesso em: 02 out. 2018.

Tabela 2 - Títulos produzidos – sem distinção setorial: 1990-1998

<i>Ano</i>	<i>Quantidade</i>
1990	22.479
1991	28.450
1992	27.561
1993	33.509
1994	38.253
1995	40.503
1996	43.315
1997	41.060
1998	49.746

Fonte: BDES (1998).

Temos, também, dados obtidos nas pesquisas anuais “Produção e Vendas do Setor Editorial Brasileiro”, feitas pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), por encomenda da Câmara Brasileira do Livro (CBL) e do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL), a fim de apresentar a *performance* do setor editorial brasileiro e de seus subsetores em determinados anos estabelecidos e atualizados.

A metodologia adotada consistiu no envio de um questionário eletrônico, que é respondido *on-line*, no qual se solicita que as empresas informem a respeito de seus principais indicadores. Posteriormente, os dados são tabulados e os resultados disponibilizados no *site*¹⁶ da Câmara Brasileira do Livro.

Entre as muitas informações apresentadas, optamos por incluir no corpo deste trabalho aquelas referentes aos dados quantitativos de títulos produzidos anualmente, considerando primeiras edições (novos números de ISBN) e reimpressões. Ressaltamos, ainda, que o quadro apresentado considera apenas os títulos produzidos pelo subsetor de “Obras Gerais” em detrimento dos setores de “Didáticos”, “Religiosos” e “Científicos, Técnicos e Profissionais (CTP)”.

Destacamos que existem múltiplos desdobramentos possíveis a partir das pesquisas apresentadas, contudo, neste trabalho, objetivamos apresentar os dados gerais do mercado editorial brasileiro para, de certa forma, contrapormos com aqueles referentes às publicações individuais de poesia negra/afro-brasileira, contextualizando o nosso leitor.

¹⁶ Disponível em: <http://cbl.org.br/downloads/fipe>. Acesso em: 02 out. 2018.

Tabela 3 - Títulos de Obras Gerais produzidos (Novos números de ISBN e Reimpressões)

<i>Ano</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Varição (%) em relação ao ano anterior</i>
2001	12.500	-
2002	10.750	-14
2003	9.650	-10
2004	8.420	-12,75
2005	9.262	10,02
2006	11.650	25,78
2007	12.911	10,82
2008	14.600	13,09
2009	13.526	-7,36
2010	21.379	24,33
2011	23.248	8,74
2012	24.503	5,39
2013	25.228	2,96
2014	23.171	-8,15
2015	18.319	-20,94

Fonte: CBL (2018).

Podemos observar que, apesar das oscilações existentes na quantidade de títulos produzidos ao longo dos anos, o mercado editorial brasileiro vem se consolidando, o que permite que a quantidade de títulos produzidos seja ampliada, conforme podemos observar na tabela acima, que contém apenas os títulos de obras gerais, excluindo a vasta produção de livros didáticos, e em diversos anos ultrapassa as produções totais de períodos anteriores.

A ampliação na quantidade de títulos publicados associa-se a diversos fatores intrínsecos à cadeia produtiva do livro. Ao analisar essa cadeia, Fábio Sá Earp e George Kornis definem que sua composição dá-se pela reunião dos setores “autoral, editorial, gráfico, produtor de papel, produtor de máquinas gráficas, distribuidor, atacadista, livreiro e bibliotecário, cada um formado por um grande número de firmas” (EARP; KORNIS, 2005, p. 18). Tais setores, que constituem o mercado do livro, estabelecem relações que podem ser divididas em dois conjuntos:

primeiro, a relação entre o editor, ofertante do livro manufaturado, e os livreiros, muitas das vezes entremeadada por distribuidores e atacadistas, conformando-se

diversas possibilidades comerciais; e, segundo, a relação dos varejistas com os consumidores finais, sejam pessoas ou bibliotecas. (EARP; KORNIS, 2005, p. 18-19)

É importante ressaltar, ainda, que tais relações constituintes da cadeia do livro e do mercado livreiro são influenciadas por fatores como inovações tecnológicas, barateamento das tecnologias existentes, investimentos estrangeiros, investimentos governamentais, aumento/diminuição no poder de compra da população, alfabetização e escolarização da população etc.

As tabelas apresentadas acima indicam um considerável aumento quantitativo nos títulos impressos no Brasil a partir do final da década de 1970 e, de fato,

a década de 1980 representa um marco na produção de livros no Brasil, pois nesse momento eles passaram a ser mais elaborados gráfica e editorialmente, o que modificou consideravelmente o padrão de oferta e provocou uma revolução tecnológica na atividade gráfico-editorial no país. (EARP; KORNIS, 2005, p. 37)

Dentre os fatores que contribuíram para a modificação do mercado livreiro no Brasil, os autores destacam as atuações da Cia das Letras e da Hamburg Gráfica Editora, que inovaram com consistência e diversificação no conceito de catálogo editorial e também no próprio fazer do livro, por meio da especialização dos profissionais envolvidos na materialização das produções.

Durante a década de 1980 ocorreu também a consolidação das empresas paulistas no segmento gráfico-editorial brasileiro, concluindo aquilo que, como esclarecem os autores, iniciou-se em 1960 com a perda da hegemonia do parque gráfico existente no estado do Rio de Janeiro.

Ao longo da década posterior, 1990, podemos notar um grande aumento na produção editorial, pois

quando a espiral inflacionária presente desde a década de 1980 se interrompe com o advento do Plano Real, em junho de 1994, inicia-se um período de aquisição maciça de máquinas e equipamentos gráfico-editoriais. Assim, já em 1995/96 o Brasil se tornara um grande comprador mundial desse tipo de insumo, pois, além de uma condição cambial excepcionalmente favorável [...] existiu uma política desmensurada de compras governamentais de livros. (EARP; KORNIS, 2005, p. 39)

Contudo, apesar desse crescimento, como apontam as tabelas,

após o ajuste cambial de janeiro de 1999 e o agravamento da recessão econômica a partir de 2001: só no eixo Rio de Janeiro-São Paulo fecharam 14 empresas gráficas editoras expressivas nos últimos cinco anos, e essa 'quebradeira' gerou um processo de fusões e aquisições que abriu caminho para uma forte presença do capital estrangeiro nesse segmento. (EARP; KORNIS, 2005, p. 39-40)

Além das fusões e aquisições ocorridas no período, os autores destacam a importância da adoção de auxílios e soluções junto a instituições governamentais para sanar o endividamento do segmento.

A respeito do século XXI, durante o qual as tabelas apresentam bons números, ainda que com oscilações, Earp e Kornis (2005) destacam uma nova distribuição espacial da indústria gráfica brasileira, que diminui sua concentração no estado de São Paulo a partir do surgimento de importantes gráficas nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, Pernambuco e Rio de Janeiro, capazes de produzir grandes quantidades de livros com uma boa qualidade.

Contudo, apesar da importância dos fatores econômicos e tecnológicos para a consolidação e ampliação do mercado livreiro, tais aspectos não são suficientes para explicar a história editorial da poesia negra/afro-brasileira, de forma que se torna relevante interpelarmos, considerando o fortalecimento do mercado editorial brasileiro: por que a produção de livros individuais de poesia negra/afro-brasileira, apesar de seu crescimento quantitativo, ainda constitui uma fatia ínfima da produção editorial brasileira?

2.3.2 O autor negro e o campo literário/editorial brasileiro

Para refletirmos acerca da pergunta anterior, podemos evocar, mais uma vez, as considerações feitas por Bourdieu (1968) a respeito do campo intelectual e do projeto criador, ou seja, os modos como o criador se relaciona com sua obra e como o fazer literário é afetado pelas relações que o autor estabelece com os diversos agentes do campo intelectual, bem como o seu posicionamento neste campo. Discorrendo sobre os processos de autonomização do campo intelectual, e, de certo modo, do campo literário, o autor destaca que, ao mesmo tempo que surgiam as instâncias específicas de seleção e consagração intelectual, responsáveis por aumentar as distâncias entre o campo intelectual e os campos político e econômico, os agentes do campo estavam sujeitos à concorrência pela legitimidade cultural, de modo que, para garantir legitimidade no interior daquele campo, os autores deveriam se submeter aos ideais culturais e estéticos adotados pelos agentes legitimadores.

No contexto europeu do século XVIII, a figura do editor começa a tomar forma no instante em que os “patronos” desaparecem, de modo que as “editoras tornaram-se, progressivamente, fonte de autoridade” (BOURDIEU, 1968, p. 108), sendo ao mesmo tempo instâncias de consagração intelectual e de difusão cultural. O campo cultural brasileiro estruturou-se de modo semelhante, apesar da chegada tardia da imprensa, a partir de 1808, de

modo que a figura do editor e, posteriormente, as editoras têm autoridade para legitimar os discursos e fazê-los ecoar no interior do campo.

Bourdieu (1968) destaca também que, pelo modo como o campo intelectual é estruturado, alguns dos agentes (ou sistemas de agentes, como o sistema de ensino, academias ou círculos literários) existentes possuem maior ou menor peso em seu interior. Esses “pesos”

são definidos, ao menos no essencial, no seu ser e na sua função, por sua *posição* dessa estrutura e, pela *autoridade*, mais ou menos reconhecida, isto é, mais ou menos forte e mais ou menos extensa e sempre mediatizada por sua interação, que elas exercem ou pretendem exercer sobre o público, ao mesmo tempo capital e, em certa medida, árbitro da competição pela consagração e legitimidade intelectuais. (BOURDIEU, 1968, p. 126-127)

O autor reforça, ainda, que

existe quase sempre, em toda sociedade, uma pluralidade de forças sociais, às vezes concorrentes, às vezes coordenadas, que, em razão de seu poder político ou econômico, ou das garantias institucionais de que dispõe, estão aptas para impor suas normas culturais a uma fração mais ou menos extensa do campo intelectual, e que reivindicam, *ipso facto*, uma legitimidade cultural, seja pelos produtos culturais por elas fabricados, seja para os julgamentos que fazem sobre os produtos culturais fabricados pelos outros, seja para as obras e atitudes culturais que elas transmitem. (BOURDIEU, 1968, p. 127)

De forma que a consagração e a legitimação intelectual passam pelo julgamento daqueles agentes aptos a impor suas normas culturais. Cabe a esses agentes e instituições, em geral detentores dos poderes políticos ou econômicos, estabelecer qual discurso ocupará as posições centrais, oficiais ou canônicas do campo intelectual e qual discurso ocupará as posições marginais deste mesmo campo.

Como destaca Cuti (2010, p. 47), “os discursos (todos) passam pelo poder dizê-lo. O silêncio pertence à maioria que ouve e, quando muito, repete. Falar e ser ouvido é um ato de poder. Escrever e ser lido, também”, e, em uma sociedade construída pela marginalização social de alguns grupos, a marginalização de suas ideias e discursos é apenas uma das diversas estratégias que visam à manutenção dos lugares sociais dos indivíduos.

A sociedade brasileira estruturou-se sob um ideal eurocêntrico, favorecendo os indivíduos que se encaixavam, fenotípica e discursivamente, neste padrão, de modo que a “intelectualidade” brasileira foi cunhada a partir dos referenciais brancos e europeus. Como traçado a partir dos períodos históricos apresentados anteriormente, a exclusão das camadas minoritárias, e entre elas a população negra brasileira, ocorreu por meio de diversos instrumentos, ora mais, ora menos explícitos e,

Com a democracia jurídica, o esforço para alterar as mentalidades encontrou grande apoio, porém as noções cristalizadas de superioridade racial mantêm-se renitentes, e os argumentos da exclusão racista persistem para impedir a partilha do poder em um país étnica e racialmente plural. E a literatura é poder, poder de convencimento, de alimentar o imaginário, fonte inspiradora do pensamento e da ação. (CUTI, 2010, p. 12)

Tendo em mente que as alterações no campo intelectual ocorrem de modo lento e como resultado das disputas entre os seus agentes, conforme descreve Bourdieu (1996), podemos compreender por que o poder que a literatura emana não é pacificamente partilhado e, tendo em vista a relativa autonomia do campo intelectual, por que as conquistas que tornam a sociedade mais democrática juridicamente nem sempre refletem nos aspectos culturais. Trata-se de um modo utilizado para manter o domínio cultural por meio da legitimação e exaltação de alguns discursos – que alimentam o imaginário e, conseqüentemente, atuarão sobre o pensamento e a ação – em detrimento de outros.

Quando pensamos nos editores e editoras como agentes e canais de consagração intelectual e de difusão cultural e consideramos qual tipo de produção cultural será legitimado e difundido, as relações entre os dados apresentados no início desta seção referentes às publicações individuais de livros de poesia negra/afro-brasileira e de publicações totais, seja de literatura, seja de livros diversos, podemos questionar quais valores são atrelados aos discursos materializados naquelas obras. De modo que

a literatura, em suas inúmeras tentativas de definição e conceituação, constitui uma das instâncias discursivas mais importantes, pois atua na configuração do imaginário de milhões de pessoas. Textos literários, como vimos, chegam a ser impostos como leitura obrigatória em vários momentos de nossas vidas. Em outros são colocados à nossa disposição para que possamos escolher, nas vitrines e prateleiras das livrarias, em bancas de jornais ou nas bibliotecas. Essa disponibilidade de um livro ou qualquer outro material de leitura também é resultado de um ou vários filtros. (CUTI, 2010, p. 48)

A materialização de um discurso, principalmente sob a forma de texto literário, constitui um importante ato de poder e está atrelada a diversas etapas além dos processos técnicos e maquinais – como a diagramação e impressão –, como a formação do autor, a formação de um público leitor e a formação de uma crítica e demais agentes que garantam a recepção da produção no meio literário. Em cada uma dessas etapas existem “filtros”, que permitirão ou não que o discurso pensado pelo autor atinja o seu público leitor e, como destaca Cuti (2010), cada uma dessas escolhas constitui atos de poder e, mais especificamente, atos de poder que são resultado das escolhas feitas por pessoas ou grupos de pessoas a partir de “sua formação, sua subjetividade (conflitos pessoais, desejos, preconceitos, valores etc.)” (CUTI, 2010, p. 48) e também do local que ocupam no campo literário.

Filtrar significa reter algo e permitir que algo passe. Desde o conselho editorial até o balconista de uma livraria ou atendente de biblioteca, o texto pede passagem e dele são exigidos certos pressupostos. [...] As editoras, por exemplo, têm o que chamam de ‘linha editorial’, demarcadora dos parâmetros de suas exigências para os que nela procuram a publicação de seus escritos. Essa ‘linha’ noteia a(s) mensagem(ns) a ser(em) veiculada(s) de forma impressa e em determinados formatos. Assim como existe a tal ‘linha’ orientando o crivo (a escolha) entre os títulos a serem publicados ou não, também, posteriormente, haverá a seleção do que, estando disponível no mercado, deve receber o aval da publicidade ou da cumplicidade dos meios de comunicação e do Estado para redundar em leitura. (CUTI, 2010, p. 48-49)

Ou seja, o livro impresso e disponibilizado para que o leitor “escolha” o que ler já é resultado de uma série de escolha prévias, exercidas por outros integrantes que constituem o campo literário e detêm “poder” suficiente para determinar o que será lido, como será lido ou por quem será lido, afinal, “as sucessivas seleções que antecedem a nossa foram feitas sem que pedíssemos. É entre apenas o que está disponível que podemos exercer a nossa limitada liberdade de escolha” (CUTI, 2010, p. 49).

De fato, como apresentado, temos que, durante o ano de 2015, mais de dezoito mil títulos de obras gerais – excluindo-se aqui livros didáticos, científicos, técnicos, profissionais e religiosos – foram disponibilizados para o público, considerando novos ISBNs e reimpressões. Levando em conta os dados apresentados pelo Instituto Pró-Livro (IPL), responsável pela 4ª Edição da pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil”, de âmbito nacional e com objetivo de mapear os comportamentos dos leitores brasileiros, temos que 104,7 milhões dos 188 milhões de brasileiros maiores de 5 anos são leitores – ou seja, leram, inteiro ou em partes, pelo menos 1 livro nos últimos 3 meses (FAILA, 2016, p. 185).

O caminho para que os impressos alcancem os leitores deve ser construído ou facilitado pelo “aval da publicidade ou da cumplicidade dos meios de comunicação e do Estado para redundar em leitura” (CUTI, 2010, p. 49) e é facilitado pelo acesso aos agentes ou instituições responsáveis pela difusão da cultura, como a escola ou grandes conglomerados editoriais, que têm grande poder para influenciar os hábitos de leitura de grande parcela da população. Em outras palavras, a materialização do livro não é o suficiente para garantir que ele encontre o leitor, que tem sua possibilidade de escolha limitada, também, pelo que está acessível a ele ou o que lhe é imposto em provas ou concursos.

André Schifrin (2006), ao analisar as tendências mundiais do mercado livreiro a partir do mercado editorial norte-americano em *O negócio dos livros*, aponta que o mercado editorial está se transformando velozmente mediante sucessivas compras das pequenas e médias editoras pelas maiores e das maiores pelas gigantes, formando conglomerados. Esse cenário demonstra

“a aplicação da teoria de mercado à disseminação de cultura” (SCHIFRIN, 2006, p. 113), afetando profundamente a natureza do mercado editorial, destacando que,

como em todos os aspectos do livre mercado, há o problema em que o jogo está longe de ser justo. As maiores empresas, que publicam os livros mais comerciais, têm à sua disposição grandes orçamentos publicitários, a força de vendas enormes e uma rede extremamente eficiente de contatos na imprensa. Tudo isso ajuda a garantir que seus livros recebam algum grau de atenção. As editoras menores são incapazes de competir no mesmo nível e têm muita dificuldade em encontrar espaço para seus livros, tanto nas lojas quanto nas resenhas dos jornais. (SCHIFRIN, 2006, p. 114-115)

Das 271 obras individuais de poesia negra/afro-brasileira inventariadas, 67 foram publicadas por meio de edições do próprio autor e diversas foram publicadas por pequenas editoras, editoras de nicho ou selos editoriais, muitas vezes criados pelo próprio autor, o que dificulta o seu acesso pelo leitor, uma vez que os grandes conglomerados editoriais, que detêm capital econômico, possuem mais condições de investir em publicidade e cobrir os gastos com transporte e exposição dos livros em grandes livrarias, ou, como pontua Dalcastagnè, “as editoras mais importantes, que não são necessariamente as maiores, mas dificilmente estarão entre as menores, garantem a atenção de livreiros, leitores e críticos para seus lançamentos” (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 151).

Em outras palavras, o modo como o mercado editorial se estrutura não favorece o surgimento e a manutenção daquilo que Pablo Guimarães (2014) descreve como “bibliodiversidade”, que seria

uma noção concreta que aplica o conceito de biodiversidade (diversidade das espécies presentes num determinado meio) ao livro (diversidade dos livros presentes num determinado contexto). Ela remete à necessária diversidade das produções editoriais disponibilizadas para o público. (GUIMARÃES, 2014, p. 32)

Contudo, a literatura negra/afro-brasileira surge e se mantém, embora às margens do campo literário brasileiro canonizado, disponibilizando obras para o público leitor existente e, ainda, formando grande parte de seu público leitor, por meio de uma linguagem e escolhas discursivas que explicitam sua identidade, contrapondo-se ao discurso central do campo literário. Essas considerações levam-nos a refletir mais atentamente a respeito dos mecanismos utilizados pelos produtores da poesia negra/afro-brasileira para sobreviver e ter voz dentro de um mercado notadamente avesso às suas ideias.

2.3.3 Iniciativas coletivas e edição independente

Um dos marcos para a compreensão dos modos como se articulam os autores negros no campo editorial foi o I Encontro Nacional de Poetas e Ficcionalistas Negros Brasileiros, que ocorreu em setembro de 1985, no estado de São Paulo. Nesse encontro, 20 autores negros elaboraram textos e discutiram o bloqueio editorial imperante, bem como os mecanismos estabelecidos para romper com tal situação. Ari Cândido Fernandes, Arnaldo Xavier, Cuti, Deley de Acari, Éle Semog, Esmeralda Ribeiro, Estevão Maya Maya, Hermógenes Almeida S. Filho, J. Abílio Ferreira, Jônatas C. da Silva, José Luanga Barbosa, Kilamba, Márcio Barbosa, Marise Tietra, Miriam Alves, Oliveira Silveira, Oubi Inaê Kibuku, Ramatis Jacino, Roseli Nascimento e Zenaide foram os autores que participaram do evento e também escreveram os textos que compuseram a publicação de *Criação Crioula, Nu Elefante Branco*, uma importante memória impressa do que foi tratado ao longo do encontro.

Podemos destacar também a publicação de *Reflexões*, resultado da ampliação e novo projeto gráfico das reflexões apostiladas após a “Noite da Literatura Afro-Brasileira”, ocorrida no III Congresso de Cultura Negra das Américas, realizado no ano de 1982, no estado de São Paulo. Organizada pelo Grupo Quilombhoje, também teve como objetivo refletir sobre a produção literária dos autores negros a partir de um outro lugar de fala, rompendo com os padrões estéticos e críticos vigentes. Cuti, Esmeralda Ribeiro, J. Abílio Ferreira, Jamu Minka, Márcio Barbosa, Miriam Alves, Oubi Inaê Kibulo e Sônia Fátima da Conceição escreveram os textos que compuseram a publicação das reflexões.

Com base nos textos que compõem as antologias, percebemos como os avanços no mercado editorial brasileiro, além da ampliação na alfabetização no Brasil, influenciaram diretamente na efervescência das discussões acerca dos aspectos editoriais das produções afrocentradas. O mercado editorial ampliava-se e era momento para discutir as estratégias de recepção e diversificação do campo literário brasileiro.

A este respeito, cabe destacar a fala de Semog (1986, p. 28), extraída da discussão¹⁷ promovida pelos autores em virtude do I Encontro Nacional de Poetas e Ficcionalistas Negros Brasileiros, datilografada e incluída no corpo de *Criação Crioula, Nu Elefante Branco*, por meio da qual o autor expressa sua preocupação com a criação de uma editora para canalizar as produções de autores negros, a exemplo das edições independentes já produzidas e do trabalho

¹⁷ Cabe destacar que a fala dos autores foi transcrita e incluída na obra *Criação Crioula, Nu Elefante Branco*, organizada por Cuti e Miriam Alves, em *Palavras jogadas de boca em boca*, uma espécie de introdução à obra e contextualização do Encontro.

desenvolvido pelo Grupo Quilombhoje em *Cadernos Negros*. Deley de Acari (1986, p. 28-29) acrescenta à fala a importância das discussões acerca do ato de escrita e dos próprios produtos editoriais a partir dos autores negros envolvidos, trata-se, como destacado, de subverter a ideia de que o autor negro e suas produções servem apenas como objeto de estudo ou de mercado, para participar da construção da fortuna crítica e dos processos de distribuição e produção gráfica.

Ao discutir tais estratégias, os autores buscam gerar ruídos que culminem com a “modificação do campo literário e editorial”, ampliando a repercussão de obras avessas ao discurso etnocêntrico no interior do campo e, a partir disso, dinamizando as relações estabelecidas, pois, mesclando aquelas reflexões feitas enquanto o mercado editorial brasileiro começava a tomar forma com as reflexões acerca do atual contexto, com o campo editorial mais estabelecido e estruturado, temos que

na outra ponta da produção de seu texto, a leitura, o escritor negro sabia e sabe que está o branco em seu papel como editor, crítico, professor, jornalista, livreiro ou simples leitor. Não havia e não há como não pensar nisso. Sem dúvida, tal situação mudou ao longo do tempo. Nem todo branco é racista. Nem todo crítico, jornalista, professor, livreiro ou leitor é branco. Mas, estatisticamente, a situação não se alterou muito. (CUTI, 2010, p. 51)

De forma que, como já discutido na seção anterior, o ideal de Brasil enquanto país, nação, estruturou-se com base na lógica racista, que atinge os indivíduos, mas vai além deles, naturalizando quais discursos devem ser lidos, comentados e preservados mediante o predomínio de uma matriz europeia, e, por isso, “imitar, citar, ler, comentar autores europeus sempre trouxe e traz a aura de respeitabilidade para quem assim age e para o trabalho que porventura desenvolver. Verniz ou conteúdo absorvido, o fato é que o chamado cânone literário predominante no Brasil é de estofado europeu” (CUTI, 2010, p. 50), garantindo não só a inclusão no campo literário quanto a sua legitimidade neste espaço cultural.

Assim sendo,

a margem de negociação para quem deseja furar o bloqueio que o cerca no ato da construção de seu texto: pagar o preço pela ousadia de tentar propor a mudança de hábitos de escrita cristalizados e pagar o preço pelo conteúdo não desejado pelas instâncias de poder estabelecidas na área. (CUTI, 2010, p. 51)

Logo, se a adoção de um discurso afrocentrado é, na maioria das vezes, rechaçada pelas grandes editoras e conglomerados editoriais por meio de suas “linhas editoriais”, resta ao autor negro criar seus canais de produção, distribuição e crítica, em geral à margem das instâncias de poder e legitimação.

Como destaca Hermógenes Almeida Silva Filho, “a produção literária negra procurou formas alternativas como a impressão de poemas em mimeógrafos e xerox, sendo esses

trabalhos distribuídos em filas de teatros, cinemas, shows etc. sempre a preços módicos” (SILVA FILHO, 1986, p. 46) e, no caso específico da poesia negra/afro-brasileira,

muitas alternativas têm sido tentadas desde a criação de bares modernos, onde o recital de poesia ‘faz parte do ambiente’ e do menu, [...] investindo na edição de obras de autores negros, tratando sob os mais variados aspectos do conhecimento humano, da questão racial no contexto político, econômico, social, cultural. Recitais, debates, seminários, encontros tem ocorrido com grande intensidade. (SILVA FILHO, 1986, p. 47)

Essas alternativas individuais e coletivas promovidas pelos autores negros refletem-se nos dados obtidos, pois, das 271 obras inventariadas, considerando que 10 foram publicadas por tipografias ou casas tipográficas e em 12 não pudemos determinar a casa ou meio editorial responsável por sua materialização, 67 produções saíram mediante edições do autor, 34 pela Mazza Edições, Editora 7 Letras, Editora Malê, Nandyala e Editora 34, todas pertencentes à Liga Brasileira de Editoras (LIBRE), “uma rede de editoras independentes que trabalham cooperativamente, pelo fortalecimento de seus negócios, do mercado editorial e da bibliodiversidade”,¹⁸ além daquelas obras publicadas por editoras notadamente de nicho, voltadas para as produções literárias afrocentradas, como Quilombhoje, Ogum’s Toques Negros, Associação Cultural do Negro, Blacktude e Grupo Editorial Rainha Ginga, que totalizam 11 produções – excluídas as editoras de nicho pertencente à LIBRE, anteriormente citadas.

Percebemos, então, que, para além de seu papel como autor, ou seja, aquele que escreve, o produtor da literatura negra/afro-brasileira muitas vezes atua como editor de suas próprias produções, pois, muitas vezes, necessita de atuar na materialização de seu discurso como livro, seja nos processos gráficos, seja na viabilização de seu espaço de difusão.

Em grande medida, as produções literárias negra/afro-brasileiras são resultantes de esforços independentes por parte de seus produtores e editores, empreendidos dentro e fora do campo editorial, principalmente pela criação de editoras e selos editoriais que contemplem suas produções e permitam que circulem nos meios editoriais. Luiz Henrique Silva de Oliveira (2018), ao analisar e discutir as estratégias editoriais que contribuem para a existência de uma literatura afrocentrada, denomina por “quilombos editoriais” o “conjunto de iniciativas no campo editorial comprometidas com a difusão de temas especificamente ligados ao universo afrodescendente, com claro propósito de alteração das configurações do imaginário social hegemônico” (OLIVEIRA, 2018, p. 175).

¹⁸ Descrição disponibilizada pela LIBRE em seu *site* oficial, disponível em: <http://libre.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 04 dez. 2018.

Para o autor, as iniciativas e atuação desses editores, voltados para a criação e manutenção de produções literárias negra/afro-brasileiras, podem ser consideradas independentes pois,

Há preocupação com o catálogo, porque precisa ser atraente e possuir preço competitivo. De modo geral, a iniciativa híbrida ou independente atua nas zonas intersticiais das anteriores, isto é, nas franjas do amplo mercado e das grandes redes editoriais. As iniciativas independentes priorizam produtos pouco atraentes para o mercado de amplo capital, embora de interesse imediato por parte significativa de determinada zona desse campo. Como não está sujeita à obrigatoriedade de geração de volumes financeiros, concentra suas ações na construção de um catálogo de qualidade, mas sem descuidar do olhar sobre a rentabilidade dos projetos editoriais do presente, pois eles sustentam justamente os projetos do futuro. Aqui, o capital de giro é baixo. (OLIVEIRA, 2018, p. 159)

Ou seja, trata-se de editores independentes, em grande medida, do amplo mercado, mas sem ignorá-lo completamente, uma vez que há a necessidade de geração de volumes financeiros para manter as atividades editoriais e ampliar o catálogo e, conseqüentemente, o poder de barganha no interior do campo literário, a partir do instante em que equilibra os capitais econômico e simbólico.

Hernán López Winne e Victor Malumián (2016), ao pensarem a edição independente na América Latina, destacam cinco aspectos que diferenciam os editores independentes, sendo eles: o mercado, a autonomia, o aporte de capital, o agenciamento cultural e o profissionalismo. Dessa forma, pensando as práticas dos editores independentes dedicados às produções literárias negra/afro-brasileiras, sob os aspectos apontados pelos autores, percebemos que, estando à margem do campo literário canonizado, esses autores-editores devem marcar seu lugar no mercado, mas tendo em mente seu público-alvo, ou seu nicho de mercado; cabe ressaltar a preocupação com as questões identitárias e todas aquelas inerentes à população negra brasileira, ainda que isso dificulte a captação de capital econômico.

A autonomia, no contexto apresentado pelos autores, refere-se à liberdade para escolher o que publicar ou não, de acordo com o discurso apresentado e com o discurso que rege a editora ou linha editorial, em detrimento do que é mais comercial ou palatável para o grande mercado. Contudo, quando pensamos que os produtores da chamada literatura negra/afro-brasileira partem muitas vezes da autopublicação ou da organização em “quilombos” para publicar, podemos encarar essa autonomia também como um modo de dizer “não” para a crítica literária e a estética literária preestabelecidas, buscando a automatização do campo literário também nesse sentido, o que garante o acúmulo de capital simbólico aos autores e firma-os no interior do campo, a partir do momento em que também marca a existência de um outro microcampo literário: o negra/afro-brasileiro.

No que diz respeito aos aportes financeiros, os autores pontuam que a continuidade econômica, a subsistência e o lucro dos editores independentes devem andar em equilíbrio com seu projeto estético, ideológico e cultural, uma vez que a autonomia intelectual e a autonomia econômica possuem estreita ligação. Ainda que as editoras independentes, ou editoras de nicho, não consigam se opor ou competir em iguais condições com os grandes conglomerados editoriais no que diz respeito a espaço físico em livrarias, distribuição, propaganda, direitos autorais e outros fatores, é necessário que haja capital econômico disponível para garantir a existência das iniciativas editoriais, arcando com seus custos. Este é mais um dos obstáculos enfrentados pelos produtores das literaturas situadas à margem do campo literário, como é o caso da literatura negra/afro-brasileira, principalmente por se tratar de um microcampo constituído por indivíduos que foram marginalizados socialmente, inclusive economicamente.

O agenciamento cultural associa-se às mudanças e contribuições dos editores ao mercado editorial e ao campo cultural como um todo. E são esse esforço e atuação como agentes culturais que visam garantir a existência da bibliodiversidade, pois é a partir dos ruídos no interior do campo literário, promovido por autores, editores e demais agentes, que são geradas alterações e movimentações do campo, questionando-se o que está à margem e o que está ao centro, bem como os valores estéticos vigentes.

Por fim, os autores apontam dois cenários que envolvem a profissionalização dos editores independentes: aqueles que saem de grandes editoras para se dedicar às próprias edições e os autodidatas. Quando pensamos nas iniciativas dos autores-editores que compõem os “quilombos editoriais”, o segundo cenário é o mais frequente, considerando que o próprio autor muitas vezes desempenha o papel de editor.

Um exemplo do impacto de tais iniciativas para o microcampo editorial literário negra/afro-brasileiro são os *Cadernos Negros*, que surgem no ano de 1978 por meio das iniciativas coletivas de Ângela Galvão, Célia Aparecida Ferreira, Cuti, Henrique Cunha Júnior, Jamu Minka, Eduardo de Oliveira, Oswaldo de Camargo entre outros autores, que, de forma cooperativa, arcaram com os custos do primeiro número da série que se mantém até os dias atuais, publicando anualmente e em anos alternados um livro de poesia ou um livro de contos, além dos demais processos de feitura do livro, tudo dividido entre os próprios autores.¹⁹

Ainda que não acompanhe os crescimentos e as oscilações do mercado editorial brasileiro de obras gerais, é inegável o aumento no número de publicações individuais de poesia negra/afro-brasileira após o lançamento de *Cadernos Negros*, cabendo destacar que muitos dos

¹⁹ Informado por Cuti em seu *site* oficial. Disponível em: <https://www.cuti.com.br/artigocardernosnegros>. Acesso em: 12 dez. 2018.

autores que publicaram individualmente já haviam publicado anteriormente em *Cadernos Negros*, evidenciando sua importância para a alteração, ainda que sutil, do campo literário brasileiro.

Tabela 4 - Quantidade de publicações individuais de poesia negra/afro-brasileira por ano de publicação

Ano publicação	Qtde.	Ano publicação	Qtde.
1859	2	1979	3
1863	1	1980	5
1870	1	1981	5
1871	1	1982	6
1875	1	1983	5
1881	1	1984	7
1886	1	1985	3
1893	2	1986	9
1894	1	1987	11
1895	1	1988	6
1898	1	1989	8
1899	1	1990	4
1900	2	1991	4
1901	1	1992	4
1905	1	1993	3
1923	1	1994	5
1932	1	1995	8
1935	1	1996	10
1936	3	1997	6
1938	5	1998	5
1943	1	1999	5
1944	1	2000	3
1951	1	2001	1
1958	1	2002	5
1959	1	2003	6
1960	1	2004	5
1961	3	2005	4
1962	2	2006	2
1967	2	2007	2
1968	1	2008	2
1969	1	2009	4
1970	2	2010	5
1971	1	2011	5
1972	2	2012	6
1974	1	2013	6
1975	1	2014	5
1976	3	2015	13
1977	2	2016	8
1978	3	2017	5

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da pesquisa.

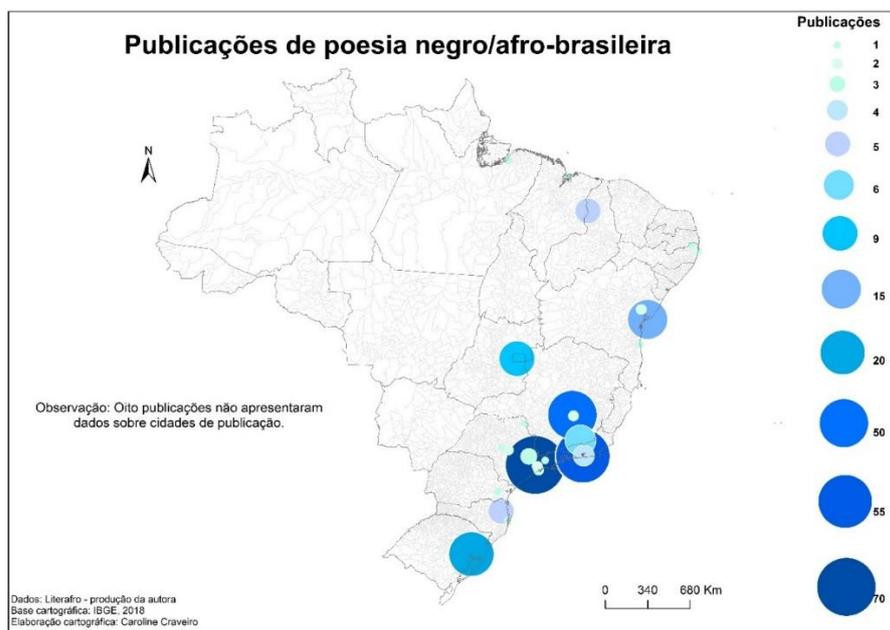
Outro aspecto não necessariamente atrelado às dinâmicas editoriais independentes, mas que torna mais clara a necessidade de criação de alternativas por parte dos autores negros, é a dispersão das publicações pelas casas editoriais, pois 85 editoras contam com apenas uma publicação individual de poesia negra/afro-brasileira e são, em sua maioria, pequenas editoras ou selos editoriais de menor expressividade no cenário editorial brasileiro, evidenciando a dificuldade encontrada por novos autores e novos discursos para se firmar no interior do campo literário, bem como confirmando a adoção de iniciativas que garantem a existência e materialização de seus discursos.

2.4 Relação de livros autorais por local de publicação

Por fim, os dados obtidos nas fichas catalográficas das publicações individuais de poesia negra/afro-brasileira foram organizados considerando os seus respectivos locais de publicação. Dessa forma, temos que: em São Paulo/SP, 70 foram as obras publicadas; no Rio de Janeiro/RJ, foram publicadas 55; em Belo Horizonte/MG, contabilizamos 50 livros; em Porto Alegre/RS, verificamos a publicação de 20; em Salvador/BA, detectamos 15; em Brasília/DF, 09; em Juiz de Fora/MG, 06; em Blumenau/SC e Teresina/PI, identificamos 05 livros; em Niterói/RJ, foram publicados 04; em Campinas/SP, constatamos 03 obras; em Barra Bonita/SP, Feira de Santana/BA, Mauá/SP, Nova Lima/MG, Recife/PE e Santos/SP, ocorreram, em cada uma das cidades, 02 publicações; já Bauru/SP, Belém/PA, Curitiba/PA, Florianópolis/SC, Franca/SP, Ilhéus/BA, São José dos Campos/SP, São Luiz/MA e Timbaúba/PE contam, individualmente, com 01 livro autoral publicado.

Em oito dos livros inventariados não foi possível determinar o local de publicação. Outra forma de perceber a desproporcionalidade entre os dados obtidos é no Mapa 1, que mostra a distribuição das publicações nas cidades brasileiras.

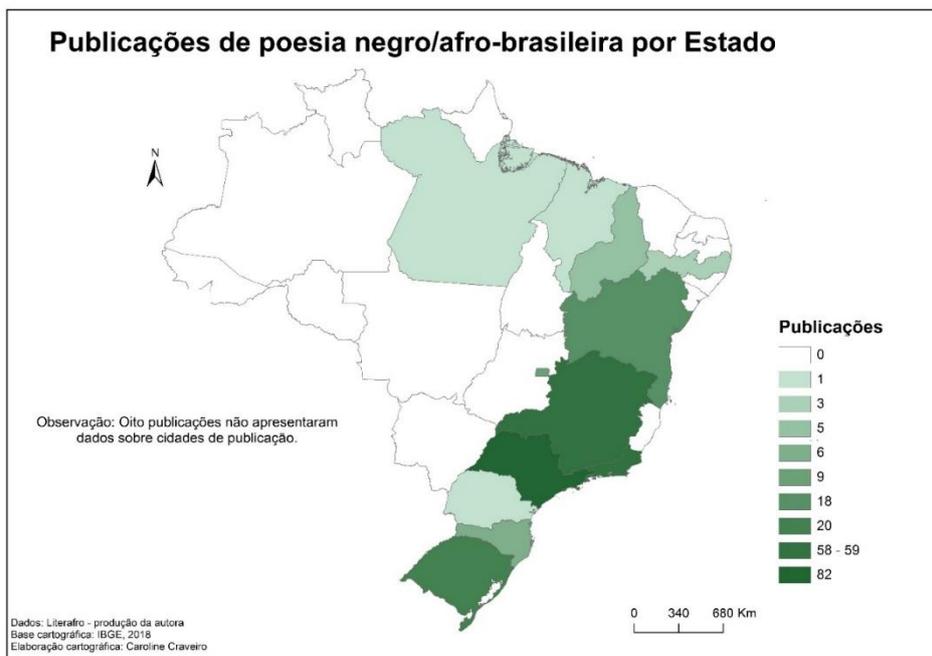
Mapa 1 – Distribuição das publicações por cidades



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da pesquisa.

Ao examinarmos este cenário por meio da distribuição por estados brasileiros, temos 82 publicações no estado de São Paulo, 59 no Rio de Janeiro, 58 em Minas Gerais, 20 no Rio Grande do Sul e 18 na Bahia. No Distrito Federal, catalogamos 09 publicações; em Santa Catarina, 06; no Piauí, 05; em Pernambuco, 03; no Pará, no Maranhão e no Paraná, localizamos, em cada um deles, 01 publicação. Imagetivamente, temos o seguinte cenário:

Mapa 2 – Distribuição das publicações por estados



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da pesquisa.

Apresentados os dados obtidos, passemos às possíveis reflexões a partir dos dados quantitativos.

2.4.1 As ferramentas e técnicas

Como já apontado anteriormente, a materialização do discurso em livro impresso está profundamente ligada à existência de ferramentas e tecnologias, desde tipografias até grandes parques tecnológicos, que permitam sua realização.

No Brasil, a chegada da imprensa ocorreu séculos depois da chegada dos portugueses, em 1808, com a instalação da Imprensa Régia no Rio de Janeiro, após a vinda do Príncipe Regente D. João. A hegemonia do parque gráfico do Rio de Janeiro perdurou até a década de 1980, quando, conforme destacam Earp e Kornis (2005, p. 37), empresas paulistas que iniciaram importantes articulações com editoras emergentes e intensa inovação tecnológica conseguem se firmar no seguimento gráfico-editorial brasileiro.

Ainda que, de acordo com os autores,

nesse início do século XXI, começa a se esboçar, no plano da distribuição espacial da indústria gráfica brasileira, uma nova tendência, como a redução do grau de concentração dessa atividade em São Paulo, posto que gráficas importantes e aptas a

produzir livros surgiram no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná, em Minas Gerais, em Pernambuco e mesmo no Rio de Janeiro, onde médias/pequenas empresas modernas se fazem presentes. (EARP; KORNIS, 2005, p. 37)

Percebemos, com base nos levantamentos, a concentração das publicações individuais de poesia negra/afro-brasileira nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. No caso específico de Minas Gerais, destaca-se a existência das casas editoriais Mazza Edições – por meio da qual foram publicadas 22 das obras inventariadas, sendo a editora responsável pela maior quantidade de publicações autorais de poesia negra/afro-brasileira, de acordo com nossos levantamentos –, Malê Editora e Nandyala, importantes editoras voltadas para publicações afrocentradas.

A respeito da concentração de publicações na região Sudeste do Brasil, ou, mais especificamente, no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, ainda que suas origens aludem ao surgimento da imprensa no Brasil, a continuidade deste cenário pode ser encarada a partir de reflexões traçadas por Luiz Guilherme Pontes Tavares e Flávia Garcia Rosa (2010), que destacam a instalação da imprensa na Bahia em 13 de maio de 1811, com a inauguração da tipografia de Manoel Antônio da Silva Serva, um importante passo para a existência de uma indústria gráfico-editorial no estado. Os autores concluem, contudo, que atualmente “faltam editoras e o parque gráfico é cada vez menor e pouco especializado para atender à produção editorial local” (ROSA; TAVARES, 2010, p. 221), principalmente por “problemas de distribuição, a falta de uma política local para o livro que contemple a aquisição regular para bibliotecas públicas e escolares, além da falta de profissionalização do processo produtivo” (*ibidem*, p. 233).

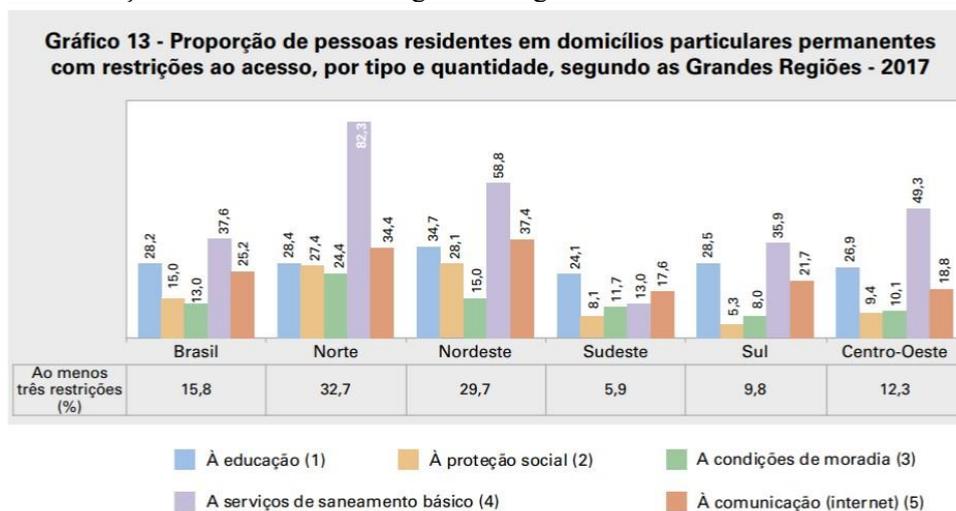
Apesar de fazer referência à situação editorial da Bahia, acreditamos que a realidade estende-se a diversas outras cidades brasileiras, principalmente àquelas que não compõem as regiões Sudeste e Sul do país. Historicamente, como melhor detalhado pelas tabelas apresentadas e discutidas na próxima seção, apesar de sua dimensão continental, as riquezas do país concentram-se em determinados estados e regiões. A concentração econômica reflete a industrialização desses estados, além da criação e adoção de políticas públicas e ações de incentivo à cultura. A produção e a circulação de obras literárias exigem acesso a educação e bens culturais diversos, recordando Cuti (2010),

São, portanto, fatores essenciais para se desenvolver uma literatura: o acesso à alfabetização, à leitura e à prática de escrita literária, aquisição de bens culturais (livros, CDs, DVDs), disponibilidade de tempo, isolamento físico com espaço adequado para produção de textos, equipamentos para a escrita e pesquisa, crise de identidade gerada principalmente pelo afastamento cultural, o que faz o autor lançar-se em busca das raízes perdidas, competição social, de onde se dá o encontro com a

prática do racismo e a conscientização de que ela implica vários aspectos (econômicos, psicológicos, religiosos, estéticos, etc). (CUTI, 2010, p. 29-30)

No entanto, ao depararmos com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), temos que

Gráfico 2 – Restrição de acesso conforme grandes regiões



Notas: 1. Consolidado de primeiras entrevistas. 2. Rendimentos deflacionados para reais médios de 2017. (1) Foram consideradas com restrição: crianças e adolescentes de 6 a 14 anos de idade que não frequentavam escola, pessoas de 15 anos ou mais de idade analfabetas e pessoas de 16 anos ou mais de idade que não possuíam ensino fundamental completo. (2) Foram consideradas com restrição: pessoas que satisfazem simultaneamente as duas condições a seguir: residentes em domicílios onde não havia nenhum morador de 14 anos ou mais de idade que contribuía para o INSS em qualquer trabalho ou aposentado/pensionista; domicílios com rendimento real efetivo domiciliar per capita inferior a 1/2 salário mínimo, e com nenhum membro recebendo rendimentos de outras fontes, o que inclui programas sociais. Salário mínimo de referência: R\$ 937,00. (3) Foram consideradas com restrição: pessoas residindo em domicílios sem banheiro de uso exclusivo do domicílio, com paredes externas construídas predominantemente com materiais não duráveis, com adensamento excessivo ou com ônus excessivo com aluguel. (4) Foram consideradas com restrição: as pessoas residentes em domicílios que não tinham acesso simultâneo a três serviços de saneamento definidos como: coleta direta ou indireta de lixo, abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial. (5) Foram consideradas com restrição: as pessoas residentes em domicílios sem acesso à Internet.

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.²⁰

Assim, considerando as restrições a que estão sujeitas as populações, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, como falar em condições para desenvolvimento de uma literatura, em especial de uma literatura afrocentrada, em tais locais?

Além dos fatores ligados à produção e formação de público leitor, o arranjo espacial e geográfico facilita o controle sobre as produções, uma vez que as concentra em determinadas regiões, criando zonas centrais e periféricas, dificultando o trânsito das informações por meio

²⁰ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2019.

dos obstáculos impostos à comercialização e distribuição dos livros impressos. Como ponderam Earp e Kornis (2005),

é a voz corrente entre autores e entrevistados que o maior problema do livro no Brasil é a distribuição. Esse é o elo mais estudado na cadeia do livro no país, inexistindo qualquer levantamento sequer sobre o número de firmas existentes. [...] Países de grande tamanho como o Brasil apresentam sérios problemas para a distribuição de livros. Os distribuidores operam com uma margem de 10% a 15% sobre o preço de capa do produto. (EARP; KORNIS, 2005 p. 45)

Os autores ainda destacam que

editoras de obras gerais, costumam vender diretamente às grandes redes de livrarias e às livrarias independentes do Rio de Janeiro e de São Paulo, ficando a distribuição para o resto do país dividida entre a entrega direta a umas poucas livrarias cadastradas e à ação das distribuidoras. (EARP; KORNIS, 2005 p. 43-44)

Desse modo, a produção e a circulação das obras, tão necessárias para a sobrevivência no interior do campo literário, ficam atreladas ao espaço geográfico, uma vez que os custos aumentam conforme nos afastamos das regiões citadas.

Portanto, além dos problemas resultantes das dificuldades de distribuição do impresso pelo país, existem outros fatores que dificultam a democratização da produção editorial brasileira, como a dificuldade de acesso aos meios de educação formal e aos meios de prestígio e de legitimação social, a centralização das produções e manifestações culturais em áreas de “efervescência cultural”, a aquisição de bens culturais diversos, além de equipamentos e tecnologias para produção textual, pesquisa e materialização das produções sociais e a ausência de políticas públicas atreladas ao acesso ao livro e à leitura. Em alguma medida, todos esses fatores se ligam à perversidade da globalização atual, centrada na tirania da informação e do dinheiro que, conforme veremos adiante, impacta diretamente na hegemonia de algumas cidades em relação a outras.

2.4.2 A(s) globalização(ões)

Santos (2015), ao refletir sobre aspectos materiais e políticos do mundo atual, destaca três faces daquilo que denominamos como globalização: a “globalização como fábula”, a “globalização como perversidade” e uma “outra globalização”, atrelada ao que o mundo pode vir a ser. A fábula da globalização associa-se à ideia de que o mundo está se tornando cada vez menor e mais acessível a todos, contudo,

um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. Há uma busca de uniformidade, ao serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido,

tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal. (SANTOS, 2015, p. 19)

Ou seja, por meio da máscara da uniformidade, as diversidades são ocultadas, silenciando aqueles atores sociais que trazem discursos avessos ao hegemônico.

Para pensarmos a globalização perversa, temos que pensar que a

Perversidade sistêmica que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas. Todas essas mazelas são direta ou indiretamente imputáveis ao presente processo de globalização. (SANTOS, 2015, p. 20)

Dessa forma, a globalização existe e se mantém a partir do agravamento das distinções entre as camadas sociais, para garantir a hegemonia de determinados grupos sobre os outros. Contudo, o autor destaca uma alternativa, denominada como “outra globalização”, mais humana, verificada, no plano empírico pelo reconhecimento de

um certo número de fatos novos indicativos da emergência de uma nova história. O primeiro desses fenômenos é a enorme mistura de povos, raças, culturas, gostos, em todos os continentes. A isso se acrescenta, graças aos progressos da informação, a ‘mistura’ de filosofias, em detrimento do racionalismo europeu. Outro dado [...] é a produção de uma população aglomerada em áreas cada vez menores, o que permite um ainda maior dinamismo àquela mistura entre pessoas e filosofias. [...] Trata-se da existência de uma verdadeira sociodiversidade, historicamente muito mais significativa que a própria biodiversidade. Junte-se a esses fatos a emergência de uma cultura popular que se serve dos meios técnicos antes exclusivos da cultura de massas, permitindo-lhe exercer sobre essa última uma verdadeira revanche ou vingança. (SANTOS, 2015, p. 20-21)

E, no plano teórico,

o que verificamos é a possibilidade de produção de um novo discurso, de uma nova metanarrativa, um novo grande relato. Esse novo discurso ganha relevância pelo fato de que, pela primeira vez na história do homem, se pode constatar a existência de uma universalidade empírica. (SANTOS, 2015, p. 21)

A partir dessas reflexões, podemos entender a resistência existente em relação ao discurso afrocentrado, uma vez que ele ameaça a hegemonia das filosofias e do racionalismo europeu/eurocêntrico, daí a importância de dificultar o acesso aos meios de cultura popular e o seu alcance, a fim de evitar a “revanche” – sob a forma de nova metanarrativa – da população negra brasileira. Os novos discursos põem em xeque a existência de um discurso único, naturalizado como universal, inquestionável e verdadeiro.

Por mais que se busque esconder a verdadeira e perversa face da globalização sob uma máscara de uniformidade que assume uma forma e, para isso, exclui todas as demais possibilidades e diversidades, o cenário apresentado sugere, cada vez mais, a ocorrência de

uma dupla tirania, a do dinheiro e a da informação, intimamente relacionadas. Ambas, juntas, fornecem as bases do sistema ideológico que legitima as ações mais

características da época e, ao mesmo tempo, buscam conformar segundo um novo *ethos* as relações sociais e interpessoais, influenciando o caráter das pessoas. (SANTOS, 2015, p. 37)

No campo da literatura e das artes como um todo, tal tirania revela-se de modo mais sutil, podendo ser percebida pelos silenciamentos de algumas camadas sociais – no caso específico desta pesquisa, referimo-nos à população negra brasileira, contudo, é possível percebermos mecanismos semelhantes operando na exclusão dos demais grupos sistemicamente marginalizados – e de sua ausência nos meios de prestígio e dos grandes conglomerados editoriais e editoras.

Ao pensarmos nos dados obtidos e na concentração de publicações em determinadas cidades, podemos questionar em que medida os elevados custos de distribuição (o que dificulta o acesso às obras, a formação de público leitor e, como consequência, a formação de autores), além da concentração de livrarias, sebos e bibliotecas nas grandes capitais resulta da tirania imposta pelo dinheiro, que define quem terá acesso a qual informação.

De fato, a tirania da informação e a tirania do dinheiro

são duas violências centrais, alicerces do sistema ideológico que justifica as ações hegemônicas e leva ao império das fabulações, a percepções fragmentadas e ao discurso único do mundo, base dos novos totalitarismos – isto é, globalitarismos – a que estamos assistindo. [...] nas condições atuais, as técnicas de informação são principalmente utilizadas por um punhado de atores em função de seus objetivos particulares. Essas técnicas de informação (por enquanto) são apropriadas por alguns Estados e por algumas empresas, aprofundando assim os processos de criação de desigualdades. É desse modo que a periferia do sistema capitalista acaba se tornando mais periférica, seja porque não dispõe totalmente dos novos meios de produção, seja porque lhe escapa a possibilidade de controle. (SANTOS, 2015, p. 38-39)

Dessa forma, vislumbrando o mercado editorial brasileiro a partir desse ponto de vista, ainda que se ampliem os parques gráficos existentes, permanecerão os mecanismos de controle da informação, desde a escolha do produtor da informação até seu alcance. O leitor só pode selecionar o que lerá a partir do que lhe é disponibilizado, em escolhas que já são resultados de escolhas anteriores, que fogem ao seu controle, e é deste modo que, por mais que observemos o aumento da oferta de títulos, o controle sobre a informação persiste por meio do controle sobre os discursos.

2.4.3 Estado e cultura: o impacto das políticas públicas na concentração cultural

Além do controle sobre a informação e os discursos, ao refletirmos acerca da distribuição das publicações individuais de poesia negra/afro-brasileira pelo país, é importante observarmos também como as políticas públicas de incentivo à cultura e as verbas destinadas às manifestações culturais são distribuídas geograficamente.

Antônio Albino Canelas Rubim (2007), ao ponderar sobre a história das políticas culturais no Brasil, aponta que ela pode ser “condensada pelo acionamento de expressões como: autoritarismo, caráter tardio, descontinuidade, desatenção, paradoxos, impasses e desafios” (RUBIM, 2007, p. 11), partindo do conceito de políticas culturais como “pelo menos: intervenções conjuntas e sistemáticas; atores coletivos e metas” (*ibidem*, p. 13), o autor destaca que as políticas culturais foram implementadas tardiamente no Brasil. Rubim (2007) toma como marco da implementação de tais políticas no país a década de 1930, durante a Era Vargas; é durante esse período que,

pela primeira vez, o estado nacional realizava um conjunto de intervenções na área da cultura, que articulava uma atuação “negativa” – opressão, repressão e censura próprias de qualquer ditadura – com outra “afirmativa”, através de formulações, práticas, legislações e (novas) organizações de cultura. (RUBIM, 2007, p. 16)

Devemos ressaltar que “a política cultural implantada valorizava o nacionalismo, a brasilidade, a harmonia entre as classes sociais, o trabalho e o caráter mestiço do povo brasileiro” (RUBIM, 2007, p. 17), de modo que podemos observar, pelos aspectos destacados na política cultural implantada e em como o Estado atuava negativa e afirmativamente, a importância das manifestações culturais para a formação de uma identidade nacional e como o Estado intervia para estabelecer qual a identidade almejada. Ou seja, a gênese da política cultural brasileira mescla-se com as políticas de branqueamento e apagamento das culturas indígenas e negras.

Por fim, Rubim (2007) afirma que

a gestão inauguradora de Vargas/Capanema cria uma outra e difícil tradição no país: a forte relação entre governos autoritários e políticas culturais. Ela irá marcar de modo substantivo e problemático a história brasileira das políticas culturais nacionais. (RUBIM, 2007, p. 18)

O que podemos perceber nos períodos posteriores, principalmente durante os anos de 1945 a 1964, uma vez que o

desenvolvimento da cultura brasileira que acontece no período, em praticamente todas as suas áreas – arquitetura, artes plásticas, ciência, cinema, cultura popular, dança, fotografia, humanidades, literatura, música, rádio, teatro etc – não tem qualquer correspondência com o que ocorre nas políticas culturais do Estado brasileiro. [...] Para não reter apenas o silêncio, cabe lembrar algumas ações pontuais do período democrático. A instalação do Ministério da Educação e Cultura, em 1953; a expansão das universidades públicas nacionais; a Campanha de Defesa do Folclore e a criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), órgão vinculado ao MEC. (RUBIM, 2007, p. 18)

Para além dos esforços públicos, articulam-se centros de cultura em geral associados à União Nacional dos Estudantes e mais atrelados à população universitária, o que dificulta o acesso de grande parte da população brasileira, que não possui condições de acesso às universidades.

Ainda durante esse período, é importante destacar o método pedagógico de Paulo Freire, que surge por meio do Movimento de Cultura Popular, na cidade de Recife e, posteriormente, no estado de Pernambuco, tendo apoio municipal e estadual de Miguel Arraes. Este movimento e diversos outros movimentos culturais são, no entanto, desarticulados e, muitas vezes, proibidos com a instauração do regime militar em 1964.

Instalada a ditadura no Brasil, em 1964, Rubim (2007) ressalta que as políticas culturais são retomadas, associando-se aos ideais adotados pelo governo. Para o autor, o cenário pode ser entendido a partir de três momentos distintos. No primeiro deles, de 1964 a 1968,

além da violência, a ditadura age estimulando a transição que começa a se operar nestes anos com a passagem da predominância de circuito cultural escolar-universitário para um dominado por uma dinâmica de cultura midiaticizada. Com este objetivo, a instalação da infraestrutura de telecomunicações; a criação de empresas com a Telebrás e a Embratel e a implantação de uma lógica de indústria cultural são realizações dos governos militares, que controlam rigidamente os meios audiovisuais e buscam integrar simbolicamente o país, de acordo com a política de “segurança nacional”. (RUBIM, 2007, p. 20)

Percebemos, então, a importância das produções culturais para “validar” ou “naturalizar” os discursos vigentes. Ainda que fossem toleradas algumas manifestações culturais contrárias ao regime vigente, tais manifestações partiam das classes médias, que compunham os movimentos culturais de esquerda em sua maioria; desse modo, o controle sobre o que era veiculado na grande mídia – e mesmo a construção de uma grande mídia para veiculação de produções culturais condizentes com o discurso vigente – revela os esforços para naturalizar determinado discurso em grande escala.

O segundo momento apontado pelo autor refere-se ao final de 1968 até o ano de 1974, é

o mais brutal da ditadura, é dominado pela violência, prisões, tortura, assassinatos e censura sistemática bloqueando toda a dinâmica cultural anterior. Época de vazio cultural, apenas contrariado por projetos culturais e estéticas marginais, marcado pela imposição crescente de uma cultura midiática controlada e reprodutora da ideologia oficial, mas tecnicamente sofisticada, em especial no seu olhar televisivo. (RUBIM, 2007, p. 21)

Ou seja, ainda que se intensifiquem a censura e a truculência, o investimento em produções culturais sofisticadas continua, explicitando o papel da cultura midiática como veículo de propaganda do governo, capaz de, até mesmo, influenciar no modo como a população irá perceber a própria realidade em que está imersa, além de reforçar o discurso único, favorável ao governo.

O terceiro período inicia-se em 1974 e estende-se até o final da ditadura militar, em 1985:

tal período se caracteriza pela “distensão lenta e gradual” (General Geisel) e pela “abertura” (General Figueiredo). Isto é, por uma longa transição cheia de altos e baixos, avanços e recuos, controles e descontroles. A violência diminui e o regime passa a ter inúmeras iniciativas nas áreas política e cultural. A tradição da relação entre autoritarismo e políticas culturais é retomada em toda sua amplitude. O regime para realizar a transição sob sua hegemonia busca cooptar os profissionais da cultura, inclusive através da ampliação de investimentos na área. Pela primeira vez o país terá um Plano Nacional de Cultura (1975) e inúmeras instituições culturais são criadas. Dentre elas: Fundação Nacional das Artes (1975), Centro Nacional de Referência Cultural (1975), Conselho Nacional de Cinema (1976), RADIOBRÁS (1976), Fundação Pró-Memória (1979). (RUBIM, 2007, p. 21)

Ainda que não estejamos falando, neste momento, de um período democrático, é possível perceber certa renovação no modo de pensar as políticas culturais. Contudo, cabe destacar a forte ligação estabelecida entre a cultura midiática e os moldes de um regime autoritário. Como Rubim (2007, p. 23) aponta, o “fosso entre as políticas culturais nacionais e o circuito cultural” dominante no país permanece, ainda que findada a ditadura no Brasil tenha havido a criação do Ministério da Cultura.

Para o autor, os governos seguintes – José Sarney (1985-1989), Collor de Melo (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994) –, que compreendem a transição do regime ditatorial para o regime democrático, são marcados por instabilidade no que diz respeito às políticas públicas voltadas para a cultura. Além da constante troca de responsáveis maiores pela cultura, o período também foi marcado pela adoção de medidas neoliberais, principalmente ao longo do governo Collor, que culminou com a redução do Ministério da Cultura a uma Secretaria e a extinção de vários dos órgãos criados anteriormente, substituídos por iniciativas de mercado.

Vale destacarmos, nessa transição de governo, a criação da primeira lei de incentivos fiscais para financiar a cultura, em 1986, denominada posteriormente como Lei Sarney. Por meio dessa lei, “o próprio Estado propunha que os recursos fossem buscados pretensamente no mercado, só que o dinheiro em boa medida era público, decorrente do mecanismo de renúncia fiscal” (RUBIM, 2007, p. 24), de forma que, “o Estado aparentemente cresce, mas o mercado ganha poder de decisão” (*ibidem*, p. 25).

Ainda que a Lei Sarney tenha sido extinta ao final de seu governo, deu origem a outra lei de incentivo, a Lei Rouanet, até hoje vigente, marcando uma lógica que se torna peça-chave no financiamento cultural brasileiro e se expande para os estados, municípios, legislações e mesmo o modo de se pensar a cultura no Brasil. Chegamos, aqui, a um ponto nevrálgico para a compreensão da concentração cultural brasileira – ao menos no que diz respeito à distribuição

de verbas públicas para incentivo à cultura – e, conseqüentemente, da distribuição geográfica das produções de literatura negra/afro-brasileira.

A Lei nº 8.313, de dezembro de 1991, também conhecida como Lei Federal de Incentivo à Cultura, ou Lei Rouanet, é atualmente o principal mecanismo de apoio e fomento à cultura no Brasil e funciona da seguinte maneira: o produtor ou agente cultural – pessoa física ou jurídica – que pretende se valer da Lei propõe um projeto de acordo com os editais vigentes e

Quem destina os recursos aos projetos aprovados pela Lei Rouanet é a sociedade civil – pessoas físicas e empresas que decidem patrocinar os projetos recebendo em troca a possibilidade de abatimento de parte ou da totalidade do valor patrocinado do Imposto de Renda a pagar. Para pessoas físicas, o limite da dedução é de 6% do IR a pagar; para pessoas jurídicas, 4%.

Isso significa que, ao ter um projeto aprovado pelo Secretaria Especial da Cultura, o produtor cultural ainda tem que sair em busca de patrocínio para garantir os recursos. Um projeto pode ter valor aprovado de R\$ 100 mil e não conseguir patrocínio nenhum, ou seja, não captar nada, nenhum recurso. O valor aprovado do projeto, portanto, não é o que ele vai receber, de fato. O que conta mesmo é o valor captado.

A renúncia fiscal do governo federal com a cultura, ou seja, o que ele deixa de receber de Imposto de Renda, equivale a apenas 0,64% do total de incentivos concedidos em nível federal.²¹

Ou seja, em nossa principal lei de incentivo à cultura podemos perceber a explicitação da tirania do dinheiro, aqui pela forma da mão do Mercado, atuando sobre a cultura e, por que não dizer, sobre a informação. Estando o patrocínio sujeito à aprovação de empresas e pessoas físicas, os produtores culturais devem adequar seus discursos e propostas aos interesses de tais parcelas populares, sob o risco de não conseguirem materializar seus projetos.

Outra face dessa realidade apresenta-se quando refletimos acerca do Produto Interno Bruto (PIB) dos estados brasileiros. Sendo o PIB a soma de todas as riquezas produzidas em um dado território durante um determinado tempo, e a captação de recursos pela Lei Rouanet a cargo dos produtores e agentes culturais interessados, é justo pensarmos que, havendo a concentração de riquezas em determinadas regiões do território brasileiro, haverá a concentração de recursos destinados a produções culturais.

De fato, segundo dados do IBGE,

²¹ Informações disponíveis no *site* Oficial da Secretaria Especial da Cultura: <http://cultura.gov.br/editais-e-apoios/lei-rouanet/>. Acesso em: 02 mar. 2019.

Tabela 5 - Participação percentual e posição relativa do PIB das Unidades da Federação no PIB do Brasil (2002-2016)

Unidades da Federação	Produto Interno Bruto									
	2012		2013		2014		2015		2016	
	Participação(%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa						
São Paulo	32,4	1°	32,2	1°	32,2	1°	32,4	1°	32,5	1°
Rio de Janeiro	11,9	2°	11,8	2°	11,6	2°	11,0	2°	10,2	2°
Minas Gerais	9,2	3°	9,2	3°	8,9	3°	8,7	3°	8,7	3°
Rio Grande do Sul	6,0	4°	6,2	5°	6,2	4°	6,4	4°	6,5	4°
Paraná	5,9	5°	6,3	4°	6,0	5°	6,3	5°	6,4	5°
1ª a 5ª posição	65,4		65,6		64,9		64,7		64,4	
Bahia	3,8	7°	3,8	7°	3,9	7°	4,1	7°	4,1	6°
Santa Catarina	4,0	6°	4,0	6°	4,2	6°	4,2	6°	4,1	7°
Distrito Federal	3,4	8°	3,3	8°	3,4	8°	3,6	8°	3,8	8°
Goiás	2,9	9°	2,8	9°	2,9	9°	2,9	9°	2,9	9°
Pernambuco	2,7	10°	2,6	10°	2,7	10°	2,6	10°	2,7	10°
Ceará	2,0	13°	2,0	13°	2,2	12°	2,2	12°	2,2	11°
Pará	2,2	12°	2,3	11°	2,2	13°	2,2	11°	2,2	12°
Mato Grosso	1,7	14°	1,7	14°	1,8	14°	1,8	14°	2,0	13°
Espírito Santo	2,4	11°	2,2	12°	2,2	11°	2,0	13°	1,7	14°
Mato Grosso do Sul	1,3	16°	1,3	16°	1,4	16°	1,4	16°	1,5	15°
Amazonas	1,5	15°	1,6	15°	1,5	15°	1,4	15°	1,4	16°
Maranhão	1,3	17°	1,3	17°	1,3	17°	1,3	17°	1,4	17°
Rio Grande do Norte	1,0	18°	1,0	18°	0,9	18°	1,0	18°	1,0	18°
Paraíba	0,9	19°	0,9	19°	0,9	19°	0,9	19°	0,9	19°

Alagoas	0,7	20°	0,7	20°	0,7	20°	0,8	20°	0,8	20°
Piauí	0,6	23°	0,6	22°	0,7	21°	0,7	21°	0,7	21°
Rondônia	0,6	22°	0,6	23°	0,6	23°	0,6	23°	0,6	22°
Sergipe	0,7	21°	0,7	21°	0,6	22°	0,6	22°	0,6	23°
Tocantins	0,4	24°	0,4	24°	0,5	24°	0,5	24°	0,5	24°
Amapá	0,2	25°	0,2	25°	0,2	26°	0,2	25°	0,2	25°
Acre	0,2	26°	0,2	26°	0,2	25°	0,2	26°	0,2	26°
Roraima	0,2	27°	0,2	27°	0,2	27°	0,2	27°	0,2	27°
6ª a 27ª posição	34,6		34,4		35,1		35,3		35,6	

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.²²

Ressaltamos que optamos por apresentar apenas os dados referentes aos anos de 2012 a 2016, pois a situação não teve alterações profundas e o cenário destes anos é o suficiente para situar o nosso leitor, contudo, nas fontes consultadas, é possível encontrarmos os dados referentes aos anos de 2002 a 2011. Ainda que haja oscilações, os cinco estados com maior participação no PIB do país – São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná – concentram, juntos, mais da metade do total nacional.

Nos dados referentes à captação de recursos da Lei Rouanet, temos:

Tabela 6 - recursos captados por região (1993-2018)

Região	Total de recursos captados	%
Sudeste	R\$ 13.920.906.906,12	79,52%
Sul	R\$ 2.033.878.155,21	11,62%
Nordeste	R\$ 954.336.158,45	5,45%
Centro-Oeste	R\$ 450.947.949,21	2,58%
Norte	R\$ 145.519.775,11	0,83%
Brasil	R\$ 17.505.588.944,10	100%

Fonte: Elaboração a partir de dados obtidos em: MinC. Salic Net, 2018.²³

²² Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23038-contas-regionais-2016-entre-as-27-unidades-da-federacao-somente-roraima-teve-crescimento-do-pib>. Acesso em: 02 mar. 2019.

²³ Disponível no site da Confederação Nacional de Municípios: <https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/ESTUDO%20T%C3%89CNICO%20CONCENTRA%C3%87%C3%83O%20INCENTIVO%20FISCAL%20ROUANET.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2019.

Tabela 7 - Recursos captados por região (2016-2018)

Região	2016	%	2017	%	2018	%
Sudeste	R\$ 924.633.930,58	80,49%	R\$ 937.410.857,28	78,85%	R\$ 265.627.103,68	74,35%
Sul	R\$ 147.670.945,94	12,86%	R\$ 162.664.720,98	13,68%	R\$ 54.958.586,35	15,38%
Nordeste	R\$ 50.923.576,21	4,43%	R\$ 57.756.504,83	4,86%	R\$ 24.290.046,64	6,80%
Centro-Oeste	R\$ 18.692.983,67	1,63%	R\$ 20.070.837,10	1,69%	R\$ 9.488.943,73	2,66%
Norte	R\$ 6.766.780,37	0,59%	R\$ 11.006.977,77	0,93%	R\$ 2.883.465,77	0,81%
Brasil	R\$ 1.148.688.216,77	100%	R\$ 1.188.909.897,96	100%	R\$ 357.248.146,17	100%

Fonte: Elaboração a partir de dados obtidos em: MinC. Salic Net, 2018.²⁴

Ou seja, no último ano, a região Sudeste do Brasil foi responsável por captar mais de 74% dos recursos referentes à Lei Rouanet, cenário que não se altera considerando o compilado do histórico da lei no país. Mais uma vez, vemos a estreita relação entre os campos econômico e cultural e, considerando o histórico das políticas públicas no Brasil, a tirania entre o dinheiro e a informação não surpreende.

Além da consequência mais explícita dessa subordinação do campo cultural ao campo econômico, outro desdobramento possível – e este terá impacto mais direto sobre a produção individual de livros de poesia negra/afro-brasileira – é a formação de autores e criação de um público leitor/receptor. Para pensarmos a produção e o consumo de literatura e demais bens simbólicos, temos que pensar no acesso ao capital simbólico, nitidamente concentrado em determinados estados brasileiros, localizados na região Sudeste, principalmente. As produções culturais não devem se subordinar única ou majoritariamente ao mercado, o que impede a materialização e circulação dos discursos avessos à sua lógica.

2.4.4 Movimentos negros

Outra leitura que os dados obtidos nos permitem associa-se ao desenvolvimento de uma nova globalização, no sentido apresentado por Milton Santos, ainda que em menor escala, pois as publicações inventariadas representam, cada uma delas e todas elas, rupturas com as tiranias impostas, subversão das técnicas e formas de resistência dos grupos marginalizados.

²⁴ Disponível no *site* da Confederação Nacional de Municípios: <https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/ESTUDO%20T%C3%89CNICO%20CONCENTRA%C3%87%C3%83O%20INCENTIVO%20FISCAL%20ROUANET.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2019.

Como já pontuado em diversos momentos deste trabalho, mas sempre passível de destaque, iniciativas coletivas negras foram importantes armas utilizadas no combate imposto pela tirania do dinheiro e da informação, especialmente aquelas dedicadas a garantir o acesso da população negra à educação formal e a criação e gestão de uma imprensa negra, pois, “em alguns momentos do desenvolvimento da instrução pública, em diversas províncias, foi oficialmente negado o acesso da população negra às instituições escolares” (ALMEIDA; SANCHEZ, 2016, p. 236), sendo o acesso da população negra aos meios de formação educacional e acesso à informação garantidos por meio de movimentos associativos de homens de cor, embriões do Movimento Negro.

A respeito das associações negras, é importante destacar o importante panorama traçado por Petrônio Domingues (2007), que aponta a existência 123 associações negras em São Paulo (SP), entre 1907 e 1937; 72 em Porto Alegre (RS), de 1889 a 1920, e 53 em Pelotas (RS), entre 1888 e 1929.

Destacamos, ainda, o importante trabalho de Ana Flávia Magalhães Pinto (2010) sobre a Imprensa Negra, constituída por jornais “que traziam denúncias de discriminação de ordem racial, escritos por homens livres mulatos, partos – negros, portanto. Dirigidas a outros cidadãos que teriam a mesma aparência dos redatores [...] e pretendiam contribuir para a solução de problemas enfrentados por aquelas pessoas” (PINTO, 2010, p. 17), sendo eles, conforme indica a autora (2010, p. 17-18), *O Homem de Cor ou O Mulato, Brasileiro Parto, O Cabrito e o Lafuente*, do Rio de Janeiro (RJ); *O Homem: Realidade Constitucional ou Dissolução Social*, de Recife (PE); *A Pátria – Órgão dos Homens de Cor* e *O Progresso – Órgão dos Homens de Cor*, de São Paulo (SP); *O Exemplo*, de Porto Alegre (RS). A esses dados, acrescentamos *O Combate, O Menelick, O Bandeirante, O Alfinete, A Liberdade* e *A Sentinela*, que circularam em São Paulo (SP); *O Baluarte* e *O Getulino*, criados em Campinas (SP); *o Raça*, criado em Uberlândia (MG); *o União*, fundado em Curitiba (PR); e *o Alvorada*, criado em Pelotas (RS), apontados por Domingues (2010).

Todas essas iniciativas coletivas ocorreram entre os anos de 1889 e 1937, período durante o qual foi fundada, no estado de São Paulo, a Frente Negra Unificada, talvez a mais importante instituição negra brasileira criada na primeira metade do século XX e que, como ressalta Domingues (2007, p. 106), possuía “‘delegações’ – espécie de filiais – e grupos homônimos em diversos estados: Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Bahia”.

No período de 1938 a 1964, Domingues (2007) aponta o surgimento da União dos Homens de Cor, importante e complexa organização fundada no Rio de Janeiro e que na

segunda metade da década de 1940 já contava com “sucursal ou possuía representantes em pelo menos 10 Estados da Federação: Minas Gerais, Santa Catarina, Bahia, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo, Piauí e Paraná” (DOMINGUES, 2007, p. 108) e a inauguração do Teatro Experimental do Negro, fundado no Rio de Janeiro.

Evidencia-se que essas não eram as únicas organizações negras do período, mas as que adquiriram mais visibilidade.

Além deles, articulou-se o Conselho Nacional das Mulheres Negras, em 1950. Em Minas Gerais, foi criado o Grêmio Literário Cruz e Souza, em 1943; e a Associação José do Patrocínio, em 1951. Em São Paulo, surgiram a Associação do Negro Brasileiro, em 1945, a Frente Negra Trabalhista e a Associação Cultural do Negro, em 1954, com inserção no meio negro mais tradicional. No Rio de Janeiro, em 1944, ainda veio a lume o Comitê Democrático Afro-Brasileiro – que defendeu a convocação da Assembléia Constituinte, a Anistia e o fim do preconceito racial –, entre dezenas de outros grupos dispersos pelo Brasil. (DOMINGUES, 2007, p. 109)

O autor aponta ainda que

a imprensa negra ganhou novo impulso, com a publicação de diversos jornais de protesto pelo país. Em São Paulo, surgiram *o Alvorada*, *O Novo Horizonte*, *Notícias de Ébano*, *O Mutirão*, *Níger*; em Curitiba, *o União*; no Rio de Janeiro, *o Redenção* e *A Voz da Negritude*. Registrou-se, ainda, o aparecimento da revista *Senzala*, em São Paulo. (DOMINGUES, 2007, p. 110)

Em virtude do regime militar estabelecido no Brasil, o movimento negro foi enfraquecido a partir da segunda metade da década de 1960, retomando seu fôlego em 1978, com o surgimento do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, fundado em São Paulo e,

concomitante à reorganização das entidades negras, registrou-se a volta da imprensa negra. Alguns dos principais jornais desse período foram: SINBA, *Africus*, *Nizinga*, no Rio de Janeiro (RJ); *Jornegro*, *O Saci*, *Abertura*, *Vissungo*, em São Paulo (SP); *Pixaim*, em São José dos Campos (SP); *Quilombo*, em Piracicaba (SP); *Nêgo*, em Salvador (BA); *Tiçã*, no Rio Grande do Sul, além da revista *Ébano*, em São Paulo (SP). (DOMINGUES, 2007, p. 114)

Como percebemos, a distribuição das obras individuais de poesia negra/afro-brasileira pelo território brasileiro confunde-se com as cidades em que, além de haver disponibilidade de tecnologias e ferramentas que viabilizavam a materialização do discurso em impresso, o movimento negro conseguiu se estabelecer mediante iniciativas coletivas, que buscavam integrar a população negra brasileira marginalizada à esfera social, combatendo o racismo em todas as suas formas. Vemos, assim, a possibilidade de apropriar-se dos mecanismos de controle para resistir às tiranias impostas pela almejada globalização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil é um país de dimensões continentais e sua grandeza não se restringe ao tamanho territorial, diz respeito também à pluralidade cultural aqui existente. Essa pluralidade cultural também se reflete nas manifestações artísticas e, ao longo deste trabalho, detivemo-nos nos desdobramentos da pluralidade cultural no interior do campo literário brasileiro. Apesar de toda a diversidade cultural existente, o que conhecemos como Literatura Brasileira é composto por um conjunto de obras canonizadas e que apresentam valores estéticos e discursivos que não refletem essa pluralidade cultural, étnica e discursiva.

Ao pensarmos a Literatura Negra/Afro-brasileira como um dos diversos microcampos que compõem o grande campo literário brasileiro, percebemos que ela se situa à margem da Literatura Brasileira, oficial e canonizada, devido ao modo como os processos de legitimação e canonização operam para que alguns sujeitos não tenham acesso ao campo central, oficial, impresso, ensinado nas escolas e reproduzido exhaustivamente.

O principal desses mecanismos é o racismo à brasileira, uma das bases que estruturou nossa sociedade tal como a conhecemos e que, de forma sutil e cruel, afastou o sujeito negro das esferas de poder – simbólico, político e econômico –, a fim de construir um Brasil branco: discursiva, fenotípica e culturalmente. Sem acesso aos meios de poder e legitimação, como seria possível ao indivíduo negro construir e manter uma tradição letrada?

Esse questionamento levou-nos a este trabalho, que se deteve nos aos mecanismos de resistência, em geral criados e mantidos pela comunidade negra e pelos diversos movimentos negros existentes no país. Os dados obtidos e seus desdobramentos, nos indicam que a criação e a manutenção de uma literatura negra/afro-brasileira deve-se, em grande medida, à atuação de associações negras (coletivos, clubes, agremiações ou similares), que lutaram para que o acesso a bens básicos como liberdade, saúde, alimentação, moradia e educação fossem garantidos à população negra. Desse modo, mesmo durante o período escravista, temos organizações negras dedicadas a ensinar os sujeitos escravizados a ler e escrever, e, quando tal grau de autonomia não era possível, liam para esses sujeitos as produções da Imprensa Negra, também fundadas e mantidas por indivíduos negros.

A Imprensa Negra, citada anteriormente, foi um dos outros mecanismos de resistência criada por autores negros que, não possuindo um veículo de informação que tratasse de assuntos relevantes a sua existência e interesses, dedicaram-se à criação desses veículos. Por meio da imprensa negra, a história do negro brasileiro ganha letras, papel e pode ser materializada. Muitos dos autores que, posteriormente, escreveram livros individuais de poesia negra/afro-

brasileira, como Francisco de Paula Brito e Machado de Assis, participaram ativamente da criação e manutenção da imprensa negra, evidenciando o seu importante caráter como formador de uma tradição letrada negra no Brasil.

Esse modo de organização das letras negras estende-se para os editores independentes negros que, por meio de pequenas editoras, selos editoriais e edições próprias, lutam pela promoção da bibliodiversidade no campo editorial e literário brasileiro. Equilibrando seu capital simbólico com os interesses e as exigências do mercado, é pela atuação desses editores, que muitas vezes são também autores, que a literatura negra/afro-brasileira consegue se materializar como livro impresso e circular pelo país, questionando o lugar da literatura negra/afro-brasileira no interior da literatura brasileira e os padrões estéticos e discursivos vigentes.

. E, observando como o campo literário estabelece relações com outros campos, como o campo econômico e o campo político, conseguimos perceber que o abismo existente entre a materialização e a circulação das obras também é um dos dificultadores encontrados para a democratização ao acesso às obras literárias de poesia negra/afro-brasileira e, como consequência, à formação de um público leitor e de autores. Por meio da manutenção de zonas centrais e periféricas ao longo do país pela concentração de renda em algumas regiões, especialmente a região Sudeste brasileira, temos a concentração de obras, autores e editoras/editores em determinados estados. Reflexão que nos faz questionar o impacto das relações entre o acesso à informação e a concentração geográfica até mesmo na disponibilidade de obras para compor os nossos inventários de publicações, uma vez que, dado o cenário percebido, é possível que discursos materializados em pequenas cidades, comercializados em pequenos saraus ou outros eventos voltados para a circulação de poesias, muitas vezes editados pelos próprios autores ou por pequenas editoras, não sendo disponibilizados fora dos limites daquela comunidade. Sem o acesso à informação e à pluralidade discursiva, grande parte da população está sujeita aos discursos únicos, com *status* de verdade, dificultando uma nova compreensão de sua realidade e o questionamento e a afirmação de sua identidade.

Por mais expressiva e relevante que seja a atuação dos movimentos negros e, em especial, dos autores-editores negros, é urgente discutirmos a criação de políticas públicas que garantam a bibliodiversidade no campo literário e editorial brasileiro e, ainda, que isso se reflita nos ambientes educacionais, verdadeiras esferas de legitimação. Também urge pensarmos nas dinâmicas sociais existentes e que perpassam a própria literatura negra/afro-brasileira, refletindo em suas produções, muitas delas não abordadas nessa pesquisa, dedicada a traçar um panorama da literatura negra/afro-brasileira, exemplo disso é a ainda pequena expressividade

de poetas, do gênero feminino, publicando obras individuais de poesia negra/afro-brasileira e, acreditamos, literatura negra/afro-brasileira em seus demais gêneros literários, reflexo do machismo e patriarcalismo existente na constituição de nossa sociedade, tema que merece estudo minucioso em nossas próximas pesquisas.

O fazer literário é um ato de poder, uma forma de existir enquanto sujeito e atuar socialmente, seja para manter o estado de coisas, seja para questioná-lo e modificá-lo. Quando pensamos na literatura negra/afro-brasileira como um dos diversos microcampos da literatura brasileira, percebemos que seu surgimento e sua manutenção são resultado das ações de sujeitos que, por sua organização e luta, desafiam o lugar social a eles destinado, afirmando sua identidade e escrevendo a própria história. Ainda que as lutas a serem travadas no interior do campo literário para legitimação, reconhecimento e canonização de tais produções sejam longas, é importante dedicarmo-nos a entender sua trajetória.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Márcia. Duzentos anos: os primeiros livros brasileiros. In: ABREU, Márcia; BRAGANÇA, Aníbal (Org.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Ed. Unesp, 2010. p. 41-66.
- ABREU, Márcia; BRAGANÇA, Aníbal (Org.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.
- ALMEIDA, Marco Antônio Bettine de; SANCHEZ, Livia. Os negros na legislação educacional e educação formal no Brasil. *Revista Eletrônica de Educação*, v. 10, n. 2, p. 234-246, 2016.
- BARCELLOS, Marília de Araújo. As pequenas e médias editoras diante do processo de concentração: oportunidades e nichos. In: ABREU, Márcia; BRAGANÇA, Aníbal (Org.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Ed. Unesp, 2010. p. 317-330.
- BERND, Zilá. *Introdução à literatura negra*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BERND, Zilá. *Literatura e identidade nacional*. Porto Alegre: Síntese Universitária, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. Campo intelectual e projeto criador. In: POUILLON, Jean (Org.). *Problemas do estruturalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BRAGANÇA, A. Sobre o editor: Notas para sua história. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 219-237, jul./dez. 2005.
- BRASIL. *Ato Institucional nº 5*, de 13 de dezembro de 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as constituições estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm. Acesso em: 21 mar. 2018.
- BRASIL. *Decreto-Lei nº 1.077*, de 26 de janeiro de 1970. Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1077.htm. Acesso em: 21 mar. 2018.
- BRASIL. *Lei nº 10.639*, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira",

e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 21 mar. 2018.

CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira*. Momentos Decisivos. 14. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2013.

CARVALHO, Jéssica Catherine Barbosa de. *Literatura e atitudes políticas: olhares sobre o feminino e antiescravidão na obra de Maria Firmino dos Reis*. 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários), Universidade Federal do Piauí: Teresina.

CUTI, Luiz Silva. *Literatura negro-brasileira*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

DALCASTAGNÈ, Regina. *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*. Rio de Janeiro; Vinhedo: Ed. UERJ; Horizonte, 2012.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo [on-line]*, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>. Acesso em 09 mai 2018.

DUARTE, Eduardo de Assis. Por um conceito de literatura afro-brasileira. *Revista Terceira Margem*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 113-138, jul./dez. 2010.

DUARTE, Eduardo de Assis; FONSECA, Maria Nazareth (Orgs.). *Literatura e afrodescendência no Brasil – Antologia crítica*. 4 v. Belo Horizonte: Editora UFMG. 4v. 2011.

EARP, Fábio Sá; KORNIS, George. *A economia da cadeia produtiva do livro*. Rio de Janeiro: BNDES, 2005.

FAILA, Zoraia (Org.). *Retratos da leitura no Brasil*. Rio de Janeiro: Sextante, 2016.

FERNANDES, Florestan. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Cortez, 1989.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário da Língua Portuguesa*. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. (Org.) *Brasil Afro-brasileiro*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Racismo e antirracismo no Brasil*. São Paulo: Ed. 34, 2009. 3ªed.

GUIMARÃES, Pablo. Bibliodiversidade. In: SILVA, Cidinha da (Org.). *Africanidades e relações raciais: insumos para políticas públicas na área do livro, leitura, literatura e bibliotecas no Brasil*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2014.

HALLEWELL, Lawrence. *O livro no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Edusp, 2012.

IANNI, Octavio. Literatura e consciência. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, Edição Comemorativa do Centenário da Abolição da Escravatura, n. 28, p. 91-99, 1988.

LÓPEZ WINNE, Hernán; MALUMIÁN, Víctor. *Independientes, ¿de qué?:* hablan los editores de América Latina. México: FCE, 2016.

MARTINS, Leda. Literatura e afro-descendência. In: PEREIRA, Edimilson de Almeida (Org.). *Um tigre na floresta de signos: estudos sobre poesia e demandas sociais no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010. p. 107-131.

NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Abdias do. *O quilombismo*. Petrópolis: Vozes, 1980.

OLIVEIRA, Laiana Lannes de. *A Frente Negra Brasileira: Política e Questão Racial nos anos 1930*. Dissertação (Mestrado) – UERJ, 2002.

OLIVEIRA, Luiz Henrique Silva de. *Negrismo: percursos e configurações em romances brasileiros do século XX (1928-1984)*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

OLIVEIRA, Luiz Henrique Silva de. Os quilombos editoriais como iniciativas independentes. *Aletria*, Belo Horizonte, v. 28, n. 4, p. 155-170, 2018.

OLIVEIRA, Luiz Henrique Silva de; RODRIGUES, Fabiane Cristine. Panorama editorial da literatura afro-brasileira através dos gêneros romance e conto. *Em Tese*, Belo Horizonte, v. 22, p. 90-107, 2017

PEREIRA, Edimilson. Panorama da literatura afro-brasileira. In *Callaloo*. V. 18. N. 4. John Hopkins University Press, 1995. Disponível em www.letras.ufmg.br/literafro, acesso em 17 de jul. de 2016.

PEREIRA, Edimilson de Almeida (Org.). *Um tigre na floresta de signos: estudos sobre poesia e demandas sociais no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Imprensa Negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010. (Coleção Consciência e Debate).

PROENÇA FILHO, Domício. A trajetória do negro na Literatura Brasileira. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 50, abr. 2004.

QUILOMBHOJE (Org.). *Reflexões sobre literatura afro-brasileira*. São Paulo: Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, 1985.

RAMOS, Gabriel Teixeira. Narrações de experiências urbanas por meio de *slams* de poesia de São Paulo. In: *Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*, 2017, São Paulo. Anais do XVII ENANPUR, São Paulo. Disponível em: http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%206/ST%206.2/ST%206.2-03.pdf. Acesso em 09 dez 2018.

REIMÃO, Sandra. Ditadura Militar e censura a livros: Brasil (1964-1985). In: ABREU, Márcia; BRAGANÇA, Aníbal (Org.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Ed. Unesp, 2010. p. 271-287.

RELATÓRIO da Comissão da Verdade referente à Perseguição à População e ao Movimento Negro. Disponível em: http://verdadeaberta.org/relatorio/tomo-i/downloads/I_Tomo_Parte_2_Perseguiçao-a-populacao-e-ao-movimento-negros.pdf. Acesso em: 20 out. 2015.

RIBEIRO, Ana Elisa. O que é e o que não é um livro: materialidades e processos editoriais. *Fórum Linguístico* (UFSC. Impresso), v. 9, p. 333-341, 2012.

RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. Academia Brasileira de Letras, patrocínio oficial e concursos literários durante a República Velha. In: ABREU, Márcia; BRAGANÇA, Aníbal (Org.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Ed. Unesp, 2010. p. 535-551.

RODRIGUES, Maria Mazarello. Relação da Mazza Edições com o poder público em seus 33 anos de existência. In: SILVA, Cidinha da (Org.). *Africanidades e relações raciais: insumos para políticas públicas na área do livro, leitura, literatura e bibliotecas no Brasil*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2014. p. 96-98.

ROSA, Flávia Garcia; TAVARES, Luis Guilherme Pontes. Apontamentos para a história do livro na Bahia. In: ABREU, Márcia; BRAGANÇA, Aníbal (Org.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Ed. Unesp, 2010. p. 221-233.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas (Org.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 12-36.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização*. 24. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SCHIFFRIN, André. O negócio dos livros: como as grandes corporações decidem o que você lê. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

SILVA FILHO, Hermógenes Almeida. Reflexões sobre literatura negra na realidade política brasileira. In: XAVIER, Arnaldo; CUTI; ALVES, Miriam (Org.). *Criação Crioula, Nu Elefante Branco*. São Paulo: IMESP, 1986. p. 31-50.

SOUZA E SILVA, Assunção de Maria. *Legados africanos na poesia de autores afro-brasileiros*. Disponível em: www.lettras.ufmg.br/literafr02/arquivos/.../ArtigoAssunçãoMaria1legadosafricanos.pdf. Acesso em: 12 out. 2017.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro* (edição revista e ampliada). Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019. E-book Kindle.

XAVIER, Arnaldo; CUTI; ALVES, Miriam (Org.). *Criação Crioula, Nu Elefante Branco*. São Paulo: IMESP, 1986.

YAKINI, Michel. Por aqui nunca faltou poesia. In: SILVA, Cidinha da (Org.). *Africanidades e relações raciais: insumos para políticas públicas na área do livro, leitura, literatura e bibliotecas no Brasil*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2014. p. 223-229.

APÊNDICE A - NÚMERO DE LIVROS AUTORAIS DE POESIA NEGRA/AFRO-BRASILEIRA PUBLICADOS POR AUTOR

Autor	Qtde.
Abdias Nascimento	1
Abelardo Rodrigues	3
Abílio Ferreira	1
Aciomar de Oliveira	2
Adão Ventura	6
Aline França	1
Allan da Rosa	1
Aloísio Resende	2
Alzira dos Santos Rufino	2
Ana Cruz	4
Anelito de Oliveira	5
Anizio Vianna	4
Antônio Vieira	3
Aristides Theodoro da Silva	4
Arlindo Veiga dos Santos	2
Arnaldo Xavier	3
Bernardino da Costa Lopes	7
Carlos Correia Santos	2
Carlos de Assumpção	2
Carolina Maria de Jesus	1
Cidinha da Silva	1
Conceição Evaristo	1
Cristiane Sobral	3
Cruz e Sousa	4
Cuti	8
Cyana Leahy-Dios	5
Domício Proença Filho	4
Edimilson de Almeida Pereira	19
Edson Lopes Cardoso	2
Eduardo de Oliveira	8
Éle Semog	4
Eliane Marques	2
Elio Ferreira	7
Estevão Maya-Maya	1
Fausto Antônio	3
Fernando Conceição	1
Francisco Maciel	1
Geni Guimarães	3

Gonçalves Crespo	1
Guellwaar Adún	1
Hermógenes Almeida	3
Ivan Cupertino	6
Jamu Minka	1
Jônatas Conceição	2
José Ailton Ferreira (Bahia)	8
José Carlos Limeira	4
José Endoença Martins	7
Jussara Santos	2
Lande Onawale	2
Lepê Correia (Severino Lepê Correia)	1
Lia Vieira (Eliana Vieira)	1
Lino Guedes	10
Lívia Natália	3
Lourdes Teodoro	5
Luiz Gama	1
Machado de Assis	3
Marcos A. Dias	3
Marcos Fabrício Lopes da Silva	3
Maria Firmina dos Reis	1
Maria Helena Vargas (M. Helena Vargas da Silveira)	1
Mel Duarte	2
Michel Yakini	1
Miriam Alves	2
Nei Lopes	2
Nelson Maca	1
Oliveira Silveira	9
Oswaldo de Camargo	3
Oubi Inaê Kibuko	5
Paula Brito, Francisco de	2
Paulo Colina (Paulo Eduardo de Oliveira)	3
Paulo Lins	1
Ricardo Dias	2
Rita Santana	2
Ronald Augusto	10
Salgado Maranhão	9
Santiago Dias	4
Sergio Ballouk	1
Solano Trindade	6
Waldemar Euzébio Pereira	4

Fonte: Elaboração própria, a partir do Literafro – Portal da Literatura Afro-Brasileira. Disponível em <http://www.letras.ufmg.br/literafro/>. Acesso em jan-mar 2017

APÊNDICE B - QUANTIDADE DE PUBLICAÇÕES POR PERÍODOS

Período	Qtde.
1859-1888	8
1889-1929	11
1930-1945	13
1946-1963	9
1964-1985	53
1986-2015	162
2016-2017	13
S/I	2
Total	271

Fonte: Elaboração própria, a partir do Literafro – Portal da Literatura Afro-Brasileira. Disponível em <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/>. Acesso em jan-mar 2017

APÊNDICE C - QUANTIDADE DE PUBLICAÇÕES POR CASA EDITORIAL

Editora	Qtde.
A. Melo	1
Abracadabra Edições	2
Achiamé	3
Agir	1
AMEOP	1
Aprés Coup - Escola de Poesia	1
Arte Literária	1
Artes Gráficas	1
Artium	1
Associação Cultural do Negro	1
Áurea	1
Blacktude	1
Butecanis Editora Cabocla	1
Cantos e Prantos Editora	1
Casa Pindahyba	2
Ciclo Contínuo Editorial	1
CL Edições	1
Clarindo Silva e Cia. Ltda., Tipografia São Judas Tadeu	1
Coleção Hendi	1
Confraria do Livro	1
Coordenadoria de Cultura do Estado de Minas Gerais	1
Corisco	1
Córrego	1
Cruzeiro do Sul	4
D’Lira	5
Demar	1
Edição do Autor	67
Edição do Grupo Pró-texto	1
Edições Cântaro	1
Edições Mariposa	2
Edições Oficina	1
Edições Toró	1
Editora Baraúnas	1
Editora Brasil	1
Editora Comunicação	2
Editora Cromos	1
Editora Éblis	2
Editora Fulgor	1
Editora G. Holman Ltda.	1

Editora Ijumaa	1
Editora Jalovi	1
Editora Lê	1
Editora Malê	2
Editora Patuá	1
Editora Poesias Escolhidas	1
Editora 7 Letras	7
Editora Teixeira	1
Editora Thesaurus	1
Editora 34	1
Editora UFMG	1
Editora UFRJ	1
Editus	2
Elo da Corrente Edições	1
Emcomum Estúdio Livre	1
Fauchon	1
Fundação Casa Dr. Blumenau	3
Garnier	3
Gráfica Bentivegnia	1
Grafline	1
Grupo Cero Brasil	1
Grupo Editorial Rainha Ginga	1
Imago	2
Impressões de Minas	2
Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia	1
José Olympio	1
Kikulakafi	1
Laemmert	1
Leo Christiano Editorial	1
Letra Capital	3
Letra Viva	1
Letras Contemporâneas	1
Litteris Editora	1
Livraria A. Campos	1
Lys Editora	1
Magalhães & Cia.	2
Mar	1
Mazza Edições	22
Me Parió Revolução	1
Mensageiro da Fé	1
Menthor Textual	1
Mórula	1
Na Função Produções Artísticas	1

Nandyala	2
Nova Safra	1
Obelisco	2
Ogum's Toques Negros	4
Orobó Edições	7
Prumo	1
Publicações e Publicidade	1
Quarto Setor Editorial	2
Quilombhoje	4
Rede Catitu Cultural	1
RIEX	1
Roswitha Kempf	3
S/I	12
Scortecci	9
Secretaria do Estado da Cultura	1
Secretaria Municipal de Cultura	2
Selo Editorial RG	2
Selo Letras da Bahia	1
SESC	1
Sindicato dos Escritores do Rio de Janeiro	1
Supertipo	1
Tipografia Aldina	1
Tipografia Carioca	1
Tipografia do Cruzeiro	1
Tipografia Dois de Dezembro	1
Tipografia Instituto Profissional	1
Tipografia Leuzinger	1
Tipografia Luís Malafaia Jr.	1
Tribuna Piracicabana	1
Typographia do Paiz	1
Typographia Paula Brito	1
Universidade Estadual de Feira de Santana	1
Ykenga Editorial Ltda.	1

Fonte: Elaboração própria, a partir do Literafro – Portal da Literatura Afro-Brasileira. Disponível em <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/>. Acesso em jan-mar 2017

APÊNDICE D - QUANTIDADE DE PUBLICAÇÕES POR CIDADE

Local de publicação	Qtde.
Barra Bonita	2
Bauru	1
Belém	1
Belo Horizonte	50
Blumenau	5
Brasília	9
Campinas	3
Curitiba	1
Feira de Santana	2
Florianópolis	1
Franca	1
Ilhéus	1
Juiz de Fora	6
Mauá	2
Niterói	4
Nova Lima	2
Porto Alegre	20
Recife	2
Rio de Janeiro	55
S/I	8
Salvador	15
Santos	2
São José dos Campos	1
São Luiz	1
São Paulo	70
Teresina	5
Timbaúba	1

Fonte: Elaboração própria, a partir do Literafro – Portal da Literatura Afro-Brasileira. Disponível em <http://www.letas.ufmg.br/literafro/>. Acesso em jan-mar 2017